

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

IVANISE HILBIG DE ANDRADE

**QUEM CONTA A HISTÓRIA – A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA
SUL-MATO-GROSSENSE**

Campo Grande (MS)
Março 2011

IVANISE HILBIG DE ANDRADE

**QUEM CONTA A HISTÓRIA – A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA
SUL-MATO-GROSSENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof^a Dr^a Rita de Cássia Pacheco Limberti.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica

Campo Grande (MS)
Março 2011

IVANISE HILBIG DE ANDRADE

**QUEM CONTA A HISTÓRIA – A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA SUL-MATO-GROSSENSE**

APROVADA POR:

RITA DE CÁSSIA PACHECO LIMBERTI, DOUTORA (UFMS)

GERALDO VICENTE MARTINS, DOUTOR (UFMS)

PAULO SÉRGIO NOLASCO DOS SANTOS, DOUTOR (UFGD)

Campo Grande, MS, 22 de março de 2011.

*A todos aqueles que acreditam que o conhecimento
transforma o mundo.*

AGRADECIMENTOS

À **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, por ter proporcionado todos os meus anos de estudo no Ensino Superior;

Aos professores e às professoras do **Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem** pela oportunidade que me ofereceram de dar continuidade ao meu aperfeiçoamento profissional e pessoal, instigando-me a buscar respostas às minhas dúvidas.

À minha orientadora, professora doutora **Rita de Cássia Pacheco Limberti**, pelo tempo precioso que me dedicou neste caminho;

Às equipes da **Gira Solidário** e da **Íris Comunicação Integrada** pelo apoio e incentivo;

À **sociedade brasileira**, que de maneira involuntária permitiu que eu pudesse ter acesso ao ensino público superior de qualidade e introduzir-me na pesquisa;

Aos **colegas de curso**, dos quais vou sentir muita saudade;

Aos **novos amigos** que fiz durante o mestrado, alguns que levarei para o resto da vida;

À minha **família** que me encorajou nos momentos de angústia criativa;

A todas as outras pessoas que me ajudaram em algum momento dessa trajetória; este trabalho é o resultado do apoio de todos vocês!

Por fim,

Meu sincero agradecimento **AOS QUE ME AMAM!**

*A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar!
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.*

Elogio da Dialética, Bertolt Brecht

RESUMO

A exploração sexual de crianças e adolescentes está inserida, cultural e historicamente, nas sociedades. Considerada crime no Brasil, vem ganhando notoriedade nas últimas décadas, principalmente através dos meios de comunicação, responsáveis por agendar o debate público sobre o assunto. Por conta dessa constância nas páginas dos jornais, a presente pesquisa partiu das hipóteses de que o discurso jornalístico contribui para a constituição de sentidos da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, uma vez que reforça conceitos, preconceitos e estereótipos, em um diálogo constante com outros discursos, e de que as condições de produção do enunciado jornalístico e as rotinas produtivas são constitutivas do discurso jornalístico acerca desse tema. A pesquisa consistiu na análise dos discursos dos enunciados jornalísticos da imprensa sul-mato-grossense que tinham como tema a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, veiculados no ano de 2009, em três jornais de circulação estadual: Correio do Estado, O Estado de MS e o Progresso. As bases teórica e metodológica foram da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), principalmente nas figuras de Michel Pêcheux e Dominique Maingueneau, e, do Brasil, Eni Orlandi e Sírio Possenti, por entender que a AD possibilita a articulação de fundamentos teóricos da Lingüística e da História, importantes para a análise de textos jornalísticos, além de autores que trabalham com as teorias da Comunicação e do Jornalismo, como Nelson Traquina, Mauro Wolf e Nilson Lage.

Palavras-Chave: Análise de Discurso; Mídia Impressa; Agendamento; Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

The sexual exploitation of children and teenagers is inserted, cultural and historically, in our societies. It is considered crime in Brazil and it has been grown over the last decades, mainly through the means of communication, responsible for promoting the agenda-setting of public debate about this issue. Due to the constant coverage of newspapers, this study has as hypothesis the fact that the journalistic discourse contributes to the constitution of meanings of sexual exploitation against children and teenagers, since it reinforces concepts, prejudice and stereotypes, in a dialogue which is often related to other discourses, and also that the conditions for the production of the journalistic enunciate and its production routines constitute the journalistic discourse about this topic. The research involved the discourse analysis of journalistic enunciates of Mato Grosso do Sul press which had sexual exploitation against children and teenagers as theme, published in 2009, in three newspapers of the State: Correio do Estado, O Estado de MS and O Progresso. The theoretical and methodological foundations were the French Discourse Analysis, mainly Michel Pêcheux and Dominique Maingueneau and, in Brazil, Eni Orlandi and Sírio Possenti, since we understand that the Discourse Analysis enables the articulation of Linguistic and Historical theoretical foundations, which are important for the analysis of journalistic articles, besides other authors who work with Communication and Journalism theories, such as Nelson Traquina, Mauro Wolf e Nilson Lage.

Keywords: Discourse Analysis, Media; Agenda-Setting; Sexual Exploitation of Children and Teenagers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de Discurso de Escola Francesa

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Cecria – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

COMCEX/MS – Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FD – Formação Discursiva

Labvida/UEC – Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

Pestraf – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual

SEDH/PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

UCG – Universidade Católica de Goiás

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Violes/UnB – Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I – TEXTO E DISCURSO	20
1.1 Discurso e sentido	27
1.2 Formação discursiva	30
1.3 Condições de produção	32
1.4 Interdiscurso	33
1.5 Silêncio	36
1.6 As vozes do discurso	37
II – O DISCURSO JORNALÍSTICO	40
2.1 O sujeito jornalista	46
2.2 As condições de produção no Jornalismo	50
2.2.1 Rotinas produtivas	53
2.3 O enunciado jornalístico	55
2.3.1 A linguagem jornalística	58
2.3.2 Os gêneros jornalísticos	59
III – OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL	66
3.1 Conceitos da Exploração Sexual	69
3.2 Metodologia	73
3.3 Os discursos das notícias	76
3.3.1 Discurso do enfrentamento	81
3.3.2 Discurso da responsabilização	90
3.3.3 Discurso da prevenção	102
3.4 Os discursos dos artigos de opinião	105
3.5 Os discursos dos editoriais	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma prática inserida na cultura das sociedades há milênios. Na Grécia Antiga, garotas eram exploradas desde os cinco anos, quando eram comercializadas para a prostituição. Seus “donos” exploravam seus serviços sexuais desde pequenas para compensar os gastos com seu sustento. A exploração sexual foi tomando então novas formas e práticas, de acordo com o contexto histórico em que estava inserida.

Vista sob várias óticas ao longo da História, a exploração sexual deve ser analisada com base em suas dimensões: social, étnica, histórica, cultural, política e econômica. Relaciona-se com o tráfico de drogas e de pessoas, com as demandas do mercado do sexo, com as redes criminosas, fortalecendo-se com as falhas de articulação do sistema de proteção e atendimento a crianças e adolescentes, com o envolvimento de autoridades e políticos nos casos e também com a impunidade.

Considerada crime no Brasil, segundo a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um tipo de violência sexual¹ que se define como a “venda” de um serviço ou produto – o prazer de fazer sexo com crianças e adolescentes – em um mercado sexual formalmente constituído ou por meio de trocas simbólicas entre o contratante (explorador, abusador, agressor) e a/o contratada/contratado (criança ou adolescente).

A exploração sexual é uma forma de violência que envolve lucro, por parte de quem explora, e relações de poder e dominação, tirando proveito de situações de vulnerabilidade como a pobreza, a desigualdade social e, muitas vezes, a violência sofrida dentro de casa. Trata-se de uma pobreza e uma indigência estruturais, vinculadas a relações sociais concentradoras de renda, poder e privilégios para poucos. A exploração sexual soma-se à questão da pobreza, à cultura machista e adultocêntrica, e às relações de gênero, que claramente desfavorecem as mulheres (FALEIROS, 2004; AMORIN, 2005; KASSAR, 2005; CASTANHA, 2008).

¹ A violência sexual, entendida neste trabalho, assume um conceito mais amplo que abarca as noções de abuso sexual e exploração sexual. Faleiros (2004) sistematiza quatro modalidades de exploração sexual: prostituição infantil; pornografia, exploração sexual no turismo e tráfico para fins de exploração sexual. O termo “prostituição infantil”, no entanto, caiu em desuso. Hoje se fala em exploração sexual, crianças e/ou adolescentes prostituídos, crianças e/ou adolescentes explorados. Isso porque a palavra ‘prostituição’ pressupõe um grau de autonomia que não se aplica a crianças e adolescentes pela sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Para Faleiros (2004), a violência sexual é uma violação dos direitos humanos da pessoa em desenvolvimento e dos direitos à integridade física e psicológica, é também uma violação ao respeito, à dignidade e à saúde sexual. Dessa forma, a autora considera a violência sexual uma séria transgressão ética e social, um crime para o qual há poucas estratégias legais eficientes para a responsabilização dos adultos que o cometem. No Brasil, e em muitos países do mundo, a exploração sexual é tida como um tipo de violência muito difícil de ser enfrentada e quantificada.

Nacionalmente, o assunto insere-se gradativamente na agenda da imprensa². Entre 2000 e 2006, o espaço dedicado às temáticas relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes quase triplicou nos jornais impressos brasileiros (subiu 173,65%), conforme pesquisas realizadas pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Mas, mais importante que o avanço da quantidade, avalia a ANDI (2008), é o aprimoramento na qualidade desse noticiário, que tem buscado diversificar as fontes de informação e estabelecer uma abordagem mais crítica e plural.

De acordo com a Pesquisa “A Criança e o Adolescente na Mídia de Mato Grosso do Sul” (2004), realizada pela Girassolidário – Agência em Defesa da Infância e Adolescência, o tema Exploração e Abuso Sexual teve destaque na imprensa sul-mato-grossense no segundo semestre de 2003. Ele aparece em quinta posição com 383 matérias publicadas nos jornais *O Estado de MS*, *O Progresso*, *Correio do Estado* e *Folha do Povo*, correspondendo a 9,77% do universo pesquisado.

O índice registrado na pesquisa, naquele ano, foi reflexo das denúncias envolvendo pessoas públicas do estado. Um dos casos mais presentes na mídia, naquele período, foi a acusação de que ex-vereadores de Campo Grande e ex-atletas estariam envolvidos com casos de exploração sexual. Em virtude da gravidade das denúncias, a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Exploração Sexual, que investigava casos em todo o Brasil, esteve em Mato Grosso do Sul. Durante a visita da CPMI a Campo Grande, em outubro de 2003, tornaram-se públicas também outras acusações envolvendo políticos e pessoas públicas do Estado.

Em 2004, o relatório da Comissão pediu o indiciamento de vereadores, do ex-atleta Zequinha Barbosa e do seu assessor. O Ministério Público Estadual instaurou inquérito para investigar os casos de exploração sexual, atentado violento ao pudor e estupro. Nesse mesmo ano, todos foram condenados em primeira instância. No entanto, em 2005, o Tribunal de

² O conceito de agendamento apareceu pela primeira vez, segundo Traquina (2002), em um estudo de McCombs e Shaw, nos EUA, em 1972. O agendamento está ligado ao conceito de valorização de determinadas temáticas e ao uso de estratégias comunicativas para conseguir que a opinião pública conheça e divulgue tais temáticas.

Justiça de Mato Grosso do Sul anulou, uma a uma, as condenações. E mais recentemente, em junho de 2009, Zequinha Barbosa e seu assessor foram inocentados pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em todas as instâncias em que foram absolvidos, a alegação do Judiciário foi a de que as adolescentes, consideradas vítimas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), já eram “prostitutas” à época do envolvimento com os parlamentares e o atleta. Os casos e os desdobramentos jurídicos foram acompanhados pela sociedade sul-mato-grossense por meio das notícias veiculadas na mídia do Estado.

O fato acima coloca-se como uma ilustração da maneira pela qual a mídia acompanha e divulga os casos de exploração sexual. A leitura diária de jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul revela que cada vez mais notícias sobre exploração sexual cometida contra meninos e meninas estão presentes em suas páginas e sob diversos enfoques.

Esse agendamento do assunto segue uma tendência de maior mobilização da sociedade brasileira com relação ao tema. De maio de 2003 a março de 2010, o Disque Denúncia Nacional, o Disque 100³, realizou mais de 2 milhões de atendimentos tendo recebido e encaminhado mais de 120 mil denúncias de violência cometida contra pessoas com menos de 18 anos, de todo o país. Algumas informações do relatório, divulgado em maio de 2010, são particularmente interessantes. A primeira é que Mato Grosso do Sul é o segundo estado brasileiro que mais denuncia casos de violência cometida contra meninos e meninas, em número relativo à população. Em 2008, MS ocupou o primeiro lugar no ranking das denúncias de exploração sexual, sendo as meninas as maiores vítimas, 82% dos casos entre 2003 e 2010.

De certa forma, a sociedade conhece a Lei, sabe identificar a questão, está mobilizada para denunciar. A mídia tem feito seu papel de noticiar e relatar os debates e os casos que dizem respeito à temática da exploração sexual. Mas como são os enunciados jornalísticos sobre esse tema? Qual o discurso da mídia quando o assunto é exploração sexual de crianças e adolescentes? Quais os sentidos formados no imaginário social sobre esse assunto? Quais são os discursos Outros presentes no texto?

Essas são algumas das indagações que permeiam esta pesquisa, que propõe fazer a análise de discurso de enunciados jornalísticos publicados em três jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul: *Correio do Estado*, *O Estado MS* e *O Progresso*, ao longo de 2009, e que versam sobre exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

³ O Disque 100 é administrado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, desde 2003, e recebe denúncias de violência cometida contra crianças e adolescentes de todo o país e as encaminha aos órgãos responsáveis em cada Estado.

Historicamente, a mídia ocupa uma posição de destaque em pesquisas que apontam sua credibilidade junto à população, mas, ao mesmo tempo, é acusada por muitos estudiosos dos direitos de crianças e adolescentes como uma responsável perversa pela construção do imaginário social sobre essa parcela da população. Almeida (1995) e Vaz (1997) dizem que a mídia brasileira contribui para a formação de opinião e fomentação do desejo de consumir, estando crivada de preconceitos, seja contra a mulher, a criança, o negro, seja contra as minorias de forma geral. No entanto, para os autores citados, os meios de comunicação refletem o que já está presente na sociedade. Conforme argumenta Andrade (2001), a mídia apresenta uma retórica violenta em relação às crianças e aos adolescentes em situação de exploração sexual, na medida em que associa tal situação à pobreza e à miséria, culpando as vítimas pelo ingresso e pela permanência nessa condição de vida.

Nessa linha, o presente estudo vai tratar de como os jornais impressos do Estado falam sobre a temática. Sobre isso, Rosário (2006) afirma que o percurso de uma investigação que prime pela análise de textos é definido como o da reflexão com base em uma construção teórica e no exame de um *corpus*. Segundo a autora, a pesquisa bibliográfica é de grande importância desde que venha aliada às pesquisas exploratória, descritiva e explicativa. A primeira, exploratória, permite a aproximação com o objeto, enquanto as pesquisas descritiva e explicativa buscam “identificar e relacionar os recursos expressivos e os efeitos de sentidos conformadores do discurso, auxiliando na interpretação mais aprofundada dos textos”, a fim de “averiguar o tratamento dado pela mídia ao discurso” (ROSÁRIO, 2006, p. 45).

O texto é a materialização do discurso e traz consigo a ideia de curso, de movimento, é a palavra em movimento, uma prática de linguagem que constitui o homem e sua história (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2002). A partir dos conceitos da Análise do Discurso de Escola Francesa (AD), que alia fundamentos teóricos do materialismo histórico, da Linguística e da Psicanálise, é possível afirmar que um texto jornalístico é um enunciado que surge a partir de condições de produção sócio-históricas postas e de um sujeito enunciator que é influenciado, ideologicamente, por um contexto de interesses objetivos e subjetivos. Assim, a compreensão de um enunciado jornalístico ultrapassa a interpretação apenas do sentido das palavras, a semântica, mas depende das informações que acompanham o texto. Dessa forma, não basta a leitura do texto, é preciso retomar elementos do contexto em que foi produzido.

O diálogo entre interlocutores, em um texto jornalístico, cumpre uma função social. E o jornal tem um compromisso com a ideologia. “As grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do

tempo histórico” (LAGE, 2006, p.54). Isso o torna não só um veículo de informação acerca dos fatos relativos ao interesse social, como também um instrumento de propagação de ideias. O que conduz as opções ou escolhas do sujeito é a ideologia que o constitui. Por isso, a ideia de um discurso jornalístico objetivo, imparcial e isento, mesmo almejado, é pouco provável, considerando que a ideologia afeta o sujeito produtor de notícias.

Importante pontuar que a pesquisa insere-se em uma abordagem sociopsicológica, em especial no paradigma do interacionismo simbólico, que ressalta a linguagem como tendo papel indispensável tanto no desenvolvimento quanto na manutenção da sociedade e na modelagem das atividades mentais do indivíduo. As hipóteses centrais do interacionismo simbólico são as de que: a sociedade pode ser encarada como um sistema de significados, vinculados aos símbolos da linguagem; tanto a realidade social quanto a física são vistas como construções de significados, sendo sua interpretação socialmente convencionalizada e individualmente interiorizada; os vínculos que unem as pessoas, bem como ideias e crenças, são construções pessoais de significados oriundos da interação simbólica; e a conduta individual é produto de construções subjetivas acerca de si, dos outros e das exigências sociais da situação (DEFLEUR & BALL-ROKEACH, 1993, p. 52-54).

A mídia, vista por esse paradigma, é parte central dos processos de comunicação das sociedades modernas e contribui, em suas descrições e relatos, com interpretações da realidade. “As pessoas podem criar construções de significado subjetivas e compartilhadas, para as realidades físicas e sociais nas quais vivem, pelo que leem, escutam ou veem” (DEFLEUR & BALL-ROKEACH, 1993, p. 54).

No universo das ciências da linguagem, o interacionismo simbólico é condição inerente às pesquisas realizadas nesse campo. Destaca-se aqui o pensamento de Bakhtin, cujos conceitos de signo, texto e discurso se estabelecem fundados na opção dialógica, assumida pelo filósofo como condição da natureza humana e, por extensão, da linguagem. O simbólico não é resultado da interação do sujeito consigo, nem do sujeito com o objeto, mas do sujeito constituído e do sujeito projetado pela linguagem. O sujeito está em si e está no outro em interação, construindo a realidade. O sentido individual é baseado na construção de um “nós”. A linguagem é construção interativo-racional e sua função é estabelecer redes de significação.

São diversos, porém, os modos legitimados pela ciência para tratar de objetos de pesquisa sob o enfoque da linguagem: entre eles a Hermenêutica, a Pragmática, a Análise da Narrativa, a Semiótica e a Análise de Discurso Francesa (AD).

A AD atualmente configura-se com uma perspectiva teórica e metodológica muito utilizada em pesquisas de textos jornalísticos. Benetti (2007, p. 107) afirma que a AD é

especialmente produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos. Segundo a autora, o discurso jornalístico é também um lugar de circulação e de produção de sentidos. Trata-se, assim, de um discurso dialógico, polifônico, opaco, ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares. O jornalismo constrói sentidos sobre a realidade em um processo de contínua e mútua interferência. A notícia é, de forma mais estrita, uma construção social.

Assim, com base na AD, este trabalho analisa os sentidos da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes no discurso da mídia impressa de Mato Grosso do Sul. Para chegar a tais sentidos e efeitos de sentidos, foi percorrido um caminho que passa pela identificação das formações discursivas, pela percepção dos discursos “outros” que dialogam com o discurso jornalístico sobre o tema e pelas marcas do silenciamento, que são os indícios do não-dito, que, assim como o que está explícito, significa tanto quanto. A pesquisa também busca investigar de que forma a construção do texto jornalístico, que é materialidade de discursos, é capaz de transmitir ideologias, influenciar e formar opiniões sobre o tema da exploração sexual.

A pesquisa justifica-se pela relevância que a discussão de gênero e poder implica no contexto social atual, bem como no potencial que um veículo de comunicação de massa tem na formação de opiniões, ideias, preconceitos, estereótipos e valores na sociedade através do uso dos mais variados mecanismos da linguagem. É relevante também porque oferecerá aos estudiosos da mídia e da violência sexual infanto-juvenil subsídios para melhor compreensão dos textos jornalísticos e seus discursos sobre a temática. A partir disso, a pesquisa poderá colaborar para o enfrentamento desse tipo de violência, já que retrata alguns dos sentidos e significados que a sociedade como um todo constrói sobre o tema.

Nos últimos dez anos, pesquisadores de todo o Brasil, das mais diversas áreas, têm se concentrado em estudar os discursos sobre violência e a influência da mídia na formação do imaginário social sobre o tema. Em sua tese de Doutorado, Ayres (2007) analisa o discurso da violência, em especial os dizeres sobre negligência e abuso sexual, materializado na campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças”, produzido pela Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS) e em textos jornalísticos publicados pelo Jornal Zero Hora (RS). O autor identificou as marcas linguístico-discursivas que tornam visíveis as formas de dizer do discurso da mídia e as relações com suas condições de produção.

Também nessa linha de estudos, Medeiros (2007), em sua dissertação de Mestrado, realiza uma análise do discurso da história de vida de uma menina na rua que se tornou

mulher de rua. Através da descrição das paráfrases e interpretação de metáforas, a autora buscou compreender os sentidos do silêncio que fazem parte de um pacto existente na unidade doméstica e que se expressa na relação pesquisador e adolescente entrevistada. Silva (2008) investiga o abuso sexual de crianças e adolescentes a partir das narrativas jornalísticas construídas em dois dos jornais de maior circulação da região sul do Brasil, Zero Hora (RS) e Gazeta do Povo (PR). Um dos objetivos foi compreender como as notícias neste período retrataram as três posições sociológicas associadas a esta violência, a da vítima, do abusador e da cena de abuso. Dentre os resultados, evidenciou-se que o discurso jornalístico tem priorizado, nas narrativas, os casos de abuso sexual que se distanciam dos que as estatísticas produzem, colocando a casa como espaço primeiro onde esta violência normalmente ocorre.

Esta pesquisa avança na proposição de novas formas de observar o discurso jornalístico sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, uma vez que o foco dos trabalhos científicos que utilizam a AD para estudar os enunciados jornalísticos tem sido a violência física e o abuso sexual. A exploração sexual, embora também seja um tipo de violência, tem suas particularidades que ainda precisam ser melhor compreendidas.

Assim, para a realização desta pesquisa, é importante considerar minha experiência e familiaridade com o tema da exploração e também com a dinâmica do processo produtivo jornalístico. Em 2001, ainda como acadêmica de Comunicação Social – Jornalismo, elaborei o livro-reportagem *Na Rota do Gasoduto – a exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul* como trabalho de conclusão do curso de graduação. O livro ganhou repercussão, sendo inclusive citado em dissertações e monografias, e credenciou-me para escrever outros textos jornalísticos sobre o assunto, tanto para *sites* de notícias como para jornais impressos.

Em 2005, ao assumir a função de Jornalista Responsável pela Rede ANDI Brasil em Mato Grosso do Sul⁴, as temáticas da infância e adolescência passaram a fazer parte do meu dia a dia. Entre os trabalhos desenvolvidos estava a análise diária da produção jornalística do Estado sobre temas ligados à criança e ao adolescente, entre eles a exploração sexual. Além do mais, tal função permitiu que eu participasse de eventos e cursos de formação para aprimoramento dos meus conhecimentos sobre os direitos de crianças e adolescentes. Entre 2007 e 2010, integrei o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA/MS), a Comissão Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Comitê

⁴ A Rede ANDI Brasil é uma articulação presente em 11 estados brasileiros e com 10 anos de atuação. Tem como objetivo colocar a infância e a adolescência como prioridades absolutas na definição e na implementação de políticas públicas, por meio de incidência na agenda da mídia, pautando e qualificando notícias e reportagens sobre o universo infanto-juvenil.

pela Democratização da Comunicação de MS, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – do qual fui vice-presidente entre 2009 e 2010 – e o Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul (COMCEX/MS).

A intimidade com a temática revelou-se de fundamental importância para a elaboração das análises. Isso porque, conforme Orlandi (2002), os discursos não são ingênuos e demandam que o analista tenha certo domínio sobre o que está sendo analisado. Além do mais, segundo Benetti (2007), uma análise exige disposição intelectual do pesquisador. Não são aceitáveis as interpretações ou comentários com base em impressões do analista. É preciso construir a análise com base no que o texto diz e nos sentidos (explícitos e implícitos) do discurso.

Para se desenvolver a pesquisa, foi feita uma seleção prévia de textos jornalísticos sobre exploração sexual infanto-juvenil publicadas nos jornais *Correio do Estado*, *O Estado MS* e *O Progresso*, todos em circulação em Mato Grosso do Sul, ao longo de 2009. Essa pré-seleção foi realizada por meio da leitura de 183 edições dos jornais citados e que circularam na semana de 16 a 23 de maio⁵, na semana de 03 a 10 de outubro⁶, entre os dias 20/06/09 e 10/07/09⁷, e também com base na metodologia do mês composto, em que são sorteados 30 dias do ano de 2009 para compor um mês fictício, e são então selecionados textos das edições em circulação nesses dias. Essa filtragem gerou um *corpus* composto de 29 textos jornalísticos, sendo 18 notícias, sete reportagens, dois editoriais e dois artigos.

⁵ A seleção dessa semana deve-se à data do 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

⁶ A seleção deve-se ao fato de ser lembrado, no dia 06 de outubro, o Dia Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

⁷ Nesse período, a imprensa de Mato Grosso do Sul veiculou matérias sobre a absolvição, pelo Supremo Tribunal Federal, do ex-atleta Zequinha Barbosa e seu assessor, da acusação de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Hipóteses e objetivos

O trabalho de pesquisa parte das seguintes hipóteses:

- O discurso jornalístico contribui para a constituição de sentidos da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, uma vez que reforça conceitos, preconceitos e estereótipos, em um diálogo constante com outros discursos.
- As condições de produção do texto jornalístico e as rotinas produtivas são constitutivas do discurso jornalístico acerca da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

A partir das hipóteses do trabalho, pode-se dizer que o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o discurso da mídia impressa de Mato Grosso do Sul sobre a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes. Os objetivos específicos são:

- Analisar a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes enquanto significação no/do imaginário social, buscando os sentidos que a constituem e percebendo o universo construído em torno da questão e retratado pelos enunciados jornalísticos.
- Identificar os discursos Outros que atravessam o discurso jornalístico sobre a temática em estudo.
- Estudar as estratégias de silenciamento utilizadas pelo sujeito/enunciador do discurso jornalístico sobre o tema da exploração sexual.

Organização do trabalho

Este relatório de dissertação foi organizado em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais, da seguinte forma:

- **CAPÍTULO I:** Neste capítulo são apresentadas as bases teóricas e metodológicas da Análise de Discurso de Escola Francesa. Pretende-se estabelecer a base teórica que dará o tom de toda a pesquisa.

- CAPÍTULO II: A partir das discussões levantadas no primeiro capítulo, conceitos advindos das Teorias da Comunicação e do Jornalismo são debatidos e colocados em interlocução com o que propõe a Análise do Discurso. São analisados o suporte jornal impresso e suas condições de produção, verificando de que forma suas características influenciam na constituição dos discursos jornalísticos. O texto jornalístico aqui é estudado enquanto narrativa e em seus diversos gêneros.

- CAPÍTULO III: Este capítulo da dissertação traz a aplicação dos procedimentos metodológicos da AD aos discursos jornalísticos que tratam de exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes publicados nos jornais impressos de Mato Grosso do Sul. Nesse momento, são analisados os sentidos, os diálogos com discursos “outros”, as marcas do dito e do não-dito, bem como as formações discursivas e ideológicas presentes nos discursos.

CAPÍTULO I

TEXTO E DISCURSO

*“A linguagem é o grande instrumento, o vínculo comum da sociedade.”
John Locke - Ensaio sobre o Entendimento Humano*

O ser humano se comunica. E o faz por meio da linguagem, seja ela verbal ou não verbal. Conceituar a linguagem revela-se uma empreitada tão ou mais laboriosa quanto compreender as inúmeras abordagens teóricas que tentam explicá-la. De modo amplo, pode-se olhar a linguagem como um sistema de signos ou como um sistema de regras formais. Aprofundando um pouco mais, é possível estudar as normas gramaticais, a fonética, a sintaxe ou a semântica. Essa última ocupada em perceber os vínculos que existem entre as palavras (ou símbolos), convencionados arbitrariamente pelo ser humano, e a sua referência na realidade empírica, bem como os significados e sentidos gerados. A língua, por assim dizer, é uma construção permanente de símbolos, representações, sentidos, significados.

Para entender, então, como a língua significa, ou seja, como as palavras, frases, textos significam foi que os interesses de pesquisas focaram-se no discurso materializado na língua. O discurso é, por assim dizer, o movimento dos sentidos, um deslizar e um exercício constante de re-significação do mundo através da palavra.

A Análise de Discurso de Escola Francesa (AD) emerge nos anos 1960 fortemente influenciada pela corrente de estudos linguísticos que toma como objeto o discurso. Inspira-se na linguística textual ao considerar a dimensão transfrástica, porém avança, no sentido de levar em conta também o processo, as condições de produção e a influência do sujeito na enunciação, ou seja, observa o momento sócio-histórico da produção e como esse contexto interfere na significação.

Segundo Paveau & Sarfati (2006), a AD distingue-se da linguística textual, cujo objeto é o funcionamento interno do texto, e da análise literária que, mesmo considerando o contexto, não repousa sobre o postulado da articulação entre o languageiro e o social. O estudo da língua enquanto produção de sentidos, porém, já era feito de forma não sistemática em diferentes épocas. Os formalistas russos, nas décadas de 1920 e 1930, já pressentiam o texto como uma estrutura.

A década de 1960 destaca-se como o período de maior expansão do Estruturalismo, pensamento científico determinado pelos avanços da linguística geral e dos trabalhos do formalismo russo.

Na outra ponta, o movimento histórico-marxista também ganha força. De acordo com Lopes (1997, p. 175), o movimento marxista foi “o mais tenaz e intolerante e, por isso mesmo, o mais útil dentre todos os movimentos contra-estruturalistas”. A principal discordância entre os dois pensamentos reside na oposição entre os conceitos de história e estrutura, que, conforme Lopes, nunca existiu para os Estruturalistas, vide o exemplo de Saussure, que sempre se referiu ou à perspectiva sincrônica ou à perspectiva diacrônica, enquanto um ponto de vista, um método de estudo, sem, porém, desmerecer qualquer uma das perspectivas.

No entanto, tais discordâncias (estrutura e história) são tomadas pelos estudiosos do discurso, em especial pelo filósofo Michel Pêcheux, envolvido com os debates acerca do marxismo, da psicanálise e da epistemologia, como pontos-chave para compor o quadro teórico da nova disciplina que surgia, a Análise do Discurso. Cada linha de pensamento, a seu modo, oferecerá subsídios para olhar o discurso enquanto materialidade da língua e da ideologia. O projeto da AD surge sob o horizonte do marxismo e de um momento de crescimento da Linguística, que, por conta do Estruturalismo, passa a ser tomada como ciência-piloto, capaz de estabelecer cientificidade para estudos das Ciências Sociais e Humanas.

Sob o olhar estruturalista, a linguagem é vista como relativamente autônoma. Isso porque a língua é estudada a partir das suas regularidades sendo possível, portanto, apreendê-la em sua totalidade, enquanto um sistema fechado em si, que não permite influências externas, geradoras de irregularidades. A língua não é, assim, vista em sua relação com o mundo, com a realidade empírica, mas sim como algo fechado em si mesmo.

Simon Bouquet (2002) relata que, apesar da gramática comparada atribuir de fato à língua oral um valor crucial, a emergência dessa disciplina parece, em suas primeiras décadas, não ter tido efeito sobre os estudos dos idiomas contemporâneos. A importância de se estudar as línguas vivas dá à noção de “língua” um conteúdo novo: sua igualdade quanto aos aspectos fonológico, arbitrário e generalista.

A síntese que leva ao conceito geral de “a língua” é feita progressivamente ao longo dos estudos de Saussure, que acabará por adotar o termo língua, cujo valor específico pretende externar um valor “geral”. Esse termo carrega consigo três acepções que coexistem

ao longo dos escritos saussurianos: (1) língua como idioma em particular, (2) língua como o equilíbrio sincrônico desse idioma, (3) a generalidade nas línguas.

A vertente saussuriana define as estruturas da língua em função das relações binárias que estabelecem entre si dentro de um sistema linguístico. Seguindo esse raciocínio, o significado também é definido a partir de relações de diferenças dentro do sistema. Ou seja, o significado que uma palavra carrega só faz sentido em relação ao significado negativo (contrário) que possui. Cadeira é cadeira porque não é mesa. Homem é homem porque não é mulher, não é cachorro. A língua é arbitrária e as palavras são convenções, isso implica dizer que a palavra não carrega consigo qualquer relação com o objeto empírico a que se refere.

Ferdinand de Saussure inaugura, de fato, uma nova maneira de ver os estudos linguísticos, delimitando objetos, criando métodos, terminologia, postulados e conclusões que levam a Linguística a obter seu *status* de ciência. E como ciência é capaz de oferecer bases teóricas e metodológicas para pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

É aí que se insere o projeto filosófico de Louis Althusser. Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, de 1970, o pesquisador faz uma releitura dos escritos de Marx e funda as noções de *Aparelho Repressivo do Estado*, que age pela violência e é complementado pelos *Aparelhos Ideológicos do Estado*, formados por instituições como igreja, escola, mídia, cultura, família, partido político. Essas instituições assegurariam, por meio do modo de pensar, dos comportamentos, das práticas e dos discursos, a reprodução das relações de dominação capitalista, considerada pelos marxistas como a ideologia dominante.

Como um Aparelho Ideológico do Estado, a mídia cumpre papel determinante ao contribuir para a disseminação e reforço de determinados discursos. A característica de referencialidade que confere credibilidade a ela favorece que cada vez mais a sociedade estabilize discursos acerca dos mais variados temas, uma vez que a verdade, ou o que é aceito socialmente enquanto verdade, é institucional e tende a ser encarada como habitual e senso comum, não sendo criticada. A ideologia, por assim dizer, constrói e é construída dentro de um totalidade social.

As duas teses fundamentais do trabalho de Althusser: 1. A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; e 2. A ideologia tem uma existência material; indicam que, para o filósofo, a ideologia não é da ordem psicológica, mas se situa do lado da *práxis*, que modula as identidades e os modos de ser dos indivíduos. As concepções de mundo fazem alusão à realidade por meio da ideologia, já que através dela os homens se representam e representam as suas condições reais de existência. “É esta relação que está no centro de toda a representação ideológica, portanto imaginária, do

mundo real” (ALTHUSSER, 1980, p. 81). É pela ideologia que os seres humanos garantem sua sobrevivência em sociedade, como bem exemplifica Gregolin:

Um conceito central para a teoria althusseriana é a **ideologia**, entendendo-a como uma *relação imaginária que os homens mantêm com as suas condições reais de existência*. Derivando do domínio do “vivido”, a ideologia solidifica as relações sociais, tornando-as suportáveis para os seus diversos atores. Todas as sociedades vivem imersas, necessariamente, nesse *líquido amniótico* em que subsistem e que – conservando os indivíduos prisioneiros de uma ilusão vital – contribui decisivamente para a reprodução da força de trabalho e das relações de produção que lhes são próprias (GREGOLIN, 2006, p. 43).

Utilizando-se dos Aparelhos Ideológicos do Estado, como a igreja, a escola ou a mídia, é possível garantir que a ideologia dominante, que explora a força do trabalho e determina as relações de produção, mantenha-se em seu lugar de dominação. Os discursos criados e reproduzidos por tais instituições, segundo essa visão marxista de ideologia, garantiriam a existência harmoniosa dos homens em sociedade.

Althusser distingue ainda uma “teoria das ideologias particulares”, que revela as posições de classes, de uma “teoria da ideologia em geral”, que permite evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum às ideologias particulares. Ele parte da premissa de que as ideologias têm existência material, ou seja, não são ideias e sim práticas sociais e concretas que reproduzem as relações de produção. E mais, que é a base econômica que determina o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas de uma sociedade.

Como a ideologia deveria ser estudada em sua forma concreta, ou seja, por meio das práticas e dos discursos dos aparelhos ideológicos do estado, a linguagem apresentava-se, para os teóricos do materialismo histórico, como o lugar privilegiado em que a ideologia ganha concretude. Surge então a necessidade de conceber uma teoria do discurso capaz de servir de lugar de convergência entre os fundamentos linguísticos e os sócio-ideológicos. Não cabia estudar a ideologia despreendendo a estrutura linguística das condições sócio-históricas de produção.

Para Michel Pêcheux, não era concebível estudar o objeto discurso apenas com os fundamentos da linguística saussuriana, que era estruturalista e fornecia bases de entendimento de uma língua enquanto sistema e materialização do discurso. Os conceitos de Saussure, fundados sobre a dicotomia língua/fala permitiram a constituição da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, mas não foram suficientes para compor a Semântica.

Pêcheux acreditava que o sentido, objeto da Semântica, fugia das abordagens da Linguística da língua, que via o significado como sistêmico, e que ele deveria ser compreendido como da ordem da fala e, portanto, do sujeito, e não da ordem da língua, pelo

fato de sofrer alterações de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam. O autor não concebe nem o sujeito e nem os sentidos como individuais, mas como históricos e ideológicos, propondo então uma semântica do discurso, lugar para o qual convergem componentes linguísticos e sócio-ideológicos, em que as condições sócio-históricas de produção são consideradas constitutivas de suas significações (PÊCHEUX, 1988).

A partir dos pressupostos de que o significado só existe em relação às condições sócio-históricas em que é produzido e de que quem enuncia esse discurso, recheado de significados, é um sujeito, tornou-se imperioso à AD conceituar esse sujeito. Isso porque o discurso toma forma a partir, também, das posições sociais das quais o sujeito enuncia, interferindo, ou melhor, constituindo, os sentidos do discurso.

É assim que a AD busca na psicanálise lacaniana a noção do sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente. Essa noção surge depois da descoberta, por Freud, do inconsciente, quando então o sujeito passa a não ser mais visto como homogêneo. A releitura de Freud, por Jacques Lacan, é feita com base no estruturalismo linguístico que, como dito anteriormente, surge como uma ciência capaz de conferir objetividade e cientificidade para diversos estudos nas Ciências Humanas.

Lacan assume que o inconsciente é um saber que se estrutura como linguagem, como uma série de significantes⁸ oculta que se repete e interfere no discurso efetivo. O inconsciente é, conforme Nasio (1993, p. 21), a ordem de um saber que o sujeito veicula, mas ignora, e que se exterioriza em atos, acontecimentos ou palavras que significam, constituindo-o enquanto sujeito. E essa veiculação de discursos realiza-se pela repetição, pois o inconsciente, segundo o autor, é um “saber que leva o sujeito a dizer a palavra exata na hora exata – sem, no entanto, saber o que está dizendo, como é também o saber que ordena a repetição dessa mesma palavra, mais tarde e em outro lugar” (NASIO, 1993, p. 21). O inconsciente é, portanto, uma cadeia de acontecimentos ou dizeres que se atualiza em um “dito” oportuno.

Sendo assim, o discurso é sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente, uma vez que para cada palavra, ideia ou atitude que se torna explícita no discurso, há um Outro que o transpõe, que o encontra. Trata-se de um lugar desconhecido de onde surge o discurso do pai, da família, da igreja, da lei, etc. Esse sujeito lacaniano só se estrutura em relação ao Outro e não está no consciente, lugar onde, imagina-se, está o “sujeito centro” como sendo aquele que sabe o que diz, aquele que sabe o que é, mas é encontrado onde não está, ou seja, no inconsciente, lugar onde reside o Outro, configurando-se como um sujeito

⁸ Para Saussure, o signo linguístico é composto de significante e significado, sendo o primeiro a imagem acústica (som com função linguística) e o segundo o conceito da palavra.

que não é autônomo no que diz, embora pense que seja. “Da mesma maneira que Freud considerava o sonho a via real de acesso ao inconsciente, eu diria que, para Lacan, a via real a ser seguida é a da língua” (NASIO, 1993, p. 53).

Eni Orlandi (2002) explica que a AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia, considerando que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. Essa relação se complementa com o fato de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” e é assim que a língua faz sentido (PÊCHEUX, 1988, p. 133). De outra forma, o indivíduo passa a ser sujeito do discurso por meio da ideologia. “O sujeito, contrariamente à concepção clássica que o coloca do lado da autonomia e do domínio de si, é um produto da ideologia, construído sobre o modo da evidência, que é a forma principal da ideologia” (PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 205).

Segundo Louis Althusser (1980, p. 95-98), a evidência de que os indivíduos constituem-se como sujeitos é um efeito ideológico, uma maneira própria da ideologia impor-se por meio do reconhecimento ideológico. Althusser explica que “somos sempre já sujeitos e, como tais, praticamos ininterruptamente os rituais de reconhecimento ideológico que nos garantem que somos efetivamente sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) insubstituíveis”. E que é pela interpelação que a ideologia funciona de tal forma que recruta sujeitos entre os indivíduos, ou transforma os indivíduos em sujeitos.

Enquanto campo de estudos da linguagem, a Análise do Discurso desponta em um momento em que pesquisas nas diversas áreas do conhecimento ofereciam contribuições para as pesquisas em linguagem, em especial, para os estudos sobre os discursos. E assim, juntamente com a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise constituem o tripé epistemológico da AD.

A Linguística oferece o aspecto material de descrição da língua, enquanto sistema, afirmando a não-transparência da linguagem. “Essa afirmação é fundamental para a Análise do Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo a termo” (ORLANDI, 2002, p. 19). Do materialismo, a AD herda a noção da historicidade e de como o homem faz história e é constituído por ela, ou seja, como as condições de produção do discurso são também parte dele. Compreendendo então a língua como um acontecimento em um sujeito afetado pela história, foi preciso recorrer à Psicanálise para deslocar a noção de indivíduo para a de sujeito. Conforme Orlandi (2002, p. 19), a língua tem sua ordem própria, sendo relativamente autônoma; a história tem seu real constituído pelo simbólico; e o sujeito da linguagem é

dividido em consciente e inconsciente, sendo, também, afetado pela língua e pela história. O sujeito discursivo, para a autora, funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

As teorias sobre o sujeito, elaboradas por Lacan e por Althusser, revelaram-se condizentes com os interesses centrais da AD: o de considerar os textos como produtos de um trabalho ideológico que se desloca entre o consciente e o inconsciente. O sujeito do discurso não poderia ser aquele que decide totalmente sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas aquele que, ao assumir um lugar social, uma posição, em uma determinada formação discursiva, enuncia a partir dessa posição. Isso significa afirmar que o sujeito não diz somente aquilo que quer, mesmo que tenha a impressão de fazê-lo, mas diz aquilo que pode e deve dizer de acordo com o lugar social e histórico que ocupa. Por exemplo, uma mulher assume discursos diferentes quando fala enquanto mãe, enquanto profissional, enquanto atleta ou artista.

A Análise do Discurso de Escola Francesa passou, desde seu surgimento, na década de 1960, por três épocas diferentes. Na primeira fase, AD-1, os estudos voltavam-se para a análise de discursos mais estáveis e homogêneos, no sentido de serem pouco polêmicos, menos polissêmicos e com maior silenciamento do discurso Outro. Entre eles, os discursos políticos teórico-doutrinários ou religiosos. O método de análise consistia em compor uma “máquina discursiva”⁹, responsável pela geração de um processo discursivo, que servia de base para a análise.

Em uma segunda época, AD-2, surge a noção de Formação Discursiva, emprestada do filósofo Michel Foucault. O conceito de Formação Discursiva (FD) é caro à Análise do Discurso e será detalhado mais à frente, no entanto, a título de registro é importante dizer, aqui, que nessa fase começa uma transformação na concepção do objeto de análise da AD. Uma FD determina o que pode/deve ser dito a partir de um lugar social, por isso, é fortemente marcada por regularidades. Além disso, uma FD está sempre em relação a outras FDs em um movimento de dispersão. Na AD-2, o analista busca descrever essa dispersão e estabelecer as regras e regularidades das FDs.

Na terceira fase, AD-3, considera-se que os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros, mas se formam no interior de um interdiscurso, e é essa relação que irá estruturar a identidade das FDs. Os estudos mais recentes (MAINGUENEAU, 2005; POSSENTI, 2009) já afirmam o primado do interdiscurso sobre o discurso, mudando a forma de olhar para o objeto discurso. Esse também é um

⁹ Por se tratar de um método de análise já superado, não vamos aqui nos deter sobre ele. A análise automática do discurso, como ficou conhecida, pode ser melhor compreendida em GADET e HAK (1990).

conceito que norteará as análises dos textos jornalísticos que compõem o *corpus* desta pesquisa, por isso, será descrito em pormenores no item 1.4.

A seguir, são detalhados alguns dos conceitos da AD que servirão de base para o debate acerca das especificidades do texto jornalístico e sua constituição como discurso, exposto no capítulo II, bem como estarão muito presentes nas análises do *corpus* da pesquisa, no capítulo III.

1.1 Discurso e sentido

A AD compreende o discurso como um objeto sócio-histórico que possibilita a materialização na língua, da ideologia, das crenças, dos conceitos e ideias acerca da realidade. Diferente da Análise de Conteúdo, a AD quer saber “como o texto significa”, de que forma os sentidos ali presentes se encadeiam para formar o discurso, bem como se ocupa em compreender as estratégias discursivas que fazem o discurso significar o que significa.

Para Maingueneau (1997, p. 11), toda produção de linguagem pode ser considerada discurso. Os termos “discurso” e “análise do discurso” remetem ao modo de interpretar a linguagem em contato com outras disciplinas, em que a linguagem faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas. “O discurso modifica-se de acordo com as referências que faz à psicologia, à história, à lógica, etc, e, no interior desses campos, a esta ou aquela escola” (MAINGUENEAU, 1997, p. 12).

O discurso é diferente da mensagem, vista como uma mera transmissão de informações, e também diferente da fala. Isso porque, sendo abstrato, o discurso coloca em relação sentidos estabelecidos por sujeitos, inseridos em uma conjuntura sócio-histórica dada e “amarrados” por uma língua que estabelece limites de significação. O discurso é composto por regularidades e sua análise se dá pela busca da complementaridade existente entre o social e o histórico, entre o sistema e a realização, entre o subjetivo e o objetivo, entre o processo e o produto (ORLANDI, 2002, p. 22).

Seguindo o que propunha Louis Althusser, a mídia é um aparelho ideológico do estado, no qual se materializam discursos em forma de textos jornalísticos e por meio do qual ocorrem os embates entre posições ideológicas, históricas e sociais distintas. Para a AD, os sentidos são historicamente construídos, uma vez que o contexto histórico-social, o contexto da enunciação, constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado.

Isso leva a dizer que o discurso só existe em uma dinâmica de relação, de diálogo. Um discurso está sempre concordando, respondendo, conversando com outros discursos, seja para

reforçá-los e mantê-los em sua estabilidade, seja para (re) significá-los enquanto um discurso Outro. Um texto, assim, não se apresenta como uma unidade coerente de sentido, mas uma superfície discursiva que não torna concreto, na língua, um ou outro discurso, mas apresenta a relação entre vários discursos.

Possenti (2007) admite, porém, que o texto não pode ser considerado irrelevante para a AD, mas sua importância se dá pelo fato de que cada texto é parte de uma cadeia, ou de um arquivo, como propõe o autor:

Para a AD, (...), um texto faz sentido não por sua relação com um contexto, ou em decorrência de conhecimentos que o leitor tenha estocado ou que rememora e coloca em funcionamento ao ler/ouvir, mas por sua inserção em uma FD, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte (POSSENTI, 2007, p. 365).

O conceito de memória discursiva refere-se aos discursos que estão na origem dos atos discursivos, ou seja, discursos que, pela sua estabilização dentro de uma Formação Discursiva, servem de ponto de partida para a constituição de outros discursos. “Diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos” (POSSENTI, 2007, p. 365). É pela memória discursiva que é possível retomar, repetir, refutar elementos que estão presentes nesses enunciados historicamente estabilizados e preexistentes.

O discurso é, então, dialógico e heterogêneo, uma vez que se constitui com base em sua historicidade e a partir de memórias discursivas previamente estabelecidas. O sentido do discurso se constitui a partir desse dialogismo e dessa heterogeneidade. Isso quer dizer que um mesmo enunciado pode ser compreendido de várias maneiras, dependendo do lugar ideológico de onde é enunciado, da formação social e discursiva do enunciador e da memória discursiva a que remete.

A noção de dialogismo é fundada por Mikail Bakhtin, na década de 1920, em decorrência de seus estudos literários. Suas contribuições, porém, romperam as fronteiras da Teoria Literária e passaram a figurar entre as noções e conceitos também da Análise do Discurso, com destaque para o princípio dialógico, que, segundo Barros (2005), antecipou e influenciou os estudos do discurso e do texto atualmente em desenvolvimento, uma vez que vê a alteridade (o Outro) como constitutivo do ser humano, por consequência, constitutivo dos textos e discursos.

Bakhtin, ao tratar do texto como objeto das ciências humanas, apontava para duas diferentes concepções do princípio dialógico: o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre

discursos. Para ele, o texto significa, é produto da criação ideológica e de uma enunciação, é dialógico e único (BARROS, 2005, p. 26-27).

Outra contribuição de Bakhtin à Análise do Discurso diz respeito à noção de sujeito, enquanto produtor de textos e ser dialógico. O autor considera que:

Qualquer objeto do conhecimento (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o que se tem dele só pode ser dialógico (BAKHTIN, 1997, p. 403).

O fato é que, ao colocar o texto como ponto de partida da concepção da própria ciência e lugar central na investigação sobre o homem, Bakhtin iniciou os estudos sobre o discurso. Embora, conforme Barros (2005), muitos estudiosos da linguagem ainda tenham dificuldade em aceitar isso. Seu princípio dialógico abrange, hoje, inúmeras áreas de conhecimento. A questão do diálogo entre interlocutores, por exemplo, formou as bases para as pesquisas sobre interação verbal entre sujeitos e sobre a intersubjetividade. Em linhas gerais, há quatro aspectos do dialogismo entre interlocutores que devem ser lembrados, segundo Barros (2005, p. 29):

- a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem;
- o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos;
- a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores também constrói os próprios sujeitos produtores dos textos;
- há dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade.

Nesse sentido, as contribuições de Bakhtin aos estudos da comunicação e da interação verbal são basicamente em relação à variação linguística, funcional e discursiva¹⁰; a reversibilidade e a construção dos interlocutores do diálogo; o jogo de imagens, os simulacros e as avaliações entre eles, a questão da competência dos sujeitos da comunicação.

Bakhtin considera o dialogismo constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Para ele, o discurso não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, que são seres sociais, e no diálogo entre discursos, na relação com outros discursos. Esse dialogismo discursivo, proposto por Bakhtin, leva a outra reflexão: sendo o discurso dialógico e a língua complexa, ou seja, não ideologicamente neutra, tem-se que a

¹⁰ A variação linguística, funcional, discursiva pode ser também chamada de pludiscursividade, que para ele caracteriza os discursos. Bakhtin ocupa-se, em seus trabalhos, da diversidade de vozes, das línguas e dos tipos discursivos (BARROS, 2005, pp. 30-31).

“linguagem, seja ela pensada como língua ou como discurso, é essencialmente dialógica” (BARROS, 2005, p. 33).

A partir desse conceito de dialogismo, os estudos Authier-Revuz (2004) indicaram a existência de uma heterogeneidade constitutiva do discurso, que, segundo Maingueneau (1997), não é marcada na superfície, mas a AD pode encontrá-la formulando hipóteses e questionamentos a partir do pressuposto da presença constante do Outro dentro de uma formação discursiva, e da heterogeneidade mostrada, aquela em que o discurso do Outro é mais explicitamente revelado pelo sujeito enunciator. A heterogeneidade mostrada configura-se de três formas:

a) aquela em que o locutor ou usa de suas próprias palavras para traduzir o discurso de um Outro (discurso relatado) ou então recorta as palavras do Outro e as cita (discurso direto);

b) aquela em que o locutor assinala as palavras do Outro em seu discurso, por meio, por exemplo, de aspas, de itálico, de uma remissão a outro discurso, sem que o fio discursivo seja interrompido;

c) aquela em que a presença do Outro não é explicitamente mostrada na frase, mas é mostrada no espaço implícito, do sugerido, como nos casos do discurso indireto livre, da antífrase, da ironia, da imitação, da alusão.

Tais formas de heterogeneidade mostrada são muito frequentes e perceptíveis no discurso jornalístico que, ao buscar manter sua referencialidade e distanciamento, marca, utilizando o discurso direto e indireto, os discursos do Outro, como, por exemplo, o discurso da fonte de informação. Existirá sempre, então, numa formação discursiva, a presença do Outro, e é essa presença que confere ao discurso o caráter de ser heterogêneo.

Sendo assim, encontrar os sentidos do discurso é uma tarefa muito ampla e que cabe ao analista compreender a partir das relações estabelecidas entre os discursos dentro de uma formação discursiva e no espaço interdiscursivo. A heterogeneidade constitutiva do discurso impede-o de ser um espaço estável, fechado e homogêneo, porém, é ainda limitado pelas possibilidades de sentido que as formações ideológica e discursiva lhe impõem.

1.2 Formação Discursiva

Herdada dos estudos de Michel Foucault e reeditada por Michel Pêcheux, a noção de Formação Discursiva (FD) surge na segunda fase da AD. Em seu livro *Arqueologia do Saber* (2004), Foucault estuda as relações entre práticas discursivas e práticas sociais sem considerar, porém, nem o pensamento, nem a língua como objeto. Discurso, para Foucault, é um conjunto de fenômenos que permite escrever uma história discursiva do pensamento. O

filósofo entende como formação discursiva, então, as regularidades temáticas, de objetos e conceitos, encontradas em grupos de enunciados estudados no interior de uma formação social e nas relações que tais enunciados mantêm entre si:

Os objetos que interessam à AD, conseqüentemente, correspondem, de forma bastante satisfatória, ao que se chama, com frequência, de *formações discursivas*, referindo de modo mais ou menos direto Michel Foucault, que, através deste conceito, entende: um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (MAINGUENEAU, 1997, pg 14).

A Formação Discursiva está intimamente ligada à Formação Ideológica, que considera o confronto de forças ideológicas em um dado momento histórico. A formação ideológica constitui um conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras.

Para Orlandi (2002), a formação discursiva é básica na AD, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia. “Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Isso quer dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

O conceito de Formação Discursiva é utilizado pela AD para designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Nesse sentido é que se pode dizer que uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica, uma vez que uma formação discursiva colocará em relação mais de um discurso e se inscreve entre várias formações discursivas, deslocando-se em função dos conflitos ideológicos estabelecidos.

Os sentidos do discurso são constituídos uma vez que o que é dito pelo sujeito se insere em uma formação discursiva. As palavras não têm sentido por elas mesmas, seus sentidos derivam da formação discursiva em que se inscrevem. O princípio dialógico pode ser notado também nas relações que estabelecem as palavras no interior dos discursos, já que, assim como um discurso se delineia em relação aos outros, as “palavras falam com outras palavras” (ORLANDI, 2002, p. 43).

Considerando essa afirmativa de que nada significa se não estiver em relação, em diálogo, em contradição, é que as formações discursivas devem ser vistas como algo mutante, fluido, como nomeia Orlandi (2002). É pela referência à formação discursiva que é possível compreender o funcionamento discursivo e os diferentes sentidos.

1.3 Condições de produção

Nos estudos do texto, a noção de contexto aparece muito ligada à questão da interpretação do texto, considerando que o contexto poderia colaborar com o entendimento que o leitor teria. Esse contexto, porém, para a Análise do Discurso tem outra importância. Ele integra uma conjuntura sócio-histórica que compreende os sujeitos e a situação, seja ela o contexto imediato ou um contexto em sentido mais amplo, histórico, social e ideológico.

Trata-se de uma nova maneira de considerar as circunstâncias do discurso, visto não mais como um contexto em que os falantes teriam um domínio sobre o que é enunciado. A AD trata o sujeito como clivado, descentrado, que enuncia discursos de forma inconsciente, assim, não seria possível para a AD pensar em um contexto de enunciação em que o falante tivesse domínio total sobre o que fala.

Em outras palavras, um sujeito diz o que diz a partir de uma posição histórica e ideológica em que se encontra, com base na memória discursiva que possui sobre determinado assunto sem, no entanto, ter consciência total disso. Essas características apresentam-se como condições de produção do discurso. Os contextos mais imediatos, assim, não ganham tanta importância como a conjuntura sócio-histórica que, ao longo dos anos, constituiu os discursos.

O contexto é um elemento que, ao influenciar as condições de produção, reflete-se no discurso tornando-se também peça-chave na construção de sentidos e significados. Um mesmo enunciado produzido e decodificado em contextos diferentes também terá sentidos diferentes. Isso porque o enunciatário utiliza sua própria formação ideológica e social para produzir sentidos aceitos e esperados dentro de uma formação discursiva dada. “Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2002, p. 30).

Segundo Possenti (2007, p. 368), o que confere sentido ao que um enunciador diz não é o contexto imediato em que está situado, mas as posições ideológicas a que está submetido e as relações entre o que diz e o que já foi dito desta mesma posição. Ao produzir um discurso, o sujeito retoma discursos anteriores, enunciados dentro de uma formação discursiva posta, em diálogo constante com tais discursos. O momento histórico em que enuncia determinará, dessa forma, que discursos serão resgatados do arquivo (memória) e de que forma eles irão dialogar. É mais importante, para a AD, verificar de que posição (social, histórica, ideológica) um político fala sobre democracia ou corrupção do que descrever quem são seus interlocutores ou o ambiente de onde ele enuncia.

Além de considerar as condições de produção como o contexto (imediate e/ou sócio-historicamente constituído), Pêcheux estabelece como necessário analisar também a imagem que enunciador e enunciatário, chamado por ele de destinador e destinatário, elaboram um do outro. As imagens são representações imaginárias construídas a partir dos lugares sociais que ocupam destinador e destinatário. De outra forma: o ato de enunciar é precedido e seguido de questões que os envolvidos no processo comunicativo colocam-se mutuamente e de forma implícita. Assim, perguntas como “quem sou eu para lhe falar assim?”, “quem é ele para que eu lhe fale assim?” revelam o ponto de vista acerca do Outro constitutivo do discurso, estabelecendo as condições de produção do discurso, ou seja, aquilo que o sujeito pode/deve ou não dizer, a partir do lugar que ocupa e das representações que faz ao enunciar. Maingueneau (1997, p. 53) resume esse conceito dizendo que é através das condições de produção que se designa “o contexto social que envolve um *corpus*, isto é, um conjunto de fatores entre os quais são selecionados previamente os elementos que permitem descrever uma conjuntura”.

Para a análise dos discursos jornalísticos acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes, o conceito de condições de produção, que engloba tanto a conjuntura quanto a imagem que se estabelece do sujeito enunciador do discurso, revela-se como de grande importância. É a partir da discussão da imagem que se tem do jornalista, enquanto sujeito enunciador do discurso, e a conjuntura sócio-histórica da qual ele enuncia, que será possível detectar os sentidos sobre exploração sexual presentes no imaginário social.

1.4 Interdiscurso

Como colocado anteriormente, os discursos são constituídos por outros discursos, em uma relação dialógica. Segundo Maingueneau (2001), o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. O Interdiscurso, por sua vez, é um conceito trabalhado a partir do que Michel Pêcheux chama de “todo complexo com dominante” das formações discursivas.

Segundo o autor, a partir da premissa de que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido, toda formação discursiva “dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas intrinsecamente no complexo das formações ideológicas”. O interdiscurso determina, assim, aquilo que fala antes, em outro lugar e independentemente, sendo dominado pelo complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988, p. 162).

Em Charaudeau & Maingueneau (2006, p. 286-287), o verbete “interdiscurso” é apresentado como um conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros e também como um conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita. No mesmo verbete, um subitem refere-se ao “primado do interdiscurso”, uma tese da escola francesa de Análise do Discurso, que defende que uma formação discursiva produz o assujeitamento ideológico do sujeito do discurso na medida em que cada formação discursiva está dominada pelo interdiscurso, enquanto um conjunto estruturado das formações discursivas.

Maingueneau (2005) apresenta uma nova noção de interdiscurso substituindo-o por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Por universo discursivo, o autor define como sendo o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. É o horizonte no qual serão construídos domínios mais próximos de serem estudados, os campos discursivos. Os campos discursivos, para o autor, compreendem conjuntos de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se mutuamente em uma região do universo discursivo, seja em confronto, aliança ou neutralidade aparente. Essa concorrência acontece entre discursos que possuem a mesma função social. É no interior do campo discursivo que um discurso se constitui. Sua hipótese é a de que essa constituição pode se deixar descrever em termos e operações regulares sobre formações discursivas já existentes. “O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com *todos* os discursos desse campo, e isso em razão de sua evidente heterogeneidade” (MAINGUENEAU, 2005, p. 36). É possível ainda isolar espaços discursivos, que são subconjuntos de formações discursivas cujas relações o analista define como relevantes para seu trabalho.

O autor afirma que reconhecer o primado do interdiscurso significa tentar construir “um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro”. No entanto, esse Outro, não deve ser pensado como um envoltório do discurso. No espaço discursivo, conforme Maingueneau, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior. O Outro “encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma” (MAINGUENEAU, 2005, p. 39).

Dominique Maingueneau caracteriza, de fato, a heterogeneidade constitutiva dos discursos, explicando que não é necessário que haja uma heterogeneidade mostrada e

marcada, no sentido que coloca Authier-Revuz, para que haja interdiscurso. Segundo ele, somente a heterogeneidade mostrada é acessível aos aparelhos linguísticos na medida em que permite apreender sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade, tal como o discurso citado, palavras entre aspas, etc., enquanto que a heterogeneidade constitutiva não deixa marcas visíveis. Por isso, o autor acredita que o interdiscurso “amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33). E é isso que confere ao discurso seu caráter dialógico, na concepção bakhtiniana já exposta. O interdiscurso também é considerado como memória discursiva, de acordo com visão de Eni Orlandi, pesquisadora brasileira. Para ela, o interdiscurso:

(...) é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2002, p. 31).

A noção de pré-construído, elaborada por Paul Henry (1975) e desenvolvida posteriormente por Pêcheux (1988), é uma reformulação da semântica de pressuposição, do linguista Oswald Ducrot. O pré-construído pode ser entendido como a marca, no enunciado, de um discurso anterior; portanto, ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação. Trata-se de “um traço, no discurso, de um discurso anterior, que produz um efeito de evidência; é, por um lado, o já dito, e, por outro, o que é uma verdade para uma formação discursiva” (POSSENTI, 2007, p.385).

O que vale ressaltar sobre o interdiscurso é sua relação com o Outro e com o já-dito. Um discurso sempre conversa com seu Outro, que não necessariamente está dito, seja numa relação de resposta, de aliança, de concordância, de embate. O fato é que os discursos, ao serem enunciados, conversam com outros discursos que ocupam uma mesma formação discursiva. A noção de interdiscurso rompe com conceitos que, de alguma forma, se fundamentam na homogeneidade e na centralidade, seja do discurso, seja do sujeito. “Para a AD, os discursos não são independentes uns dos outros e não são elaborados por um sujeito” (POSSENTI, 2007, p.386).

É o interdiscurso, enquanto historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso elimina-se a exterioridade para colocá-la no interior da textualidade. O interdiscurso, conforme Orlandi (2002), é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas, que determina o que dizemos. É preciso que o que foi dito por um sujeito, em determinado momento particular, se apague na memória para que possa fazer sentido nos

discursos de outros sujeitos. O interdiscurso é, portanto, da ordem do saber discursivo, da memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer.

Torna-se importante destacar aqui a origem e o conceito de esquecimento, cunhado por Pêcheux (1988). Segundo o autor, há dois tipos de esquecimentos: o esquecimento número dois é da ordem da enunciação, que determina que, ao falarmos, fazemos de uma maneira e não de outra, compreendendo que o dizer sempre podia ser outro. Esse esquecimento produz uma impressão da realidade do pensamento, definida como ilusão referencial. O esquecimento número um é também chamado de esquecimento ideológico. Ele é da instância do inconsciente e resulta do modo com que as pessoas são afetadas pela ideologia. Os sentidos, assim, apenas se representam como se originando no sujeito que enuncia, mas são na verdade determinados pela maneira como esse sujeito se inscreve na língua e na história (ORLANDI, 2002, p. 34-35)

1.5 Silêncio

As novas formas de ler os textos verbais ou imagéticos, inauguradas pela Análise do Discurso, indicam, como explanado anteriormente, que o dizer está em relação ao não dizer, constituindo-se enquanto memória e esquecimento dentro de formações sociais e ideológicas em que os discursos dialogam. O não-dito tem sido objeto de pesquisa em suas diferentes formas: o pressuposto e o subentendido. Pela teoria fundada por Ducrot, o dito traz consigo necessariamente o pressuposto, que não está dito, mas está presente. Em outros termos, ao longo do dizer há muita coisa não dita, mas que também significa.

Na AD há noções que se ocupam do não-dizer, tais como a de interdiscurso, a de ideologia e a de formação discursiva. Em todos esses conceitos, é claro o movimento dialógico entre os discursos que estão postos (ditos) com os discursos que estão na memória discursiva dos sujeitos (não-ditos). Conforme Orlandi (2002, p. 82-83), há sempre no dizer um não-dizer necessário, constituído com base nas relações de sentidos formadas a partir do que se informa no dizer. E assim uma formação discursiva também pressupõe uma outra e o que já foi dito, mas esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. “O dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva” (ORLANDI, 2002, p. 83).

Porém, há outra forma de trabalhar o não-dito na Análise do Discurso, que é a noção de silêncio. Orlandi (1993, 2002) entende o silêncio como a “respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”, classificando-o da seguinte forma: o silêncio fundador: aquele que indica que o sentido pode

sempre ser outro e faz com que o dizer signifique; e o silenciamento ou política do silêncio que se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras no momento em que para dizer é preciso não-dizer; e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma determinada conjuntura, que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer. Segundo Orlandi (2002, p. 83), “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc”.

Como “respiração da significação” é preciso haver a compreensão de que, conforme Orlandi (1993), há silêncio nas palavras, uma vez que o silêncio atravessa as palavras, que existe entre elas, que indica que o sentido sempre pode ser outro e que aquilo que é o mais importante pode nunca ser dito. “Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 1993, p. 14).

Esse jogo de palavras e os espaços em branco são constitutivos do discurso, pois tudo que está dito e o que não está dito tem sentido e faz parte do processo de significação constante. Quando o discurso passa a ser visto como dialógico e heterogêneo, a noção de silêncio revela-se como fundadora uma vez que desvia o olhar do que é homogêneo, linear e focado no “conteúdo” para voltar-se para a memória e para a história, para o que foi esquecido, o que se tentou silenciar ou deixar de lado para colocar à mostra. É dessa forma que Orlandi (1993, p. 14-15) afirma que “procurando entender a materialidade simbólica específica do silêncio, pudemos alargar a compreensão da nossa relação com as palavras”.

1.6 As vozes do discurso

As várias vozes percebidas simultaneamente no discurso definem a polifonia, conforme conceito elaborado por Bakhtin, em sua teoria literária, e adaptado pelos estudiosos da Análise do Discurso. Em Linguística, a polifonia é associada ao nível do enunciado, que inclui marcas dos protagonistas de sua enunciação. O linguista Oswald Ducrot detalha esse conceito e estabelece uma distinção entre locutor e enunciadores. O locutor, segundo ele, é o responsável pela enunciação e é capaz de pôr em cena enunciadores que apresentam outros pontos de vista diferentes. Todos esses “seres discursivos” são seres abstratos, pois não interessa para Ducrot o falante real.

A polifonia de Ducrot foi adotada e adaptada para a Análise de Discurso e, muitas vezes, é utilizada para tratar de problemas associados às diversas formas de discurso citado

(ou representado). Dessa maneira, a polifonia linguística se situa no nível da língua, tornando-se puramente abstrata; a polifonia da AD, por sua vez, é um fenômeno da fala, em sentido concreto. A polifonia literária, bakhtiniana, diz respeito às múltiplas relações que mantêm autor, personagens e vozes anônimas.

Segundo Maingueneau (2001), o indivíduo que fala manifesta-se como o “eu” do enunciado e é aquele que se responsabiliza por esse enunciado e se torna fonte de referências da situação de enunciação. No caso de um texto jornalístico, é o repórter quem organiza o texto, nos moldes do gênero jornalístico notícia e/ou reportagem, seguindo a técnica da pirâmide invertida¹¹. Essa própria organização é uma das formas de dar sentido ao texto. Como responsável pela enunciação, é o sujeito/repórter quem define, entre outras coisas, quais serão as outras vozes evidenciadas no enunciado. Para o Jornalismo, essas vozes são as fontes de informação, aquelas que “falam” sobre o assunto, já que pelo próprio princípio da objetividade e neutralidade, o repórter não opina – explicitamente – em textos noticiosos¹².

O discurso do “eu” enunciator é definido por Maingueneau (2001) como o discurso citante, enquanto que os enunciados das fontes de informação seriam o discurso citado. Este, por sua vez, pode ser inserido no texto por meio do discurso direto – aquele em que as falas aparecem entre aspas, ou do indireto – quando o enunciator indica no próprio texto que a afirmação é de outro enunciator, no caso, de uma fonte que foi entrevistada.

Os discursos direto e indireto são bastante utilizados nos enunciados jornalísticos como um mecanismo para trazer a fala do enunciator fonte, possibilitando maior credibilidade e veracidade ao texto e, ao mesmo tempo, tirando do enunciator a responsabilidade pelo que está sendo dito. Tem como objetivo criar sensação de distanciamento e objetividade, embora nunca seja objetivo. Isso porque, por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciator do discurso citante, que dispõe de inúmeros meios para dar um enfoque pessoal.

Por fim, é importante destacar, conforme Barros (2005), que os conceitos de dialogismo e polifonia, pensados por Bakhtin e emprestados pela AD, não são sinônimos. O dialogismo é o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo o discurso, enquanto

¹¹ Pirâmide invertida é uma técnica de redação jornalística em que as informações são dispostas de maneira decrescente de importância, precedidas por um *lead* (primeiro parágrafo com a notícia principal). Assim, os fatos mais interessantes são utilizados para abrir o texto jornalístico, enquanto os de menor relevância aparecem na sequência.

¹² Tal afirmação insere-se nos pressupostos das Teorias do Jornalismo, para as quais o repórter ou redator deve manter uma posição de distanciamento com relação ao que está sendo enunciado. O funcionamento discursivo desse enunciado, no entanto, visto sob a ótica da AD, revela que ao enunciar o sujeito/jornalista não o faz completamente consciente. A discussão sobre as especificidades do texto jornalístico sob a ótica da Análise do Discurso é apresentada no capítulo II desta dissertação.

que a polifonia caracteriza um certo tipo de texto em que o dialogismo se deixa ver, em que são percebidas as vozes.

CAPÍTULO II

O DISCURSO JORNALÍSTICO

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios do sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue
se vá tecendo, entre todos os galos.
João Cabral de Melo Neto - Tecendo a manhã*

As décadas de 1960 e 1970 também foram de efervescência no que diz respeito às pesquisas do campo jornalístico¹³. A corrente teórica estruturalista, que forneceu, nessa mesma época, as bases para a Análise do Discurso da Escola Francesa, levou estudiosos da Comunicação a novas interrogações e metodologias de pesquisa. Nesse período, conforme Traquina (2002, p. 85), emergem duas teorias que partilham do paradigma da notícia enquanto construção social, a teoria estruturalista e a teoria construcionista. Para elas, a notícia é resultado de processos de interação e negociação entre todos os envolvidos na sua construção: jornalistas, fontes, sociedade, organização midiática.

Ambas superam a concepção de notícia enquanto reflexo da sociedade e refutam a ideia de um jornalista (sujeito enunciador) livre e autônomo, capaz de fazer escolhas em todas as etapas dessa produção. Isso porque, segundo Traquina (2002, p. 60-61), é impossível estabelecer uma distinção entre realidade e os mídia noticiosos¹⁴, que, ao invés de refletir a realidade, participam de sua construção. Para o autor, a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a “linguagem neutral é impossível”. Por fim, afirma que os mídia noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos.

¹³ Campo jornalístico será entendido nesta pesquisa como o conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico conhecido como a informação, conforme definição de Traquina (2002 p. 20).

¹⁴ Ao longo do trabalho o termo mídia deve ser entendido como o conjunto dos meios de comunicação. No entanto, quando o meio de comunicação exercer função noticiosa será tratado por mídia noticiosa ou simplesmente imprensa. Incluem-se nesse grupo os telejornais, jornais impressos, jornais on-line, jornais radiofônicos, revistas, entre outros.

Sobre esse ponto, DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 277) afirmam que cada vez mais os seres humanos experimentam um mundo intermediário ao invés da própria realidade. Isso porque, segundo os autores, a mídia expande o que chega aos olhos e ouvidos das pessoas. “O que percebemos são representações da realidade e não esta”. Sendo assim, a mídia tem um papel crucial na construção social do significado. Mais do que isso, tem papel determinante na veiculação e divulgação de discursos e sentidos que formulam imaginários sociais sobre todos os assuntos que noticiam.

Para DeFleur & Ball-Rokeach (1993), esse entendimento da mídia enquanto construtora social de significado colocou várias pesquisas sobre Teorias da Comunicação dentro do que chamam de paradigma de significado geral. Tal modelo baseia-se nos princípios do conhecimento, linguagem e conduta que foram acumulados desde que os seres humanos iniciaram sua busca para entender a própria natureza e como eram diferentes das demais criaturas.

As proposições dessa corrente de pensamento são as de que o conhecimento existe sob a forma de conceitos; que os significados desses conceitos podem ser criados por uma pessoa através do contato com a realidade ou por intermédio de interação simbólica em uma comunidade de linguagem; que a linguagem como conjunto de símbolos rotula significados previamente convencionados; e que tais convenções padronizam os vínculos entre símbolo e significado possibilitando a comunicação entre os indivíduos que partilham das mesmas regras. Tudo isso modela, por fim, a percepção, a interpretação e a conduta das pessoas em sociedade (DEFLEUR & BALL-ROKEACH, 1993, p. 278). A importância dessas afirmativas para a presente pesquisa reside no fato de que elas comungam, em grande parte, com o que propõe a Análise de Discurso de Escola Francesa, no que diz respeito à influência da mídia impressa na construção do imaginário social acerca do tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

Segundo DeFleur & Ball-Rokeach (1993), a mídia, em especial a imprensa, ainda modela e padroniza comportamentos e crenças, agenda o debate público, ou seja, coloca em ordem hierárquica de importância um conjunto de questões possibilitando que essas questões tornem-se pauta de discussão da sociedade, além de modular a fala e a linguagem. Particularmente sobre essa última função, os autores afirmam que cada vez mais as pessoas estão em contato com os meios de comunicação e que isso tem influência sobre os modos de fala, usos das palavras, modificações de vocabulário e apreensões de significados das palavras e termos utilizados. Para a presente análise, esse ponto revela-se bastante relevante uma vez que a terminologia da violência sexual – e em especial da exploração sexual cometida contra

crianças e adolescentes – vai do técnico, passando pelo jurídico, chegando ao coloquial e ao senso comum.

A mídia, pois, tem importantes influências em nossa linguagem e seus significados. Isso de várias maneiras. Ela *estabelece* novas palavras com significados a elas ligados; *dissemina* os significados de termos existentes; *substitui* significados antigos por outros novos; acima de tudo, oficializa convenções de significado existentes para o vocabulário de nossa linguagem (DEFLEUR & BALL-ROKEACH, 1993, p. 287).

De outro lado, os aspectos comuns entre as teorias estruturalista e construcionista, elencados por Traquina (2002), residem na importância que conferem à cultura jornalística, à estrutura dos valores-notícia¹⁵ dos jornalistas, à ideologia dos membros da comunidade profissional, à influência das rotinas e procedimentos. Para os estruturalistas e construtivistas, os jornalistas possuem um grau de autonomia, porém, suas escolhas não são totalmente livres. Ambas contestam a visão de que “os jornalistas são observadores passivos e defendem a posição de que, ao contrário, são de fato participantes ativos na construção da realidade”, mas que a “escolha é orientada pela aparência que a ‘realidade’ assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos” (TRAQUINA, 2002, p. 86-87).

Ao considerar as notícias como resultado de uma construção, definem-nas como narrativas “marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos” (TRAQUINA, 2002, p. 86). Embora tendo referências no real, as notícias são enquadramentos dessa realidade, ou seja, ao produzi-las, os jornalistas definem e escolhem por quais vieses essa realidade será narrada, respondendo a questões simples como Quem? O que? Onde? Quando?, selecionando, acentuando ou ignorando determinados fatos.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que as narrativas jornalísticas, as notícias, são construções discursivas. As escolhas visíveis nos enquadramentos dados ao texto são parte de um processo discursivo em que o jornalista, enquanto sujeito desse discurso, não é livre e autônomo, mas reproduz e dialoga com discursos outros, estabelecidos culturalmente na sociedade.

Tanto a teoria estruturalista quanto a construcionista, de acordo com Traquina (2002), partilham da herança marxista a respeito do papel da mídia na reprodução da ideologia dominante, comungando com o que Althusser define como sendo um dos aparelhos ideológicos do Estado e que tem seu processo de produção de notícias constituído por vários

¹⁵ Os valores-notícia fornecem os critérios nas práticas rotineiras do jornalismo, estabelecendo que histórias são noticiáveis e quais não são. Quais merecem destaque e quais são insignificantes. O que deve ser divulgado/publicado e o que deve ser descartado. Essas decisões são tomadas com base em critérios de noticiabilidade, quais sejam: interesse público, proximidade temporal e espacial, novidade, conflito.

fatores, entre eles a organização do meio de comunicação, a estrutura dos valores-notícia e a ideologia profissional dos jornalistas, bem como o próprio momento de produção.

O local de trabalho do jornalista impõe regras e rotinas a serem seguidas. Trata-se mesmo de um dos aspectos das condições de produção do discurso jornalístico. Ser uma televisão, um *site* ou um jornal impresso impacta diretamente no produto final do campo jornalístico: a notícia, entendida aqui como materialização do discurso jornalístico. Desse modo, a produção regular de notícias está condicionada a fatores como espaço, tempo, direcionamento editorial da empresa, estrutura física do veículo, abrangência e até mesmo a credibilidade conquistada junto ao público ao longo de sua existência.

Além da forma de organização da empresa jornalística, o próprio jornalista, enquanto ser social inserido em uma cultura, também colabora para a definição do que será veiculado e de que forma, sempre considerando que suas escolhas são ideológicas e relativamente autônomas. O próprio processo de construção da notícia estabelece os caminhos que se deve seguir e, ao produzir a notícia e dar vida ao acontecimento, o jornalista oferece à sociedade algumas formas de interpretação do fato, interpretações estas que levam em conta também o que é e como se configura a sociedade.

Para Traquina (2002, p. 90), o processo de produção das notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual. Dessa forma:

As notícias são resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra – ter noticiabilidade (*newsworthiness*) (TRAQUINA, 2002, p. 94).

Estudo de Walter Lippmann (2008) discutiu como as interpretações dos acontecimentos pela imprensa podem alterar as interpretações da realidade pelo público e seus consequentes modelos de ação, além de revelar que a mídia é capaz, sim, de estimular a produção de conhecimentos. Ele concluiu, segundo Defleur & Ball-Rokeach, (1993, p. 279), que, muitas vezes, as pessoas agem não baseadas no que realmente está se passando ou que tenha ocorrido, mas naquilo que imaginam seja a situação real gerada de descrições fornecidas pela imprensa – significados e interpretações que muitas vezes tem apenas limitada relação com o que se passou.

Defleur & Ball-Rokeach (1993, p. 280) alertam, porém, que a mídia noticiosa não se propõe deliberadamente a criar ilusões ou enganar quem quer que seja. Mesmo que

amparados por regras e princípios éticos, a seletividade, as escolhas e distorções estão fora do controle dos jornalistas.

Esse rápido passeio pelas grandes correntes teóricas que norteiam muitos dos estudos do campo comunicacional e jornalístico foi empreendido com o objetivo de situar esta pesquisa dentro das bases teóricas e metodológicas tanto da Análise de Discurso de Escola Francesa, de conceituação estruturalista, quanto dentro das pesquisas das teorias jornalísticas. Nesse caso, aproximando as teorias estruturalista e construcionista no seio de um grande paradigma que é o de localizar o trabalho jornalístico e seus produtos como resultados de processos sociais e significativos, compreendendo a notícia como a materialidade textual do discurso jornalístico que se constitui socialmente influenciado pela interação entre as pessoas, as condições de produção e os discursos Outros.

Do estruturalismo destacam-se os critérios de noticiabilidade, os valores-notícia e a noção de que a mídia constitui, como já apontado, um aparelho ideológico do estado sendo responsável pela disseminação de ideologias. E que isso é feito de forma pouco autônoma e livre por parte dos jornalistas. Dos estudos construcionistas, a contribuição se dá pelo entendimento das condições de produção das notícias, ou seja, de que forma as rotinas empreendidas nas empresas de comunicação e pela comunidade profissional influenciam a construção do texto jornalístico e, conseqüentemente, a disseminação de discursos e a formação de significados.

Benetti (2007, p. 107) considera a Análise de Discurso francesa (AD) como muito produtiva para a identificação dos sentidos e mapeamento das vozes presentes no discurso jornalístico. A autora afirma que o jornalismo é lugar de circulação e produção de sentidos e define seu discurso como “dialógico, polifônico, opaco, ao mesmo tempo efeito e produto de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares”. Tais conceitos são emprestados da AD, porém, aproximam-se de conclusões a que estudos do campo jornalístico têm chegado nas últimas quatro décadas.

Toda linguagem é dialógica, conforme comprovaram os estudos de Bakhtin apresentados no capítulo anterior. Dentre seus vários aspectos, dois interessam ao estudo dos textos jornalísticos: a relação entre discursos – interdiscursividade – e a relação entre sujeitos – intersubjetividade. Esse último leva à contestação da ideia de que o discurso poderia conter uma verdade intrínseca ou uma literalidade. De fato, conforme Orlandi (2002), o dizer produz um efeito de literalidade, que é a impressão do “sentido-lá”, a impressão de algo que obviamente só poderia significar isto, como se o sentido existisse de forma independente e pudesse ser simplesmente acessado ao não. O efeito de literalidade cresce proporcionalmente

ao apagamento de uma ideologia como ideologia, ou seja, como afirma Benetti (2007, p. 108), quanto mais naturalizada a ideologia, mais as formações discursivas que dela derivam carregam sentidos que parecem literais. A literalidade é um “produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder” (ORLANDI, 2002, p. 52).

Admitir que o discurso jornalístico é dialógico e depende de sujeitos para existir leva a pensar que ele é produzido por sujeitos que estão em relação, ou seja, pelo sujeito enunciador, o autor, e pelo sujeito que lê, o receptor. ECO (1986) afirma que o papel do leitor é fazer o texto funcionar. Para Umberto Eco, o texto é uma cadeia de artifícios de expressão que devem ser atualizados pelo destinatário no processo comunicativo. Por ser incompleto, o texto não significa por si só e fica na dependência de que o destinatário abra sua “enciclopédia”, o seu repertório, para conferir-lhe sentidos. Ainda segundo Umberto Eco, os textos são feitos de espaços em branco para serem preenchidos pelo leitor/destinatário por dois motivos: porque o texto é um mecanismo preguiçoso que vive da valorização do sentido que o destinatário introduz; e porque quer deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, embora quase sempre isso tenda à univocidade. O fato é que, para ele, a interpretação envolve uma dialética entre estratégia do autor e resposta do leitor (ECO, 1986, p. 35-37).

Para construir a notícia, o sujeito enunciador segue normas de produção e organização textuais que levam a um certo tipo de padronização. Padrão este que faz o leitor “esperar” um tipo de leitura. Uma leitura objetiva, imparcial, reflexo da realidade, fiel aos acontecimentos, estabelecendo um imaginário acerca da imprensa e dos temas que ela agenda diariamente no noticiário. Porém, o discurso é opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação; dessa forma, a objetividade jornalística, tanto almejada, não existe. É uma busca do jornalista, que consegue oferecer apenas possibilidades de leituras que convergem para determinados sentidos, sem ter qualquer garantia de que o leitor fará alguma dessas leituras.

A discussão sobre a objetividade e imparcialidade é ponto superado a partir do momento em que se estabelece que as notícias, ou de outra forma, os discursos jornalísticos, são construções sociais. No entanto, faz-se necessário discorrer rapidamente sobre esses conceitos tão presentes no imaginário social sobre a mídia noticiosa. As pessoas ainda conferem credibilidade à imprensa com a ideia de que os fatos são narrados objetivamente, sem qualquer interferência subjetiva do enunciador.

A objetividade e a imparcialidade, por mais que sejam buscadas, não existem no texto jornalístico, assim como em nenhum outro, pois “todo discurso é ideológico” (ORLANDI, 2002). No jornalismo, o uso da terceira pessoa e das aspas para marcar o discurso Outro gera efeito de sentido de distanciamento e neutralidade, no entanto, partindo do pressuposto de que ao produzir, o enunciador está inserido em um contexto, influenciado por um processo de produção e por ideologias, suas “escolhas” são sempre baseadas em intenções objetivas e subjetivas. Quando se admite que as atitudes políticas dos jornalistas, refletidas em suas escolhas, são determinantes na produção das notícias, as noções de objetividade e imparcialidade são derrubadas.

Por fim, ressalta Benetti (2007, p. 108-109), o fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais, levando-se também em conta o contexto de sua produção. A relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso, que é afetado pelo sistema de significação¹⁶ em que o sujeito se inscreve. O jornalismo é, então, um modo de conhecimento: ele tanto produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outros atores. E o conhecimento não é apenas transmitido, ele é recriado em um processo contínuo de significação e re-significação estabelecido entre os sujeitos do discurso.

2.1 O sujeito jornalista

O jornalismo passa a ser uma atividade remunerada no século XIX acompanhando um momento mundial de industrialização, de maior escolarização da população, influenciado pelo processo de urbanização e avanços tecnológicos. Com isso, os meios de comunicação se expandem. Jornais impressos e folhetins ganham relevância e abrangência. O processo de profissionalização, no entanto, foi lento e difícil. A busca por um estatuto social¹⁷ e legitimidade, segundo Traquina (2002, p. 27), constitui os principais objetivos nesse período. Para isso, os jornalistas se organizam em associações, sindicatos, federações e clubes,

¹⁶ Esse sistema de significação é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário (BENETTI, 2007, p. 109).

¹⁷ Designa a posição que um indivíduo ou grupo ocupa num dado sistema social. Esta posição determina direitos, deveres e expectativas de ação recíprocas, e circunscreve a natureza e a extensão das relações que um indivíduo pode estabelecer com indivíduos do mesmo estatuto e de estatutos diferentes. O funcionamento das sociedades e dos grupos depende, em grande medida, da existência de modelos de comportamento bem definidos e de relações sociais estruturadas entre os indivíduos e os grupos. Deste modo, a um dado estatuto social tende a corresponder um conjunto relativamente fixo de comportamentos que se podem esperar de um indivíduo em determinada situação e da sociedade relativamente a ele.

elaboram códigos com normas e obrigações para a profissão e iniciam um processo de ensino do jornalismo em instituições de ensino superior, isso já no início do século XX.

Traquina (2002) acredita que há muito ainda o que superar até que o jornalismo se estabeleça profissionalmente e consiga definir um território de atuação, porém, afirma que nesse processo tem sido crucial a formação de ideologias justificativas, que designam noções de imprensa livre e jornalismo como quarto poder, que definiram:

um *ethos* próprio para os jornalistas, nomeadamente o de um comunicador desinteressado que não só serve à opinião pública e constitui uma arma imprescindível em democracia contra a tirania insensível ou quaisquer eventuais abusos de poder, mas também que se sente comprometido com a verdade (TRAQUINA, 2002, p. 27-28).

Para além do *ethos* profissional, existe um conjunto de normas, rituais e valores (tentativa de objetividade, imediatismo, independência) que formam uma ideologia profissional delimitadora do *ser jornalista*. E existe também, segundo Traquina (2002, p. 28), uma cultura profissional que estabelece linguagem própria, maneira peculiar de sentir o tempo, cultos e símbolos repletos de imagens estereotipadas acerca desse ser jornalista.

Um aspecto fundamental dessa cultura é o compartilhamento de noções quanto à importância ou interesse que um fato ou questão poderá ter para ganhar o *status* de ser divulgado. Outra questão recai sobre a atuação no processo de produção das notícias, que são elaboradas segundo padrões industrializados e padronizados. Para se adaptar a tais padrões, o sujeito jornalista precisa possuir um conjunto de saberes profissionais, como o saber do reconhecimento, saber de procedimento e saber de narração. O primeiro diz respeito à capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia; o segundo trata dos conhecimentos que orientam os passos da produção da notícia; por fim, o saber de narração consiste na capacidade de compilar as informações coletadas e organizá-las em uma narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante (TRAQUINA, 2002, p. 31).

Conforme Traquina (2002, p. 122), a ideologia jornalística e a sociedade também fornecem um *ethos* que define para os membros da comunidade jornalística que o seu papel social é de informar os cidadãos e proteger a sociedade. O *ethos* jornalístico tem sido determinante na elaboração de toda uma “mitologia” que encobre a atividade jornalística e que não só marca os próprios profissionais do campo jornalístico como também tem sido projetado no imaginário coletivo da própria sociedade. A sua maneira de ver o mundo, devido aos critérios de noticiabilidade, às noções, ideias, conceitos e preconceitos compartilhados, ao

modo de ser, de falar e de agir estabelecem elos entre os profissionais, o que colabora para a rotulação de bons e maus jornalistas.

Dominique Maingueneau (2006, p. 62), teórico da Análise do Discurso de Escola Francesa, explica que o *ethos* implica uma forma de mover-se no espaço social, “uma disciplina tácita do corpo, apreendida por meio de um comportamento”. O destinatário, no caso o receptor do discurso jornalístico, identifica esse *ethos* apoiando-se em um conjunto de representações sociais de estereótipos, avaliadas positiva ou negativamente, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar. “As ‘ideias’ são apresentadas através de uma maneira de *dizer* que é também uma maneira de *ser*, associada a representações e normas de disciplina do corpo” (MAINGUENEAU, 2006, p. 49).

Para Traquina (2002, p. 28-29), ainda existem problemas na definição da identidade do jornalismo enquanto profissão, o que não acontece com a identidade jornalística. “Antropologicamente falando, a comunidade jornalística é uma tribo, e as características e ideologia dessa tribo são um fator crucial na elaboração do produto jornalístico, na definição da agenda jornalística”.

A interação dos membros da comunidade profissional dos jornalistas, isto é, a troca de experiências, saberes, truques e dicas fazem parte de um processo de “formação de consenso” que influencia o trabalho jornalístico (TRAQUINA, 2006, p. 117). Esse consenso pode ser lido, através da Análise do Discurso, como um reforço dos discursos presentes na Formação Ideológica e na Formação Discursiva das quais o grupo de jornalistas faz parte. Essa interação valida as opiniões dos colegas sobre o trabalho e cria toda uma linguagem entre os membros da “tribo”. O aprendizado do vocabulário precedente e da gramática da imprensa se dá pela experiência.

O fato é que, por ter um papel ativo na construção social da realidade, o jornalismo carrega com ele grandes responsabilidades e exigências. “Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de relatos” (TRAQUINA, 2002, p. 46).

Como exposto no capítulo um, a Análise do Discurso de Escola Francesa vê o sujeito discursivo como uma entidade clivada, um sujeito que é, ao mesmo tempo, consciente e inconsciente do que enuncia. Limberti (2009, p. 32) afirma que o sujeito é construído no momento da enunciação, com os elementos que o discurso dá, com a face que a voz revela. “A detecção da identidade dá-se exatamente aí, quando os contornos da face apresentam

homologação com todas as outras formas de linguagem do sujeito: crenças, costumes, história, ideologia”.

A autora diz também que o discurso extrapola seu âmbito porque contém outros discursos e, ao pronunciar-se, o sujeito não se manifesta apenas a si mesmo, mas manifesta as regras de pronunciamento presentes no próprio pronunciamento. Há todo um conjunto ideológico que delinea essa manifestação e que desloca o sujeito da sua condição central e o submete à condição de um dos elementos da enunciação. A manifestação da identidade se acopla à própria forma de manifestação. Não ocorre, pois, uma substituição inconsciente de discursos, mas sim uma seleção no interior do próprio discurso, do que vai ser dito e como vai ser dito:

Tais “escolhas” são reveladoras, pois tanto as formas discursivas eleitas quanto as excluídas são as marcas de sua subjetividade e, conseqüentemente, de sua identidade. Essas marcas são combinatórias de “escolhas” feitas pelo sujeito social que revelam seu modo de representar a realidade, a qual, da mesma forma, ele conforma de maneira própria e individual. Assim se delinea a identidade: pelo conjunto de características discursivas próprias, que formam um conjunto de “escolhas” que significa tanto quanto o que se enuncia (LIMBERTI, 2009, p. 33).

Com base no que foi apresentado anteriormente, colocado por Traquina (2002), sobre a existência de uma comunidade profissional de jornalistas que influencia, através da interação social, a produção de notícias (discursos materializados na língua com características próprias de existência e produção), pode-se afirmar então que embora as escolhas sejam individuais e baseadas na subjetividade, como afirma Limberti, no caso do jornalista, tais escolhas levam em conta também as condições de produção e a interação dentro da comunidade.

Afinal, tudo significa, as fontes consultadas, as perguntas feitas, os trechos das respostas que foram utilizados, se as citações estão em discurso direto ou indireto, a terminologia utilizada, o enquadramento dado ao fato, ou seja, quais os aspectos do acontecimentos terão destaque com base nos critérios de noticiabilidade. Por exemplo, o jornalista pode optar por focar a prisão de um acusado de cometer crime de exploração sexual de adolescente ou focar o atendimento que foi prestado à adolescente. Todas essas escolhas são reveladoras da formação discursiva na qual o sujeito se inscreve.

Nesse caso, há um processo espelhado na produção de discursos porque o sujeito é, ao mesmo tempo, produtor e coisa produzida, conforme Limberti (2009, p. 33). O sujeito está no texto, se faz presente por meio de suas escolhas, embora, no caso do texto jornalístico, haja um esforço por se maquiagem essa presença, conferindo ao outro a autoria dos discursos, isso na intenção de manter o distanciamento e a objetividade esperados pelo leitor. No entanto, o

sujeito está arraigado em sua cultura, em sua formação ideológica e isso aparece em seu discurso.

O sujeito, para Limberti (2009, p. 34), é multifacetado, esférico, digerido e alimentado pelo discurso, inserido em um contexto social, preenchendo inúmeros papéis hierarquizados. Dessa forma, discurso e sujeito se interpenetram em uma relação de dependência mútua, sendo que o discurso revela o ponto de vista do enunciador em relação a um determinado tema. Ao mesmo tempo, contudo, é capaz de apontar, e isso no caso do discurso jornalístico é muito visível, a presença de um outro ponto de vista em sua própria enunciação, ou seja, um sujeito detendo um discurso que não é o dele.

Por esse caminho, é possível pensar o jornalista/enunciador como sujeito de um discurso. O “seu” discurso está posto, está materializado no texto noticioso, porém de forma camuflada, indireta, a fim de manter a função referencial e uma fictícia objetividade e imparcialidade esperados “conscientemente” pelo leitor, mas também compreendidos “inconscientemente” por esse leitor que busca, além de ser informado sobre algo, conhecer a opinião do jornalista a fim de formar ou referendar sua própria opinião sobre o que está em debate. Trata-se de um jogo de reforço dos discursos para manter um certo equilíbrio social. A partir do momento que se lê no jornal aquilo que já se acredita ser a “verdade”, o leitor se sente aliviado e seguro em permanecer como membro de determinada formação ideológica. Suas convicções são, por assim dizer, confirmadas.

2.2 As condições de produção no Jornalismo

O jornal é produto da indústria cultural e resultado de grandes transformações na imprensa, na sociedade e na história. Para Bahia (1990), é o meio de comunicação de maior consistência, mais persistente e de maior credibilidade se comparado a outros veículos. A imprensa, segundo o autor, engloba a totalidade dos canais impressos que usam palavras escritas como código de individualidade. Assim, o jornal é sinônimo de imprensa, na medida em que é integrado, atuante e presente na sociedade. Ainda hoje é referência em credibilidade por conta do estilo mais aprofundado de apuração e redação das notícias.

Bahia (1990, p. 67-68) afirma que as pessoas, de modo geral, entendem que os jornalistas não são autoridades, embora acabem mobilizando o poder público quando este falha em suas ações. Isso se dá através de denúncias e cobrança por resultados. Outro ponto importante sobre o jornal impresso é que ele é produto de uma entidade de direito privado, ou seja, de uma empresa. Isso faz com que carregue uma origem política cheia de “proselitismo ideológico, catequese partidária”, sendo “meio de ação sobre indivíduos” e influenciando a

opinião e a doutrina das pessoas. A grande imprensa, que reúne os jornais de maior circulação e legitimidade de uma região, oferece padrões editoriais e de qualidade, pois:

Um veículo impresso figura numa classe de grandeza quando suas funções combinam autoridade (exatidão, veracidade, equilíbrio); credibilidade (confiança, conhecimento, moderação); legitimidade (linguagem, arte, estilo); profissionalismo (apresentação clara e não-preconceituosa dos fatos, quaisquer que sejam valores e emoções do veículo); critério (senso de prioridade na escolha das notícias, de modo a que o leitor tenha na primeira página o que é mais importante) (BAHIA, 1990, p. 69).

Com o avanço dos meios de comunicação tecnológicos, como TV, rádio e internet havia uma preocupação acerca da sobrevivência do jornal impresso. No entanto, ele acabou assumindo o espaço destinado aos textos em profundidade, mais detalhados, indo além do que a TV, por exemplo, apresenta sem pormenores. Independente da tecnologia utilizada, Bahia (1990) afirma que sem conteúdo e mensagens relevantes qualquer veículo sucumbe.

Lage (2005) faz um retrospecto do surgimento do jornal impresso. Ele conta que, em 69 a.C., o imperador romano Júlio César determinou que os atos do povo e do senado fossem diariamente publicados no fórum. A informação oficial e periódica, com o objetivo de fazer com que as pessoas tomassem conhecimento das leis, passou a ser complementada com fatos do dia a dia dos romanos. As atas diurnas, como eram chamadas, circulavam no império e davam origem a interpretações de toda ordem. A memória das atas “diurnas” permaneceu presente na península italiana até o século XVI.

A cultura oral, em que as histórias eram relatadas e passavam de geração em geração, continuou forte apesar dos avanços na fabricação do papel e da maior difusão de livros e folhetins. A mudança nos hábitos acontece com a Revolução Industrial, no século XIX, quando foi preciso alfabetizar as massas para o trabalho. Com mais leitores, a produção de informação impressa deslanchou. Foi inclusive nessa época que surgiu a profissão de jornalista.

De acordo com Lage (2005, p. 30), pode-se atribuir a origem do jornalismo impresso, século e meio depois da invenção dos tipos móveis, a vários fatores, entre eles: a estruturação de serviços de correios; a difusão da alfabetização; a melhoria nos serviços de transporte. No entanto, o principal motivo foi a ambição burguesa em utilizar os meios de comunicação impressos para confrontar a aristocracia. Segundo o autor, os textos principais dos jornais eram opinativos e seguiam o princípio retórico, reportavam-se à realidade para sugerir ou afirmar que os problemas se deviam aos impostos, às barreiras alfandegárias e aos privilégios da aristocracia. Além disso, divulgavam algumas notas breves de fatos de interesse comercial

e variados. Os primeiros jornais europeus surgiram nos burgos alemães, no início do século XVII, e depois começaram a aparecer na Holanda, Espanha e França.

Os melhores jornalistas da época (século XVIII) eram publicistas, divulgadores de ideias e supostos portadores da verdade. O jornalismo iluminista, segundo Lage (2005, p. 31), tentava agrupar nas mesmas mensagens a ciência, a estética literária e a busca do convencimento.

O jornal que se conhece hoje, a começar pelo formato fruto de impressão em rotativas, surge no século XIX. E tudo teve que ser reinventado: “a separação entre notícias, os títulos que dariam origem às manchetes, a divisão das páginas em colunas, a gravura industrial, a gravação de fotografias sobre retícula, etc” (LAGE, 2005, p. 32). Em termos de conteúdo, prevalecia a opinião, mas o público alfabetizado multiplicava-se e estava interessado em fatos novos. Em meados do século XIX a produção de jornal torna-se um empreendimento bem mais caro e a publicidade passa então a fazer parte da receita das empresas jornalísticas.

No Brasil, relata Lage (2005, p. 61), a imprensa começou em 1808, com a chegada da família real portuguesa e a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro, órgão oficial responsável por divulgar as decisões do império e exaltar a aristocracia. O primeiro jornal a circular no Brasil foi o Correio Brasiliense, editado em Londres a partir de junho de 1808, eram publicações com 100 páginas, de capa dura que saía em defesa do liberalismo e da abertura econômica do Brasil. A imprensa na época do império era marcadamente panfletária. Seus interesses e discursos estavam estampados em seu conteúdo, em que competiam entre si os abolicionistas, os liberais, os conservadores e os republicanos. Muitos escritores eram redatores dos jornais nesse período.

Na República, os padrões éticos pouco mudaram: os escritores deixaram as redações dando lugar a pessoas despreparadas e preocupadas apenas em vender anúncios. Muitos dos jornalistas faziam do jornal uma escada para a vida política. Depois da Revolução de 1930, é implantada a ditadura e muitos jornais foram calados pelo governo por causa de seu posicionamento político e ideológico.

Na década de 1950, o Jornal do Brasil, publicação carioca, inova no estilo de texto e na estética gráfica. Essa onda de renovação, principalmente do texto noticioso, vai até década de 1970, quando jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo mudam e influenciam as publicações do interior do país. Basicamente, as mudanças trouxeram a queda do uso de preciosismos, estrangeirismos, adjetivos, advérbios de modo, intensidade e afirmação e o uso de verbos em primeira pessoa (LAGE, 2005, p. 71).

2.2.1 Rotinas produtivas

Dentro da perspectiva da teoria construcionista, que estuda as rotinas de trabalho dos jornalistas, compreende-se a notícia como resultante de processos interativos empreendidos entre produtores da notícia (os jornalistas) e as fontes de informação, dentro de rotinas produtivas pré-estabelecidas.

Uma característica do jornalismo, enquanto campo de estudo e prática social, é ter que lidar com a cobertura dos fatos que acontecem em um contexto determinado pelo tempo e pelo espaço. Por isso, as empresas do campo jornalístico elaboram constantemente estratégias para superar os desafios colocados pela dupla natureza da matéria-prima do jornalismo, ou seja, dos acontecimentos. Essa dupla natureza pode ser resumida da seguinte forma: os acontecimentos podem surgir em qualquer parte e os acontecimentos podem surgir a qualquer momento. Para fazer frente a essas duas características fundamentais, os veículos de comunicação noticiosos precisam colocar ordem no tempo e no espaço (TRAQUINA, 2002, p. 95).

Conforme estudos de Gaye Tuchman, citados por Traquina (2002, p. 95-99), as empresas jornalísticas buscam impor ordem no espaço estendendo uma rede noticiosa para “capturar” os acontecimentos. Isso se dá por meio de uma divisão territorial entre equipes responsáveis por perceber e avaliar o que deve ser notícia, pela especialização organizacional e temática. A tendência, segundo Traquina (2002), é que, como as bases dos mídia noticiosos estão nos grandes centros e capitais, o “resto do país”, ou o resto do estado, só é notícia quando acontecem tragédias, desordens sociais ou morais, e visitas de autoridades.

As empresas jornalísticas também precisam impor-se sobre o tempo. A rotina diária obriga-os a detectar, produzir, imprimir e distribuir jornais durante o horário comercial, no entanto, fatos não têm hora para surgir. Para estabelecer uma estrutura sobre o tempo, é importante entender que há um ritmo próprio dos meios de comunicação. A rede de notícias, nesse sentido, espera que os acontecimentos que tenham valor notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho. Fora desse período, apenas fatos de alta valorização justificam a cobertura. Por isso, planejar o futuro, utilizando agendas e pautas, faz parte da rotina produtiva do jornalismo. “(...), o ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo, a definição do jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais, têm como consequência uma ênfase nos acontecimentos não problemáticos” (TRAQUINA, 2002, p. 98). Em outros termos, a preferência é sempre por fatos que podem ser mais controlados temporal e espacialmente.

A formação de uma rede noticiosa e a forma como os jornalistas se organizam dentro dela são a chave da construção da notícia. A fixação da rede noticiosa no tempo e no espaço impede algumas ocorrências de serem noticiadas, ao mesmo tempo em que colabora na definição do que será notícia, já que a rede articula-se com os critérios de noticiabilidade. Trata-se de uma forma de organização dos profissionais para filtrar os acontecimentos que possuem valor-notícia. O conhecimento das formas rotineiras de se processarem os diferentes tipos de fatos é uma forma de tornar o trabalho dos repórteres mais eficaz, trata-se de um saber de procedimento.

As características fundamentais das rotinas de produção do jornalismo, como a escassez de tempo e de meios, segundo Wolf (2003, p. 228), acentuam a relevância dos valores/notícia, que acabam emergindo em todo o processo de construção das notícias. Esse processo compõe-se de diversas fases, variadas conforme a organização do trabalho de cada redação ou veículo de comunicação. Porém, para o autor, três fases estão presentes em qualquer rotina produtiva do jornalismo: a coleta, a seleção e a apresentação. De modo mais detalhado e com enfoque na rotina produtiva do jornal impresso tem-se a apuração do fato, definição do que será noticiado e coleta de informações; a redação, momento em que o jornalista faz os recortes nas informações coletadas definindo enquadramento, enfoques, falas a serem consideradas e descartadas; edição, quando o texto é lido e são feitos cortes ou acréscimos de informações e dados; diagramação, fase em que textos, títulos e fotos tomam forma na página do jornal; revisão, quando a página é impressa para que sejam detectados possíveis erros; impressão, momento em que o arquivo vai para as máquinas rotativas e o jornal ganha forma no papel e, por fim, a distribuição, etapa em que o jornal ganha as ruas.

É importante destacar que as rotinas produtivas, enquanto parte das condições de produção do discurso jornalístico, interferem em grande parte na definição sobre o que e de que forma algo será noticiado. Desde a apuração até o momento de distribuição, os discursos materializados no texto impresso no papel de jornal significam.

Limberty (2004) afirma que o contato com o jornal impresso deixa evidente a dimensão do texto enquanto evento, lugar onde se constrói discursivamente a experiência. Segundo a autora, cada nota no jornal é um evento, assim como o jornal em si o é, no sentido de constituir-se em um ponto de convergência de inúmeras ações comunicativas e sociais. O jornal se apresenta, assim, como um “microcosmo contextualizador” que, ao mesmo tempo, faz circular ideias, saberes e representações. E, ao fazê-los circular, “cristaliza-os, na medida em que os registra: é um mecanismo duplo de acessar os sentidos e controlar os critérios de sua construção”.

2.3 O enunciado jornalístico

São muitos os critérios pelos quais se constituem tipologias na análise de discurso e uma delas é a que reflete as distinções institucionais e suas normas. Segundo Orlandi (2002, p. 85-86), tem-se o discurso político, o jurídico, o religioso, o pedagógico, o jornalístico, o médico, o científico, etc, com suas variáveis. Também há os discursos ligados a disciplinas e campos de estudo, como o discurso histórico, o sociológico, antropológico, etc. Há ainda, segundo a autora, diferenças relativas a estilos, a gêneros, subdivisões dentro dessas categorias. Por ser um universo de tipos e subtipos, a autora defende que essa não deve ser a preocupação central do analista, embora possa ser útil em alguns momentos, pois o que caracteriza um discurso não é o seu tipo, mas seu modo de funcionamento.

Nesta pesquisa, o discurso jornalístico é entendido como sendo um enunciado elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares, constituindo-se enquanto um discurso dialógico, polifônico, opaco, efeito e produtor de sentidos. Seu enunciado tem características narrativas e é tido como referencial, ou seja, fala de algo para alguém utilizando mecanismos com efeitos de sentido de distanciamento e objetividade. Está dividido em gêneros jornalísticos, como a reportagem, o editorial e o artigo de opinião que, por conta das suas particularidades, produzem efeitos de sentidos diferentes acerca de um mesmo tema. Assim, o que o leitor “espera”, de acordo com sua experiência de leitura, de uma reportagem, não é o mesmo que espera de um editorial.

O enunciado pode ser entendido como a unidade elementar do discurso. Segundo uma visão foucaultiana do discurso, Gregolin (2006) explica que o enunciado não é nem inteiramente linguístico nem exclusivamente material, sendo indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem. De acordo com Fiorin (2004, p. 39-40), a enunciação é o ato de produção do discurso, isto é, uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação). Ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso que constrói e define-se como a instância de um *eu-aqui-agora*. Por isso, a sintaxe do discurso, ao estudar as marcas da enunciação no enunciado, analisa três procedimentos de discursivização: a actorialização, a espacialização e a temporalização.

Barthes (1988), em estudo sobre o discurso histórico, busca compreender qual é o “lugar” de onde o historiador formula e comunica seu discurso e quais os signos que dão sentido e permitem que o discurso passe de enunciado à comunicação. O discurso jornalístico é, em grande parte, histórico, na medida em que narra fatos e acontecimentos passados, no entanto, seguindo uma gramática própria inerente aos meios de comunicação. Sendo assim, as

reflexões de Barthes inserem-se nesta pesquisa na medida em que ele analisa a enunciação e o enunciado enquanto materialidade do discurso.

Barthes (1988, p.146) afirma que o discurso histórico, e no caso o jornalístico, comporta dois tipos de emblemas, ou seja, projeções da enunciação no enunciado: o primeiro é a escuta, em que os signos fazem menção às fontes, aos testemunhos. Trata-se de um emblema que faz referência a toda uma escuta do historiador, que é reproduzida em seu discurso. A segunda categoria são os signos organizadores da enunciação, aqueles que retomam o discurso, em um movimento pendular que revela o fluxo da enunciação. Os signos de organização trazem à tona, segundo Barthes, o conflito entre o tempo da enunciação e o tempo da matéria enunciada. Ambos os emblemas estão postos nos enunciados jornalísticos. A escuta é percebida nas falas (discursos) das fontes entrevistadas, independente se aparecem em discurso direto, marcado com aspas, ou indireto, marcado com verbos introdutórios. Entre os signos de organização, estão os tempos verbais e pronomes que, a todo momento, fazem referência ao tempo, aos personagens envolvidos na narrativa e aos conflitos narrados.

Outros signos, conforme Barthes (1988, p.149), são os protagonistas, destinatário e enunciatário. O autor lembra que o discurso literário raramente comporta signos do “leitor”. Em tom de crítica, afirma que aparentemente trata-se de um discurso sem tu, embora toda a estrutura discursiva implique um “sujeito” da leitura. O mesmo acontece com o discurso jornalístico. Ao produzir a notícia, o enunciatário/jornalista tem consciência do tipo de leitor para o qual escreve, mas seu compromisso com o distanciamento almejado por ambos (enunciatário e destinatário), o impede de explicitar e estabelecer um diálogo direto com o leitor.

Os signos do enunciatário são mais frequentes. Aparecem em fragmentos do discurso quando o narrador vai se enchendo de predicados até compor-se como pessoa. Por outro lado, e isso é visível no discurso jornalístico, há a situação em que o enunciatário pretende “ausentar-se” do seu discurso, havendo uma carência sistemática de signos que remetam ao emissor da mensagem. Trata-se do discurso que pretende ser considerado “objetivo”. Segundo Barthes (1988, p. 149), o sujeito despe-se da sua pessoa passional para ser uma pessoa objetiva.

No entanto, tal estratégia configura-se como uma ilusão referencial, visto que o enunciatário quer deixar o referente falar por si só, mas a objetividade completa nunca é atingida. A ilusão referencial é, por fim, compreendida com a afirmação de que “as carências do signo são também significantes” (BARTHES, 1988, p. 149). O sujeito tenta, então, manter-se distante do discurso comunicado por conta desse compromisso ilusório com a

referencialidade. Nesse caso, o sujeito irá esconder-se atrás de pronomes pessoais de distanciamento, como um “álibi retórico”.

Para Barthes (1988, p. 155), o historiador, como um narrador, organiza textualmente os fatos com a finalidade de estabelecer sentidos. Esses sentidos e significados são sempre ideológicos. Pela sua própria estrutura, o discurso histórico é ideológico ou, usando conceito de Barthes, é imaginário. Conforme o próprio autor:

Chega-se assim a esse paradoxo que pauta toda a pertinência do discurso histórico (com relação a outros tipos de discurso): o fato nunca tem mais do que uma existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o “real”. (BARTHES, 1988, p. 155)

Assim, na história “objetiva”, o “real” nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que o autor chama de “efeito do real”, pois que todo discurso histórico não acompanha o real, apenas o significa repetindo continuamente um acontecimento. Barthes acredita, dessa forma, que a relação “pura e simples” dos fatos é a melhor prova desses fatos, instituindo a narrativa como significante privilegiado do real. “A estrutura narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das primeiras epopéias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade” (BARTHES, 1988, p. 157).

O enunciado jornalístico, em termos de estrutura organizacional de sua materialidade, é uma narrativa. Conforme Reis (1999, p. 345), os textos narrativos concretizam um processo de representação dinâmico e são estruturados em plano da história relatada e plano do discurso que a relata “articulados num ato de enunciação que é a instância da narração”. Em linhas gerais, uma narrativa é uma sucessão de ações (revelando um mundo em transformação), que decorrem ao longo de um certo tempo e são vividas por determinadas personagens, cuja importância se define na narrativa.

Sobre as propriedades da narrativa, Carlos Reis afirma que os textos narrativos traduzem uma atitude de exteriorização centrada em um narrador que conta a história, enunciando um universo autônomo, integrado por personagens, espaços e ações. Assim como no enunciado jornalístico, a entidade fundamental da exteriorização é o narrador, colocado em uma situação de alteridade em relação àquilo de que fala. Dessa forma, o narrador estabelece um sentido de distanciamento do mundo que está sendo enunciado.

Em função da atitude de exteriorização e distanciamento imposta pelo narrador, os textos narrativos seguem uma tendência objetiva como “pendor dominante”, o que não impede, segundo Reis, incursões subjetivas ao longo do texto. O autor reforça que essa

objetividade deve ser entendida como algo que é distinto do sujeito que relata. Então, em princípio, não é o narrador que constitui o centro de atenção da narrativa, mas sim as coisas, os lugares, as personagens, em suma, a história.

Os textos narrativos caracterizam-se ainda, conforme Reis (1999), pelo fato de instaurarem uma dinâmica de sucessividade, diretamente relacionada com o passar do tempo em que se projetam os fatos e personagens relacionados. Não se deve confundir, porém, com linearidade cronológica de um texto narrativo. A sucessividade traz consigo a ideia de conexão e de contiguidade entre os vários elementos presentes em uma narrativa.

A narratividade, por fim, é condição essencial para a existência dos textos narrativos e resume-se no ato de narrar, de contar histórias, de atribuir sentidos e significados ao mundo. Sob um olhar semiótico, a narratividade é composta pelas transformações de estados inscritas em um discurso e responsável pela produção de sentido. Segundo Reis (1999), é a interação das propriedades da narrativa (exteriorização, objetividade e sucessividade) que assegura a vigência da narratividade.

Nesses termos, o discurso jornalístico é, então, além de dialógico, polifônico, opaco, produto e produtor de sentidos, uma narrativa enunciada por um sujeito (o jornalista) inserido em uma formação ideológica e suscetível a rotinas de trabalho padronizadas e limitantes. Daí surgem as reportagens que recheiam, diariamente, os jornais impressos.

2.3.1 A linguagem jornalística

O que mais caracteriza o texto jornalístico, conforme Lage (2005, p. 74), é o volume de informação factual que resulta da apuração e tratamento dos dados. É um texto que pretende informar e não convencer. O compromisso do texto jornalístico é com o acontecimento, este sim, passível de crítica ou comentários.

O texto básico do jornalismo é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias. A notícia parte do que é mais relevante da informação e está organizada conforme modelos já estabelecidos, como o uso da pirâmide invertida e do lead. O jornalismo ocupa-se em atualizar o nível de informação da população com rapidez, em vista de uma sociedade em transformação, cada vez mais acelerada e em busca de conhecimento. “Pode-se, assim, culpar a imprensa tanto pela amplitude quanto pela superficialidade do conhecimento que as pessoas têm, fora de suas áreas específicas de atuação” (LAGE, 2005, p. 82).

De acordo com Lage (2005, p. 82-83), no discurso noticioso, os elementos de subjetividade não desaparecem, porém, são reduzidos ao mínimo, através da combinação de

método de apuração, técnicas de redação e concentração do discurso no referente factual. Sempre em busca de divulgar os fatos de forma que eles pareçam os mais objetivos possíveis, a tendência dos jornalistas é considerar adequada a veiculação de informações que se tem certeza, desde que haja ou possa haver interesse público. Em síntese:

O jornalismo, como ciência, pretende que a verdade objetiva exista e que é possível discorrer sobre ela; no entanto, não investiga essências e assume com frequência versões impostas pela ideologia, procurando preservar a inteireza dos fatos. Não trabalha, ao menos deliberadamente, sobre a forma da língua para aprofundar ou desvelar algo que relata, nem se baseia na intuição, experiência ou capacidade indutiva do autor para informações conclusivas (LAGE, 2005, p 83).

Não é possível estabelecer normas e padrões sobre o que seria a linguagem própria do texto jornalístico, porém, o estilo simples e original, que descreve e contextualiza o ambiente, que traz referências históricas, culturais e sociais tendem a colaborar mais para que o leitor visualize com mais complexidade um determinado fato ou acontecimento que está sendo narrado.

Em termos de organização do texto, o esquema clássico utilizado é o da pirâmide invertida: alimenta-se o início da matéria com os fatos mais relevantes, e o conteúdo dos parágrafos que se seguem vai decrescendo em importância. O início do texto é denominado “Lead”, ou guia, em inglês. Expressa exatamente a função das primeiras linhas do texto de jornal: guiar o leitor, atraí-lo, num processo bem próximo da sedução. Convencionou-se que as primeiras linhas do texto devem responder às questões: quem? Fez o quê? Como? Onde?, Quando? E por quê?

2.3.2 Os gêneros jornalísticos

O gênero textual refere-se aos textos materializados encontrados no dia a dia e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição. É um elemento concreto que nasce da interação comunicativa de uma comunidade discursiva, embora não seja uma materialização textual inflexível, sendo uma entidade sociodiscursiva bastante dinâmica. Por fim, o trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas (MARCUSCHI, 2008, p. 149; FIGUEIREDO & BONINI, 2007, p. 84).

São inúmeros os gêneros textuais que circulam na sociedade. Quase incontáveis, já que são produtos do seu cotidiano e suscetíveis a mudanças e adaptações, conforme a necessidade de uso dos falantes. Já os tipos de textos são limitados quanto ao seu número e não partem de experiências sociais, estando mais ligados à forma. Koch (2003) afirma que a

competência sociocomunicativa do falante/ouvinte é que o conduz à distinção dos gêneros e, conseqüentemente, a sua competência textual permite-lhe saber quais sequências predominam em um texto para classificar o seu tipo.

Sobre isso, Marcuschi (2008, p. 150) afirma que cada gênero textual tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação. Trata-se, segundo o autor, da estratégia comunicativa que leva a pessoa a produzir textos com estruturas similares de acordo com a comunidade discursiva em que o texto irá circular. Diz ainda que “todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, mas sua determinação se dá basicamente pela função e não pela forma”. Entre suas funções, destacam-se:

- 1) manifestar eventos comunicativos;
- 2) estar a serviço de determinados propósitos comunicativos de membros específicos de uma comunidade;
- 3) possuir variações prototípicas em seus exemplares;
- 4) apresentar conteúdo, forma e posicionamento restritos por conhecimentos e convenções relativos à totalidade de seus elementos;
- e 5) ter um nome específico na comunidade discursiva (FIGUEIREDO & BONINI, 2007, p. 84).

Os gêneros textuais são, em última análise, formas de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares, operando, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, uma vez que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Dentro da teoria dos gêneros, as possibilidades de análise de um texto, enquanto materialização da língua, são vastas, indo desde aspectos de coerência e coesão, até análises mais profundas do domínio discursivo e da intertextualidade. Marcuschi (2008, p. 161) fala inclusive de gêneros textuais enquanto sistema de controle social, já que são atividades discursivas “socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder”.

No jornal impresso, estão presentes, basicamente, três gêneros textuais jornalísticos: a reportagem, o artigo e o editorial. A reportagem é um texto noticioso mais contextualizado, maior e mais substancial. Pode ser tanto a cobertura de um fato do dia que tenha grande impacto como a abordagem exaustiva de um tema sem ligação direta com o dia da edição. A reportagem é muitas vezes uma história: fatos que se sucederam até um desenlace.

Segundo Lage (2005, p. 139), a notícia expõe um fato ou sequência de fatos enquanto que a reportagem traz o relato detalhado desse fato abordado pela notícia ou de acontecimentos ou situações que não motivaram notícias, mas que são de interesse público. A intensidade, a profundidade e a autonomia do jornalista no processo de construção da matéria são, por definição, maiores na reportagem do que na notícia.

No caso da reportagem, o imediatismo é menos importante e, para Lage (2005), esse gênero textual jornalístico pressupõe alguma interpretação e permite certa margem de opinião. O autor não admite, porém, que o jornalista deva escrever o texto em primeira pessoa colocando sua visão sobre o assunto, o que faria se fosse um artigo de opinião. Lage explica que, ao produzir uma reportagem, o jornalista não apenas relata ou narra um fato acontecido, mas busca discordâncias, não se contenta com as informações e dados recebidos e reinterpreta utilizando outras fontes de informação. Por mais que exista tal abertura, deve-se buscar, como alerta Lage, que não se caia no sensacionalismo, na superficialidade ou em “teorias conspiratórias”.

A reportagem é capaz de levar o jornalista a um nível mais aprimorado de redação e de projeção, dependendo do tema e do tratamento. A reportagem é um gênero que surge antes mesmo da profissão de jornalista firmar-se. A primeira reportagem brasileira, de que se tem notícia, foi a carta de Pero Vaz de Caminha na ocasião de sua chegada ao Brasil. Isso indica a ligação entre o jornalismo, a história e a literatura. O registro histórico foi a primeira manifestação jornalística em forma literária; depois, vieram os relatos de viagem, os folhetos e folhetins, que misturavam ficção e realidade. Nesse contexto, segundo Hohlfeldt (2001), “escritores foram se transformando em jornalistas. Começaram a surgir publicações em forma de pequenos livros que ampliavam e aprofundavam os fatos abordados pelas reportagens dos jornais”.

Mas foi nos anos 1970 que o jornalismo realmente precisou do espaço literário para sobreviver. Foi o tempo áureo da censura quando o formato de livro era a única saída para se exercer o Jornalismo. Assim, o destaque foi para a reportagem, que surge como forma de resistência à ditadura e de denúncia social. O gênero tem evoluído no que diz respeito à forma, ao tratamento, à linguagem, mas tendo sempre como norte o aprofundamento da notícia diária.

O texto jornalístico e as rotinas de produção sofreram grandes transformações ao longo do tempo. Inicialmente, o que se tinha eram textos estritamente informativos e curtos. Depois, com a necessidade e a demanda por informações mais ricas e detalhadas, avessa à superficialidade, surgiu a “notícia redonda”, muito empregada no jornalismo diário norte americano na década de 1950. A partir daí, veio a reportagem, a grande-reportagem e o livro-reportagem, defendendo a ampliação dos fatos, fugindo do relato simples para uma dimensão contextual em que o antes e o depois do acontecimento têm relevância.

Tanto a reportagem quanto a grande-reportagem derivam diretamente do jornalismo interpretativo que, ao contrário do informativo, dá meios para o leitor compreender seu

tempo, analisa as causas e as origens dos acontecimentos, bem como suas consequências. Os sentidos se ampliam e não importa mais apenas o já e o aqui, e sim os fatores que o geraram, isto é, a relação entre a causa e o efeito. A reportagem baseia-se no jornalismo interpretativo no que diz respeito à compreensão aprofundada da realidade. É a extensão da notícia, do relato simplista. Com ela é possível avaliar os fatores, as conexões, o todo através das partes. Em outros termos:

A reportagem visa detectar conflitos, circunscrever seu sentido, antecipá-los no tempo, buscar suas raízes. (...) estas são tarefas nobres da reportagem que se proponha a ultrapassar a epiderme rasa dos fatos e penetrar no âmago das questões contundentes do nosso tempo, para proporcionar um conhecimento qualitativo da realidade do homem contemporâneo (LIMA, 1993, p. 68).

Assim, a reportagem apreende a história e a reconstrói, mexendo com a vida das pessoas, utilizando-se da contextualização do fato, da busca de antecedentes e da humanização do relato. Sua principal preocupação é com a contemporaneidade, ou seja, em estabelecer relações que pertencem à atualidade, descobrindo o passado que existe no presente. Um fato sempre está relacionado com uma série de contextos. Para Lima (1993), a prática da reportagem é instigante, pois o gênero possui flexibilidade, dinâmica de abordagem, captação e transmissão da realidade contemporânea.

A narrativa jornalística constrói-se circunscrita pelas dimensões de tempo e espaço (geográfico, psicológico), sendo que, cada espaço, ou contexto, concentra um número de ações, detalhes, personagens e ambientes. Além disso, no jornalismo, o tempo determina a narração, enquanto as ficções jogam com o tempo. Só o tempo contém as rupturas que disparam, refreiam e modificam a direção dos acontecimentos, das histórias e das vidas humanas.

O jornalista, ao escrever uma reportagem, constrói uma ponte entre o leitor e a narrativa, por meio de elementos que o conduzam para um posicionamento crítico, iluminando e ampliando sua visão sobre determinado assunto. A reportagem quer despertar o interesse das pessoas por meio da humanização do relato, contando histórias em que todos se identificam (LIMA, 1993).

Lage (2005, p. 145) acredita que são raras nos periódicos impressos reportagens estruturalmente narrativas, isto é, constituídas por sequências que se adicionam umas às outras, definindo planos de narração. Mas admite que muitas reportagens são narrativas por outro aspecto: “abordam eventos que transcorrem no tempo, subordinando sequências a sentenças-tópico e eventualmente intercalando entrevistas, diálogos significativos e análises de situação”.

O artigo de opinião, incluindo o gênero editorial¹⁸, tem como característica principal o forte teor argumentativo. Os artigos de opinião também podem revelar intertextualidade com fatos históricos e sociais. Típico dos artigos de opinião é essa relação com algum fato, normalmente relevante para um público relativamente amplo, veiculado no jornal. E a apresentação desse fato, geralmente, é enredada em uma relação de manifestação ideológica posicionada abertamente. O assunto é analisado a partir de um ponto de vista e é feita a defesa desse ponto de vista contra outras opiniões em circulação. O autor vale-se da sua voz de autoridade e da credibilidade do veículo em que publica para fortalecer seus argumentos.

O espaço destinado ao artigo é diferenciado do restante dos textos do jornal por seu caráter opinativo com voz assumida, ou seja, vem assinado pelo autor. Quando fundamentados em fatos muito específicos, têm um prazo de validade aparentemente mais curto, devido à evolução dos acontecimentos.

Além de certa exigência feita pelo gênero no processo de produção verbal para a eficiência comunicativa, há espaço para a expressão da individualidade, no que se notam os traços estilísticos do autor. Segundo Bakhtin (1997, p. 284), “o estilo entra como unidade de gênero em um enunciado”.

O estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso. O enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual (BAKHTIN, 1997, p. 282-283).

O artigo de opinião é classificado como um texto argumentativo, que busca convencer o leitor. Por isso, além do aspecto estilístico, individual de cada autor, o artigo de opinião, enquanto gênero textual com função específica a cumprir, organiza-se com base em uma sequência argumentativa. Citelli (2004) explica que, em qualquer texto, busca-se o convencimento, objetiva-se os efeitos pragmáticos da linguagem. Isto é, ressalta-se a capacidade que as palavras têm de influenciar as pessoas e suas atitudes. O autor reflete ainda, em publicação de 1997, sobre o mito da neutralidade jornalística que é usado para mascarar o poder persuasivo dos noticiários. Em geral, na tentativa de passar e manter uma imagem de respeitabilidade e credibilidade junto aos seus leitores, os veículos de comunicação dizem-se informativos. Isso porque a persuasão é relacionada a alguns qualificativos como fraude,

¹⁸ O editorial é um texto opinativo redigido por pessoas que ocupam cargo de chefia no jornal, editores ou diretores, e que explicitam, no texto, a opinião do veículo de comunicação sobre determinado fato ou assunto que está sendo tratado naquela edição. Em termos de estrutura organizacional e argumentativa, pode ser colocado ao lado do artigo.

engodo e mentira. Mas como diz o próprio autor: “Generalizando um pouco é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” (CITELLI, 1997, p. 06).

Dessa forma, é possível afirmar que persuadir faz parte da linguagem humana. Segundo Garcia (2000, p. 380), a argumentação é parte do processo de construção do texto e visa “convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões em face da evidência, das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente”. Fiorin (2004) vai adiante e afirma que o ato de argumentar é também manipulação:

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido. (...) Nesse jogo de persuasão, o enunciador utiliza-se de certos procedimentos argumentativos visando a levar o enunciatário a admitir como certo, como válido, o sentido produzido. A argumentação consiste no conjunto de procedimentos linguísticos e lógicos usados pelo enunciador para convencer o enunciatário. Por isso, não há sentido na divisão que se costuma fazer entre discursos argumentativos e não argumentativos, pois, na verdade, todos os discursos têm um componente argumentativo, uma vez que todos visam a persuadir (FIORIN, 2004, p. 52-53).

O ato de argumentar está intimamente relacionado à consistência dos fatos. É por isso que, segundo Koch, argumentar é “orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões” e constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso “subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo” (KOCH, 2004, p. 17).

No gênero artigo de opinião, a sequência linguística contém comentários, avaliações, expectativas sobre um tema da atualidade que, por sua transcendência, no plano nacional ou internacional, já é considerado, ou merece ser, objeto de debate. Nessa categoria, incluem-se os editoriais, artigos de análise ou pesquisa e as colunas que levam o nome de seu autor. Os editoriais expressam a posição adotada pelo jornal ou revista em concordância com sua ideologia, enquanto que os artigos assinados e as colunas transmitem as opiniões de seus redatores, o que pode levar a encontrar, muitas vezes, opiniões divergentes e até antagônicas em uma mesma página.

Embora esses textos possam ter distintas superestruturas em sua forma composicional, em geral, organizam-se seguindo uma linha argumentativa que se inicia com a identificação do tema em questão, acompanhado de seus antecedentes e alcance, e que segue com uma tomada de posição, isto é, com a formulação de uma tese; depois, apresentam-se os diferentes argumentos de forma a justificar esta tese; para encerrar, faz-se uma reafirmação da posição adotada no início do texto.

A efetividade do texto tem relação direta não só com a pertinência dos argumentos expostos, como também com as estratégias discursivas usadas para persuadir o leitor. Pode-se encontrar, entre essas estratégias, as seguintes situações: as acusações claras aos oponentes, as ironias, as insinuações, as digressões, as apelações à sensibilidade ou, ao contrário, a tomada de distância através do uso das construções impessoais, para dar objetividade e consenso à análise realizada; a retenção em recursos descritivos - detalhados e precisos, ou em relatos em que as diferentes etapas de pesquisa estão bem especificadas com uma minuciosa enumeração das fontes da informação. Todos eles são recursos que servem para fundamentar os argumentos usados na validade da tese.

Marcuschi (2008, p. 158) destaca, por fim, que é bem comum que os órgãos de imprensa se usem das contaminações de gêneros ou se proceda à hibridização como forma de chamar mais a atenção e motivar a leitura. “De algum modo, parece que essa estratégia tem o poder quase mágico de levar as pessoas a interpretarem muito mais e com mais intensidade o que ali está”.

CAPÍTULO III

OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL

Se não vejo, na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado. Mas esta que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem cama, sem casa e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.
Hebert de Souza - Betinho

As pesquisas e publicações que tratam do tema exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, sob os mais diferentes enfoques, começaram a se tornar mais frequentes a partir da década de 1990, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado e os movimentos sociais da área da infância iniciaram o processo de redação de um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, concluído em 2000 e revisado em 2007.

No fim da década de 90, os estudos dos diversos campos teóricos (Serviço Social, História, Psicologia, e outros) estavam mais preocupados em avaliar a existência e o funcionamento das políticas públicas de atendimento às vítimas de abuso e exploração sexual, com um enfoque maior no abuso, e também detalhar e explicar o funcionamento do mercado do sexo. Nesse contexto, ganham repercussão publicações de universidades, de grupos de pesquisa e de organizações da sociedade civil como Cecria, Violes/UnB, Invertendo a Roda/UCG, Escola de Conselhos/UFMS, Labvida/UECE, OIT, Unicef, Save the Children Suécia, Childhood, SEDH/PR.

Tais pesquisas tratam das falhas no sistema de atendimento, refletem sobre os conceitos e preconceitos ligados à exploração sexual e sua ligação umbilical com poder, machismo e desigualdade econômica. Com o passar dos anos, os estudos passam a se preocupar também com o perfil dos agressores, com a legislação existente além do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, com a

concepção de exploração sexual como trabalho infantil e, mais recentemente, com a questão da pedofilia e da pornografia na Internet.

Com o desenvolvimento de programas federais de enfrentamento à violência sexual¹⁹ e a tentativa de realizar ações articuladas entre os vários ministérios e governos estaduais, as publicações voltam-se para a avaliação de tais programas e do próprio Plano Nacional.

Alguns estudos, no entanto, marcaram a última década. Entre eles estão a Pestraf (Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual), realizada pelo Cecria em 2002, a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, elaborada pela SEDH/PR, Unicef e UnB, em 2005, e o Estudo Analítico Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, divulgado em 2005 e realizado pelo Violes/UnB.

A Pestraf revelou a existência de 241 rotas de tráfico nacional e internacional de mulheres, crianças e adolescentes para fins sexuais, no Brasil. A Matriz Intersetorial, por sua vez, analisou as ações de enfrentamento à violência sexual desenvolvidas pelos diversos ministérios e secretarias do Governo Federal para avaliar a efetividade de tais ações e propor maior articulação entre os diversos órgãos governamentais.

O Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil (VIOLES/UNB, 2005), coordenado por Maria de Fátima Pinto Leal, comprovou a existência de casos de exploração sexual em 937 municípios brasileiros, com base no cruzamento de diversos levantamentos na área, tais como: a Pestraf (2002), a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, a investigação feita pela CMPI da Exploração Sexual do Congresso Nacional, dados de agências de cooperação internacionais e do serviço nacional de Disque-Denúncia da Secretaria Especial de Direitos Humanos e levantamentos dos principais pontos de exploração nas estradas brasileiras feitos pela Polícia Rodoviária Federal.

Ao analisar as ações empenhadas por governos, organismos de cooperação internacional e ONGs para combater o problema entre 1996 a 2004 no Brasil, o Estudo concluiu que a maioria dos municípios tem programas e projetos sociais. Mas a maior parte opera de forma desarticulada e, além disso, não há certeza de que as crianças, adolescentes e famílias vulneráveis estejam neles incluídas. De acordo com o Estudo Analítico, 11 ministérios tinham, na época, programas voltados direta ou indiretamente ao enfrentamento da

¹⁹ Exemplos de tais ações são o Programa Sentinela, que se iniciou em 2001 e hoje está agregado ao trabalho desenvolvido pelos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), e o PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro), que teve início na forma de piloto em 2003 e atualmente é uma política pública nacional em processo de expansão em quase todos os estados brasileiros

exploração sexual. No âmbito da sociedade civil, foram identificadas cerca de 169 Organizações da Sociedade Civil que trabalhavam com a questão.

As análises do Estudo Analítico abordam desde a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, em 1993, para investigar casos de exploração sexual até a previsão de recursos orçamentários no Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal para a implantação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violação Sexual Infanto-juvenil. A pesquisa traz também uma avaliação dos avanços e desafios do Brasil para a adoção das recomendações internacionais feitas nesse campo, expressas em tratados como a Declaração de Estocolmo (1996) e o documento do Congresso de Yokohama (2000).

Por esse mesmo caminho seguem as pesquisas sobre como a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é tratada pela imprensa brasileira, realizadas por graduandos e pós-graduandos, bem como pela ANDI. Porém, são poucas as que verificam os discursos e sentidos da exploração sexual materializados nos textos jornalísticos, fato que justifica a relevância teórica e prática deste estudo.

Neste capítulo, estão as análises feitas a partir de um *corpus* composto de 29 textos jornalísticos, veiculados em 2009, nos jornais Correio do Estado, O Estado de MS e O Progresso, todos de Mato Grosso do Sul. O objetivo é discorrer sobre as ideias e valores que são transmitidos pelos textos jornalísticos por meio dos seus discursos, identificando as formações discursivas perceptíveis nos discursos e os discursos “outros” que dialogam e são parte constitutiva do discurso jornalístico sobre o tema, bem como as marcas de silenciamento, identificadas por meio da análise do dito e do não-dito, aquilo que está na memória discursiva e que vem à tona através das opções e escolhas realizadas pelo sujeito enunciador.

O capítulo está organizado de forma que o leitor faça um percurso que vai da conceituação teórica da exploração sexual, sob o olhar das Ciências Humanas e assentado nos preceitos do materialismo histórico, para quem as relações entre as pessoas são reflexo da luta de classes e entre dominantes e dominados em torno de relações de produção. A escolha por tal viés deve-se ao fato de que a Análise do Discurso de Escola Francesa, base teórico-metodológica deste trabalho, herda do materialismo a noção da historicidade e de como o homem faz história e é constituído por ela, ou seja, como as condições de produção do discurso são também parte dele.

Segue uma descrição da metodologia de seleção e organização do *corpus* da pesquisa, primeiro enquanto materialidade dos discursos em forma de textos jornalísticos publicados em determinada época e sob condições de produção específicas, e depois enquanto um *corpus*

discursivo onde é possível verificar a aplicação dos critérios de análise adotados nesta pesquisa, quais sejam: identificar os discursos sobre a exploração sexual presentes no discurso jornalístico, compreender o funcionamento e o deslocar de sentidos desses discursos.

Na sequência, apresenta-se uma análise geral do *corpus* que revela de que forma o tema é agendado pela mídia, ou seja, como e quando a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes ganha as páginas dos jornais impressos sul-mato-grossenses. Por fim, são analisados os discursos e sentidos da exploração sexual materializados nos enunciados jornalísticos em forma de artigos, editoriais e notícias²⁰. Dessa forma, foi possível vislumbrar quais os discursos da mídia impressa de Mato Grosso do Sul quando o sujeito enunciador é uma pessoa da comunidade – no caso do artigo; quando o sujeito enunciador é o próprio jornal – no caso do editorial; e quando o sujeito enunciador é um redator, um repórter ou editor – no caso das notícias. Revelando, assim, que os discursos mudam de acordo com o lugar de onde se fala, ou seja, da posição social de onde o sujeito enunciador enuncia e que é constitutivo do discurso, uma vez que é sua posição social e ideológica que o autoriza a dizer isto ou aquilo.

3.1 Conceitos da Exploração Sexual

Quando se trata de exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é bom que se tente, sempre, situar o fenômeno dentro de suas dimensões social, étnica, histórica, cultural, política e econômica, relacionando-a a outros tipos de crimes e situações que a constituem como tal: tráfico de drogas e de pessoas, demanda sexual, redes criminosas, falha de articulação da rede de proteção e atendimento, envolvimento de autoridades e políticos nos casos, entre muitas outras.

Um dos conceitos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é o que a coloca como a “venda” de um produto: o prazer de fazer sexo com crianças e adolescentes, em um mercado extremamente organizado. A exploração sexual é uma forma de violência que envolve lucro, por parte de quem explora, e relações de poder e dominação, fortemente presentes na cultura brasileira, tida como machista e patriarcal, tirando proveito de situações de vulnerabilidade como a pobreza, a desigualdade social e muitas vezes a violência sofrida dentro de casa. Assim:

A violência deve ser compreendida como produto de um sistema complexo de relações, historicamente construída e multideterminada, que envolve diferentes realidades de uma sociedade (familiar, social, econômica, ética, jurídica, política)

²⁰ Para esta pesquisa, os textos que se enquadraram no gênero reportagem, como eram em número reduzido, foram analisados junto com os textos do gênero notícia, por apresentarem similaridades não encontradas em artigos e editoriais, que foram analisados separadamente.

assentadas em uma cultura, permeada por valores e representações (AMORIN, 2005, p. 89).

É preciso ainda ter em mente que o conceito de criança como sujeito que deve ter seus direitos garantidos e respeitados e não apenas ser tutelado pela família e pelo Estado, sendo um “mini-adulto”, é recente, data de meados do século XX, com o advento de declarações e legislações que garantiam direitos. Dessa forma:

A violência sexual, embora identificada como um fenômeno antigo, só passou a ser considerada um problema social a partir do século XX, quando foi inserida no contexto dos direitos humanos e considerada como responsável por sérias consequências, como o comprometimento do desenvolvimento físico, psicológico e social de suas vítimas (AMORIN, 2005, p.96).

É importante destacar que a violência sexual também é favorecida por fatores de vulnerabilidade da vítima. No Brasil, a desigualdade social e econômica, as condições precárias de vida de grande parte da população, os altos índices de violência física e psicológica colocam as crianças e adolescentes cada vez mais perto da exploração.

Para Faleiros (2004), a violência sexual é uma violação dos direitos humanos e da pessoa em desenvolvimento; dos direitos à integridade física e psicológica, ao respeito e à dignidade e ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios. Dessa forma, a autora considera a violência sexual uma séria transgressão ética e social, um crime para o qual há poucas estratégias legais eficientes para a responsabilização dos adultos que o cometem.

A exploração sexual, nesse contexto, constitui-se como um tipo de violência sexual das mais perversas, pois, sendo um tipo de abuso – que ultrapassa limites – também envolve uma relação mercantilizada, envolve troca e acontece dentro de um mercado: o mercado do sexo. “A exploração sexual, portanto, envolve uma relação desigual (de idades, classes sociais, posições sociais, etc) de propriedade (temporária ou permanente) e de submissão a uma situação em troca de algo” (KASSAR *et al*, 2005, p. 36).

Faleiros (2004) reflete, em tom de crítica, sobre a ampliação da concepção vigente de que a exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes é uma relação de gênero, entendida como uma relação de dominação de mulheres por homens. A autora não nega que essa dominação exista e é majoritária, mas acredita que se trata de uma visão limitada porque não considera a diversidade das formas de expressão sexual (gênero e sexualidade) existentes na natureza, na sociedade e no próprio mercado do sexo.

No quadro abaixo são detalhadas as dimensões da exploração sexual:



Dimensões	Históricas / Estruturais (Capitalismo/ Globalização)	Pobreza Trabalho Exclusão Mercado Classe Social
	Culturais (Multiculturais)	Gênero Etnia Violência Sexualidade
	Psicossociais (Comportamento)	Identidade / Representação Estigma Vínculo
	Legais	Repressão Responsabilização Legislação (mecanismos)
	Morais (Ética)	Sociedade Capitalista (representação social) Imaginário (cultura/mídia)
	Políticas (Políticas Públicas)	Estado (direito/liberal) Sociedade Civil Democracia (Direitos Cívicos, Políticos) Cidadania (Representação / Participação)

Quadro 1 – Dimensões da Exploração Sexual (FALEIROS, 2004)

Faleiros (2004) sistematiza, ainda, quatro modalidades de exploração sexual:

Exploração Sexual: atividade do mercado do sexo na qual atos sexuais são negociados em troca de dinheiro, da satisfação de necessidades básicas (alimentação, vestuário, moradias) ou acesso ao consumo de bens e serviços.

Pornografia: produção, divulgação, exibição, distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico, como vídeos e fotos de crianças nuas, fazendo ou simulando relações sexuais. A utilização da pornografia na Internet constitui hoje um dos principais problemas da pornografia infantil, por conta das novas tecnologias que facilitam a divulgação dos materiais produzidos e o acesso a eles.

Exploração sexual no Turismo: é a inclusão da exploração sexual nas atividades econômicas da cadeia do turismo, envolvendo turistas nacionais e internacionais (demanda) e crianças, adolescentes e jovens de setores pobres e/ou excluídos (oferta). Muitas vezes está associado ao tráfico de pessoas para fins sexuais.

Tráfico de pessoas para fins sexuais: Significa o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou

outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre a outra, para o propósito de exploração. Exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou prática análogas à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos (Protocolo de Palermo, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, 2000).

Além dessas quatro modalidades sistematizadas por Faleiros (2004), a Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que entrou em vigor no Brasil em 2001, considera a exploração sexual uma das piores formas de trabalho infantil²¹. Entre os tipos de trabalho elencados como os piores para crianças e adolescentes, estão o trabalho escravo, a prostituição e a participação na produção de peças para pornografia, a participação em atividades ilícitas, particularmente o tráfico de entorpecentes.

Conforme Castanha (2008, p. 17), o trabalho infantil vem sendo considerado, nos últimos anos, como uma forma de exploração econômica de crianças e adolescentes. Entretanto, segundo a autora, ainda é “bem recente relacionar esse tipo de exploração econômica com as formas de violência a que estão submetidas crianças e adolescentes nessa situação, e em especial, a violência sexual”. De acordo com Faria (2008, p. 93), o objetivo maior da Convenção 182 é evitar as atividades que “por sua natureza ou circunstâncias em que são executadas, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança e do adolescente”.

Faleiros (2008, p. 66-67) afirma que há quem negue o caráter de trabalho às atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no mercado do sexo, mas que é importante distinguir, neste mercado, os trabalhadores adultos, os adolescentes e as crianças. “Enquanto os adultos reivindicam o status de profissionais do sexo, as crianças e adolescentes são trabalhadores infanto-juvenis, pobres, excluídos, abusados e explorados”. Ressalta ainda que o mercado do sexo é um mercado de trabalho, sendo uma alternativa para adolescentes e crianças excluídos das políticas sociais e que têm violados seus direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim:

A utilização da criança/adolescente como objeto sexual ocorre como uma relação de exploração de trabalho (formalizado ou não). Este é um aspecto que diferencia a

²¹ O trabalho infantil, segundo definição da OIT, é toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho, conforme a legislação de cada país. A Convenção nº 138 da OIT, de 1973, no artigo 2º, item 3, fixa como idade mínima recomendada para o trabalho em geral a idade de 16 anos e para trabalhos que possam colocar em risco a saúde, a segurança ou a moralidade, idade mínima de 18 anos.

exploração sexual comercial do abuso sexual, quando a relação de mercado (sexo com valor de troca) não existe (KASSAR *et al.*, 2005, p. 36).

O Presidente Lula, depois de muitos anos sendo questionado pelo movimento social que atua no enfrentamento do trabalho infantil no Brasil, sancionou, em 2008, o Decreto 6.481 com a descrição das piores formas de trabalho infantil aceitas pelo País.

3.2 Metodologia

A Análise de Discurso de Escola Francesa tem um posicionamento teórico particular: apoia-se em disciplinas conexas do campo das Ciências Humanas (História, Filosofia, Sociologia, Psicanálise, Literatura, etc), sendo, por isso, transdisciplinar, motivo pelo qual é capaz de oferecer modelos teóricos e metodológicos para a análise dos discursos da mídia. Essa transdisciplinaridade exige, porém, que o analista do discurso estabeleça sob quais vieses o discurso será olhado, seguindo a máxima saussuriana de que o ponto de vista faz o objeto. Maingueneau (2001) alerta para o fato de que o analista corre riscos importantes ao propor uma análise mais ampla, isso porque os discursos se entrecruzam em todos os sentidos, multiplicando-se em várias dimensões. Dessa forma, sugere o autor que, para atingir precisão e rigor aceitáveis, é preciso partir de lugares bem definidos.

A partir dessas afirmativas que conferem ao *corpus* da pesquisa posição de destaque, a primeira etapa deste trabalho foi selecionar o *corpus* e isso, segundo Orlandi (2002), já é um tipo de análise. Ao levantar o *corpus* que serve de materialidade do discurso, o analista parte de seus conhecimentos históricos sobre o tema, buscando em suas experiências e observações empíricas aquele *corpus* que, na sua opinião, possibilitará responder a sua questão inicial de análise, que é, no caso deste trabalho, saber quais são os discursos da mídia impressa sul-mato-grossense sobre o tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes. A AD atribui à seleção dos enunciados grande importância, uma vez que são eles que revelam os discursos. Os enunciados jornalísticos que tratam da temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes são capazes de mostrar, assim, qual o discurso, ou os discursos, da imprensa sobre este assunto.

Para desenvolver este trabalho foi realizada uma seleção prévia de textos jornalísticos sobre exploração sexual infanto-juvenil publicadas nos jornais Correio do Estado, O Estado MS e O Progresso, todos em circulação em Mato Grosso do Sul, ao longo de 2009. Os textos foram selecionados durante leitura das edições desses três periódicos que circularam na semana de 16 a 23 de maio, na semana de 03 a 10 de outubro, entre os dias 20/06/09 e

10/07/09, e também com base na metodologia do mês composto, em que foram sorteados 30 dias do ano de 2009 para compor um mês fictício.

Ao todo, foram revisados 183 exemplares, sendo uma edição de cada um dos jornais em estudo publicados em 61 dias de 2009, isso porque, ao definir as semanas de análise e depois sortear o mês composto, sete dias repetiram-se²². Todos os textos publicados sobre a temática da exploração sexual geraram um *corpus* composto de 29 textos jornalísticos, sendo 18 notícias, sete reportagens, dois editoriais e dois artigos. Foram desconsiderados da seleção os textos jornalísticos sobre a temática publicados em datas diferentes destas pré-definidas. A escolha por tais datas deve-se à sua importância no agendamento do tema, ou seja, são datas em que o assunto costuma ganhar as páginas dos jornais por conta da mobilização feita em torno do assunto.

A pesquisa busca identificar os discursos da mídia impressa de Mato Grosso do Sul sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e a observação empírica indicava que o maior número de matérias sobre o tema é publicado nestas datas ou quando da ocorrência de algum fato que chame a atenção da imprensa, como foi o caso da absolvição, pelo Supremo Tribunal de Justiça, de Zequinha Barbosa, ex-atleta acusado de envolvimento com o crime de exploração sexual. Essa escolha também favoreceu identificar e diferenciar os discursos que surgem em épocas de mobilização e agendamento para o debate da questão, que são as datas pré-estabelecidas, dos discursos gerados em outras situações de agendamento, conforme a análise dos discursos demonstra neste capítulo.

Com esse material, foi possível vislumbrar um todo conjuntural antes de se iniciarem os recortes necessários e a identificação dos discursos, a fim de responder aos questionamentos iniciais feitos ao *corpus*, quais sejam: qual a temática a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes enquanto significação no/do imaginário social; quais os sentidos que a constitui; que discursos Outros atravessam o discurso jornalístico sobre a temática em estudo; se existem e quais são as estratégias de silenciamento utilizadas pelo sujeito/enunciador do discurso jornalístico sobre o tema da exploração sexual. Para isso, as análises mais gerais do texto jornalístico foram necessárias, como a identificação das fontes mais ouvidas pelos jornalistas, se os textos são mais factuais ou se independem de agendamento prévio, quais as rotinas produtivas e as condições de produção que interferem na constituição dos discursos sobre a exploração sexual.

²² Os dias que constavam tanto nas semanas selecionadas como no sorteio do mês composto foram: 17 e 23 de maio, 22 de junho, 03, 04 e 07 de julho e 06 de outubro.

Orlandi (2002) afirma que as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação e que tais condições podem ser consideradas em seu sentido estrito, ou seja, seu contexto imediato, ou em seu sentido mais amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico. O contexto é um elemento que, ao influenciar as condições de produção, reflete-se no discurso tornando-se também peça-chave na construção de sentidos e significados. Sobre isso, a autora explica que um mesmo enunciado lido em contextos diferentes terá sentidos diferentes. Isso porque o leitor, destinatário do enunciado jornalístico, utiliza seu próprio repertório e seus discursos internalizados para compreender o texto. A AD quer saber “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2002, p. 26).

A temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes carrega consigo um escopo muito grande de conceitos e preconceitos. A formação ideológica do enunciatário e do enunciatário, bem como a formação discursiva e o contexto em que estão inseridos, possibilitam diferentes olhares sobre o mesmo discurso. Em especial as reportagens investigativas sobre exploração sexual têm como características principais o fato de serem perigosas, imporem limites de ação e éticos aos repórteres. Por outro lado, abrem a chaga do problema a um leitor que, mesmo sabendo da sua existência, muitas vezes prefere não compreendê-lo, reproduzindo os discursos machistas, adultocêntricos e de desvalorização da criança, principalmente a do sexo feminino.

As condições de produção dos textos jornalísticos dos veículos impressos de Mato Grosso do Sul analisados compreendem um momento em que a conjuntura estadual, nacional e internacional buscava criar mecanismos legais para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Trata-se de um cenário de conquista de direitos, avanços e desafios pelo fim da violência sexual, bem como pela promoção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

A etapa seguinte do trabalho foi realizar uma descrição geral do *corpus*, em que elementos constitutivos do discurso, como termos, fontes, datas de publicação e forma de agendamento foram identificados, além do número de matérias e os gêneros do texto jornalísticos. As matérias noticiosas foram então divididas de acordo com o tipo de agendamento do tema e discurso balizador²³. Foram organizados, depois disso, três grupos de abordagem que se refletem, diretamente, nos discursos identificados na análise e revelam o modo do agendamento do assunto.

²³ Um discurso chave como o qual os outros discursos estão em diálogo, é o que delimita, demarca. Assim, durante a análise, houve um esforço por definir um discurso balizador, o que não elimina a possibilidade de que, dentro de uma mesma formação discursiva, surjam discursos retomados pela memória e pelo interdiscurso.

A seguir, durante a análise dos discursos que foram identificados na leitura mais detida dos textos que compõem o *corpus*, enunciados mais representativos e ilustrativos desses discursos foram retirados, compondo, dessa forma, um *corpus* de-superficializado (ORLANDI, 2002), que configura um quadro de paráfrases que indicam as regularidades discursivas presentes nos diferentes textos e servem de exemplos dos discursos na composição da análise. É importante destacar que as análises foram feitas a partir do gênero jornalístico em que o texto se enquadrava. Isso porque, como visto no capítulo anterior, cada gênero textual do jornalismo possui características próprias que influem diretamente nos discursos.

A partir desse novo *corpus*, discursivo e de-superficializado, foram feitas outras análises, questionando acerca de a quais discursos Outros e anteriores estes discursos pertencem, ou seja, a quais memórias fazem referência e quais estratégias discursivas fazem com que se constituam como tais. Os discursos são, então, identificados e classificados, as formações discursivas às quais pertencem são relatadas, bem como o interdiscurso que compõe os discursos. Questões como o modo de construção dos enunciados, as palavras utilizadas, a posição das palavras, o uso de adjetivos, de aspas, de verbos, as classes gramaticais, recorrência de termos surgem nesse momento de análise.

A análise que segue é organizada da seguinte forma: os discursos das notícias, os discursos dos artigos e os discursos dos editoriais.

3.3 Os discursos das Notícias

Os textos do gênero jornalístico notícia formam a base do trabalho do jornalista e constituem a maior parte do que é veiculado pelos mídia noticiosos, seja TV, rádio, Internet ou impresso. Como já exposto no capítulo 2, duas teorias dos estudos do campo jornalístico emergem nas décadas de 1960 e 1970 partilhando do paradigma de notícia enquanto construção social, quais sejam: a teoria estruturalista e a teoria construcionista. Para elas, a notícia é resultado de processos de interação e negociação entre todos os envolvidos na sua construção: jornalistas, fontes, sociedade, organização midiática.

Ambas superam a concepção de notícia enquanto reflexo da sociedade e refutam a ideia de um jornalista (sujeito enunciativo) livre e autônomo, capaz de fazer escolhas em todas as etapas dessa produção, devido à impossibilidade de estabelecer distinção total entre a realidade e a representação dessa realidade. Para Traquina (2002), a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a “linguagem neutral é impossível”.

Segundo DeFleur & Ball-Rokeach (1993), a mídia ainda modela e padroniza comportamentos e crenças, agenda o debate público, ou seja, coloca em ordem hierárquica de importância um conjunto de questões possibilitando que essas questões tornem-se pauta de discussão da sociedade. Notícias são narrativas estruturadas com base em rotinas e condições de produção inerentes ao campo jornalístico que, ao re-significar fatos e acontecimentos, constrói a realidade e os discursos acerca dessa realidade. Embora tendo referências no real, as notícias são enquadramentos da realidade narrada, ou seja, ao produzi-las, os jornalistas definem e escolhem por quais vieses essa realidade será contada.

O jornal impresso, nesse sentido, segundo Wolf (2003), desempenha papel primordial na construção social da realidade e na reprodução de discursos sobre o assunto em pauta, uma vez que possui a capacidade de indicar com eficácia a variada relevância dos problemas apresentados, fornecendo aos leitores indícios fortes, constantes e visíveis. Os textos noticiosos, em especial os publicados em jornais impressos, que compõem o *corpus* desta pesquisa, são capazes, assim, de constituir o discurso sobre o tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, que surge influenciado pela Formação Discursiva, na qual o sujeito enunciador está inserido, mas também, e em grande medida, pelas rotinas e condições de produção.

Entre as diversas vertentes de estudos da Teoria da Comunicação, a teoria do *agenda-setting*, elaborada por McCombs e Shaw, na década de 1970, indica que a mídia, por meio da sua rotina de produção e características próprias, é capaz de propor assuntos que serão alvo da atenção da sociedade:

em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo (SHAW, 1979, p. 96 *apud* WOLF, 2003, p. 143).

Em outros termos, não é que a mídia tente persuadir, mas, ao relatar a realidade externa, apresenta uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião ou discutir. Assim, grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa, uma vez que a mídia estabelece aos leitores sobre quais temas pensar, e não necessariamente como pensar sobre tais temas, corroborando com a construção da imagem da realidade. E essa imagem vai se formando no confronto entre o repertório de informações que o indivíduo possui com as informações novas que recebe, estabelecendo outros significados.

A longo prazo, o agendamento acaba influenciando a inserção de temas na mídia e, conseqüentemente, na sociedade. No entanto, diversos fatores, conforme Wolf (2003),

determinam “distorções involuntárias” nas representações difundidas pelos meios de comunicação de massa e assumem importância também no agendamento, na medida em que o destinatário não pode controlar a exatidão da realidade social com base em padrões externos à mídia.

Esse processo que leva à formação de imagens (ou discursos, seguindo o que propõe a AD) sobre as representações da realidade começa nas fases de produção da informação e de seleção dos critérios de relevância e organização dos conhecimentos, isto é, durante a rotina produtiva do texto jornalístico, enquanto materialidade de discursos sobre determinada temática. Wolf (2003) afirma que do mesmo modo que as rotinas de produção e os critérios de relevância estabelecem de que forma a noticiabilidade dos eventos é percebida pelos jornalistas, a ênfase em certos temas, aspectos e problemas forma uma “moldura interpretativa” que se aplica para dar sentido ao que é observado pelo receptor do produto midiático, fornecendo ao destinatário da mensagem categorias temáticas.

Estas categorias de assuntos, presentes nas notícias, podem ser entendidas, também, como os discursos com os quais o jornalista constitui o seu discurso acerca do tema que está sendo agendado. Processo que acontece cada vez mais e cada vez mais rápido. As pessoas estão cada vez mais “vivenciando” o mundo através dos meios de comunicação, que resignificam e reinterpretam os fatos, possibilitando novas configurações de representação da realidade social, por isso, um tema estar ou não presente na mídia é fator primordial para que ele seja lembrado e discutido ou simplesmente ignorado. Essa é uma das explicações para que movimentos sociais e poder público criem datas para lembrar determinados temas, possibilitando a inserção da temática na agenda midiática. Como os meios de comunicação utilizam, entre seus critérios de noticiabilidade, a proximidade temporal e espacial do fato com o leitor, é mais garantido que o tema ganhe as páginas dos jornais em datas específicas. É a necessidade de se pautar o factual, ou o que é notícia naquele dia.

O agendamento tem, assim, impactos diretos no destinatário, uma vez que estabelece a “ordem do dia” e a hierarquia dos temas, argumentos e problemas veiculados pelos meios de comunicação. E essa “ordem do dia” é mais fortemente agendada, segundo Wolf (2003), nos veículos impressos, mesmo considerando as especificidades de cada meio de comunicação. Conforme o autor, a informação impressa tem a capacidade de indicar com eficácia a variada relevância dos problemas apresentados. Por isso, defende a interdisciplinaridade dos estudos em Comunicação, afirmando que a mediação simbólica dos meios de comunicação de massa pode ser melhor compreendida se a análise estender-se às “limitações e condições produtivo-

profissionais que vinculam a construção dos textos difundidos pela comunicação de massa” (WOLF, 2003, p. 148).

Os textos do gênero notícia, que compõem o *corpus* desta pesquisa, aparecem em maior número, pois representam também a maior parte do que é publicado em um jornal impresso. As notícias e reportagens revelam diversidade de tamanho, formas de contextualização e aprofundamento, fontes, localização nas páginas do jornal e variedade de assuntos. Embora o tema em estudo seja exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, ele aparece com abordagens diferenciadas, definidas principalmente pela forma de agendamento do tema, e que trazem à tona discursos e interdiscursos.

A análise possibilitou identificar três grupos de abordagem dos textos noticiosos que, em um estudo mais detido, revelou três mecanismos de agendamento e três discursos balizadores. Essa divisão demonstra que há uma relação muito próxima entre a forma como o assunto torna-se pauta da redação e o discurso que se constitui, aliando as condições de produção e a memória discursiva sobre o tema. Os três grupos de abordagem são: matérias sobre eventos ligados ao enfrentamento da exploração sexual; matérias sobre ações da polícia (apreensões de material e/ou pessoas suspeitas); e matérias sobre ações preventivas para o enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes.

A experiência empírica de leitura diária dos jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul já levava a indicativos de que o tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é agendado pela mídia impressa principalmente em datas criadas para lembrar do assunto, quando há algum caso de apreensão de acusados ou envolvidos com a prática, resgate de vítimas ou ações de prevenção ou enfrentamento. A seleção do *corpus* levou em conta essa especificidade no agendamento do tema para que fosse possível ter à disposição uma quantidade relevante de textos, evidenciando os discursos da mídia impressa sobre essa temática. E mesmo nas datas definidas para a revisão das edições dos jornais analisados (Correio do Estado, O Estado de MS e O Progresso) há uma certa invisibilidade do tema. Uma exceção foi o jornal O Progresso, de Dourados (MS), que, nas duas datas principais de lembrança da temática no ano de 2009 (18 de maio e 06 de outubro, dias nacional e estadual, respectivamente, de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes), publicou 11 textos noticiosos, um editorial e um artigo sobre o assunto, totalizando 13 textos, o que representa mais de um terço do *corpus* da pesquisa.

A análise dos discursos materializados nos textos noticiosos da mídia impressa sul-mato-grossense demonstra, em linhas gerais, que o discurso do enfrentamento da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é um discurso censurado, em que às fontes

oficiais é conferida autoridade para falar sobre o assunto; revela também que há um silenciamento da vítima, que não aparece como fonte de informação em nenhum dos textos analisados, que a escolha das fontes de informação, do enquadramento do fato e das palavras constitui um processo pendular entre consciente e inconsciente, em que os sujeitos enunciativos (jornalistas e fontes), conduzidos pelas rotinas produtivas e mecanismos de agendamento do tema, materializam discursos que levam à superfície memórias discursivas acerca da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, entre elas a de ser uma prática sexual inaceitável e criminoso que precisa ser extinta.

A Análise de Discurso de Escola Francesa considera os textos como produtos de um trabalho ideológico que se desloca entre o consciente e o inconsciente, levando em conta as condições de produção. Dessa forma, as opções dos sujeitos são ideológicas, feitas voluntária e involuntariamente, e servem para consolidá-lo em sua condição de sujeito, no caso, enquanto sujeito enunciativo, seja ele o sujeito jornalista, que organiza as informações a ele disponibilizadas, seja o sujeito fonte, que escolhe o que será e como será dito, bem como o que não será dito. As opções feitas pelos sujeitos jornalistas, tais como enquadramento, fontes e palavras, são baseadas em um *ethos* jornalístico de rituais e rotinas. Um *ethos* próprio, nomeadamente o de um comunicador desinteressado que não só serve à opinião pública e constitui uma arma imprescindível contra eventuais abusos de poder, mas que também se sente comprometido com a verdade.

Isso leva a dizer que o discurso só existe em uma dinâmica de relação, de diálogo. Um discurso está sempre concordando, respondendo, conversando com outros discursos, seja para reforçá-los e mantê-los em sua estabilidade, seja para re-significá-los enquanto um discurso Outro. Um texto, assim, não se apresenta como uma unidade coerente de sentido, mas uma superfície discursiva que não torna concreto, na língua, um ou outro discurso, mas apresenta a relação entre vários discursos.

Na sequência, são detalhadas as análises de cada um dos três grupos de abordagem que, como dito, constituem-se com base em processos de agendamento diferenciados e materializam três discursos balizadores, que são: o discurso do enfrentamento, presente nas matérias sobre eventos ligados à luta contra a exploração sexual; o discurso da responsabilização, nas matérias sobre ações da polícia; e o discurso da prevenção, encontrado nas matérias sobre ações preventivas para o enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes.

3.3.1 Discurso do enfrentamento

No primeiro grupo de abordagem, composto por textos do gênero notícia e que versam sobre eventos e ações que debatem a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, o discurso do enfrentamento materializa-se em textos que narram ações de mobilização e sensibilização da sociedade, tais como panfletagens, palestras e seminários. O objetivo dessas ações é conscientizar a sociedade para que seja parceira no enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes, incentivando principalmente a denúncia. A maioria dos textos deste grupo, que totaliza 12 matérias, foi publicada em datas que provocam o agendamento do tema, nos dias nacional e estadual de enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, e em datas anteriores ou subsequentes.

O agendamento desse conjunto de textos analisados é externo, ou seja, vem de fora da redação, provocado principalmente pelos movimentos sociais que atuam na temática ou pelo Poder Público, quando da realização de alguma atividade de mobilização. Esse agendamento se dá pelo envio, por parte destes atores sociais, de releases²⁴, ou por telefonemas alertando sobre a ação e sua importância, repassando dados e indicando fontes para falar sobre o assunto. O ritual de produção começa pelo recebimento da sugestão de pauta que, após análise de seus critérios de noticiabilidade, tais como proximidade temporal e espacial com o leitor e factualidade, entra na “ordem do dia” ganhando o direito de receber a cobertura do veículo de comunicação. Trata-se, pois, de coberturas que surgem de forma pouco propositiva por parte das redações, constituindo-se como uma ação puramente protocolar em que o veículo decide por acompanhar o fato ou acontecimento por causa da proximidade da data – muitas vezes as redações avaliam que tratar de certos assuntos fora dessas datas de lembrança não é de interesse público – e porque outros veículos de comunicação concorrentes irão fazer a cobertura. Esse conjunto de rituais, normas e valores formam uma ideologia profissional delimitadora do ser jornalista, que se reflete nos discursos da mídia impressa sul-mato-grossense sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

O discurso do enfrentamento constitui-se principalmente de falas das chamadas fontes oficiais, ou seja, polícia, secretaria de assistência social, comitês de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, serviços de atendimento a vítimas. Seus discursos são marcados por enunciados politicamente corretos, falas treinadas e afinadas com a terminologia mais aceita por quem atua na área, bem como preocupadas em contextualizar a violência, apontando causas e consequências. De acordo com Limberti (2004), “politicamente correto” é o termo empregado para exprimir a adequação de uma ação

²⁴ Releases são sugestões de pauta enviadas às redações com o objetivo de despertar, no jornalista, a atenção para cobertura de determinado fato ou acontecimento.

ou discurso à ideologia vigente num determinado espaço, num determinado tempo. A autora afirma que a própria existência de um jargão para isso indica a existência de mecanismos de controle, ou censores, uns mais outros menos ostensivos, que balizam e preservam o conceito construído socialmente, estabilizando suas normas.

Dessa forma, é possível afirmar que o discurso desse sujeito, que é responsável direto pelas ações de atendimento às vítimas e/ou investigação e responsabilização dos agressores, estabelece-se com base em uma auto-censura, que conduz ao que pode e ao que deve ser dito e não-dito, de acordo com a posição social que ocupam. A censura é aqui entendida como uma força que se constitui nos processos discursivos para controlar o que pode e o que deve ser dito e o que não pode ou não deve ser dito, considerando que é no discurso que se materializam os dizeres e os sentidos em disputa. Os enunciados a seguir são falas de entrevistados, em discurso direto entre aspas, e ilustram tais afirmações:

“Ao contrário do que acontecia nos outros anos, a sensibilização, neste momento, é feita de uma maneira positiva. Combatemos porque as crianças têm direitos.” (Anexo 10)

“A violência sexual deve ser tratada também pelo lado social. O evento é uma forma da sociedade ter mais conhecimento em relação a um problema que ocorre dentro dos lares e muitas vezes não é denunciado por medo.” (Anexo 10)

“A participação de toda comunidade é fundamental para resolvermos esse problema que atinge todo país. Ficamos felizes com a participação dos moradores dos bairros e na zona rural, que demonstrou a importância de descentralizar as ações e fortalecer a participação de toda sociedade na luta contra a violência sexual.” (Anexo 13)

Estes textos também apresentam variedade de dados numéricos e estatísticos que têm como função conferir maior credibilidade e isenção ao discurso, bem como reforçar a necessidade do engajamento da sociedade para o enfrentamento da questão. O texto jornalístico, em especial o das notícias, tem a característica da referencialidade e busca ter efeito de sentido de distanciamento, por isso, entre as estratégias discursivas utilizadas, estão a divulgação de dados estatísticos, de números de denúncias, de comparações e de informações que tendam à objetividade, o que pode ser conferido nos enunciados que seguem:

De acordo com o último levantamento do Creas, o número de casos de abusos aumentou cerca de 20% em Dourados. Ao todo foram registrados 703 casos de janeiro a abril. Destes, foram 98 estupros, 357 abusos sexuais e 38 casos de exploração sexual. (Anexo 9)

Ela lembra que um ano antes de implantar o programa, uma pesquisa realizada com o Conselho Tutelar registrou apenas 34 denúncias. Um ano depois os casos triplicaram. (Anexo 23)

Estatísticas do Creas, de 2001 a junho de 2009, mostram que foram registrados 687 atentados contra crianças e adolescentes, com destaque ao abuso sexual (364), estupro (105), e exploração sexual (98). Somente 2009, foram notificados 31 casos,

dos quais nove contra meninas de zero a seis anos, e quatro de meninos da mesma idade. (Anexos 23 e 28)

A busca pela objetividade e distanciamento, por meio da utilização de estratégias de referenciação, porém, contrapõe-se à subjetividade discursiva, identificada nos textos, entre outros aspectos, pelo uso de adjetivos, que, ao acompanhar o substantivo e expressar qualidades e características, estabelece juízos de valor, revelando memórias discursivas que dialogam com o discurso do enfrentamento. Nos enunciados:

Fato que preocupa é que as notificações estão cada vez mais relacionadas a abusos com requintes de crueldade. (Anexo 9)

A diretora (...) cita como exemplo de crime bárbaro o caso de um bebê com pouco mais de um ano de idade que foi vítima de violência sexual. (Anexo 9)

(...) o trabalho de conscientização sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes parece não apresentar extrema repercussão, porém, é de significativa importância, pois cada aluno, cada criança ou adulto, no seu mais profundo íntimo, no cerne, vai amadurecer ideias fantásticas em termos de colaboração e até mesmo denunciar os abusos praticados por pessoas de má índole. (Anexo 12)

Os adjetivos trazem consigo efeitos de sentido que remetem a discursos como o da indignação (crime bárbaro, requintes de crueldade) e o discurso maniqueísta do bem contra o mal. Ao dizer que a conscientização é de significativa importância para que as pessoas possam criar formas de colaborar e denunciar as práticas cometidas por pessoas de “má índole”, um dos sentidos que surge é aquele que estabelece que as pessoas que denunciam e colaboram com o enfrentamento são, em última instância, de “boa índole”. O sentido que retorna à memória é o de que agressores, abusadores, exploradores são pessoas a quem se deve temer e que somente a união de todas as consideradas pessoas de bem será capaz de extirpar esse mal da sociedade. Ao definir a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes como uma prática condenável e não aceita publicamente, o discurso do enfrentamento, para se sustentar, recorre, muitas vezes, a uma visão maniqueísta do bem contra o mal.

Ao usar a construção “crime bárbaro”, por exemplo, o enunciador remete à memória discursiva das invasões do Império Romano pelos povos bárbaros, como eram chamadas todas as nações estrangeiras, ou seja, os não-romanos. Como estas invasões foram extremamente violentas, o termo bárbaro passou a ter sentido de algo ou alguém cruel ou não civilizado. Segundo definição do dicionário Michaelis, o adjetivo bárbaro é sinônimo de “selvagem”, “rude”, “inculto”, “desumano”, “cruel”, “bestial”.

É importante destacar também que os termos “crime bárbaro” e “requintes de crueldade” foram encontrados no mesmo texto e referem-se aos casos de violência sexual cometida contra crianças muito novas, trazendo à tona um discurso indignado e incrédulo, que dialoga com o discurso do enfrentamento da violência uma vez que provoca a comoção dos leitores para, na sequência, apresentar o que está sendo feito para reduzir o número de casos. O uso de adjetivos que causam comoção no discurso jornalístico é prática comum nos textos chamados sensacionalistas, aqueles em que se utilizam estratégias para despertar sentimentos de tristeza, alegria, revolta, amor ou ódio no destinatário da mensagem. A estratégia, neste caso, é utilizada para mobilizar esforços para a causa do enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, uma vez que primeiro choca o leitor, para em seguida sensibilizar para o tema.

O enunciado que segue vem entre aspas, indicando discurso direto do entrevistado, e demonstra o discurso da mobilização para o enfrentamento:

“é necessário que se façam trabalhos desta natureza, porque o melhor método a ser colocado em prática neste momento é a conscientização e somente através dela é que teremos crianças e adolescentes mais esclarecidos e, ao mesmo tempo, adultos com maior grau de responsabilidade social perante a sociedade em que vivemos”.
(Anexo 12)

O texto trata da importância da realização de trabalhos de conscientização e mostra que a adjetivação e a forte subjetividade são atribuídas, pelo sujeito enunciativo jornalista, a outro enunciativo, no caso, um conselheiro tutelar entrevistado pela reportagem. Ao determinar que a fala será inserida na matéria em forma de discurso direto, marcado pelo uso de aspas, o sujeito jornalista busca distanciar-se da opinião do entrevistado, limitando-se a reproduzi-la. No entanto, a escolha por este trecho da fala e não outro constitui estratégia que revela o discurso do enfrentamento, aliado ao discurso, novamente, do bem contra o mal. Ao dizer que a conscientização leva à formação de crianças e adolescentes mais esclarecidos e adultos mais responsáveis, o discurso que surge é o de que, com maior engajamento e informação, será possível preparar os adultos para denunciar e as crianças para evitar a violência.

A subjetividade do discurso da imprensa sobre a exploração sexual, aqui analisada apenas como algo contrária à objetividade almejada pelo texto jornalístico, é ainda percebida quando o sujeito enunciativo convoca, claramente, o leitor a se envolver no enfrentamento e no debate sobre o tema. Embora o texto jornalístico deva ser, na sua essência, o mais objetivo e imparcial possível, e que a representação e interpretação da realidade social seja recebida pelo destinatário da mensagem como subsídios para a formação de sua própria opinião sobre

os assuntos que estão em debate nos meios de comunicação, usando, para isto, verbos em terceira pessoa do singular, discursos indiretos previamente referenciados e discursos diretos marcados por aspas, alguns textos analisados fogem do padrão e o sujeito enunciativo conversa diretamente com o leitor, seu interlocutor, estimulando-o a fazer denúncias. Alguns exemplos são:

Se você viu ou sabe de algum caso de abuso ou de exploração sexual de crianças e adolescentes, denuncie! Ligue para um desses telefones: (67) 3466-1132 (CT); 3466-1597 (PC); 3466-1701 (MP); 3466-1473 (Juiz da Infância e Juventude); ou 190 (PM). Não deixe esse crime ficar encoberto. Sua denúncia é fundamental e o seu nome será mantido em sigilo. (Anexo 12)

A programação da Semana de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, elaborada pela equipe em Ponta Porã, envolveu de forma efetiva instituições educacionais, alunos e professores, que participaram ativamente das atividades de panfletagem na região central e nos bairros, bem como na confecção de faixas e cartazes, demonstrando a indignação quanto a prática da violência em todos os setores da sociedade. (Anexo 13)

“A campanha terá cada vez mais sucesso à medida que a sociedade se sentir responsabilizada pela proteção da criança e do adolescente”. (Anexo 10)

“(…) E diante desta situação não podemos cruzar os braços para esta realidade. Precisamos agir.” (Anexo 27)

(…) a intenção é destacar a data para mobilizar e convocar toda a sociedade a participar dessa luta de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, pois ninguém está livre de ser atingido por essa situação. (Anexo 27)

Nestes enunciados, a população é convocada, seja pelo sujeito jornalista, seja pelas fontes entrevistadas, a participar mais ativamente de ações que busquem debater ou mesmo denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em diálogo, está o discurso do engajamento, constitutivo do discurso balizador que é o do enfrentamento da questão. O sentido que surge é o de que todos devem fazer sua parte para acabar com o problema, remetendo à visão patriarcal e protetora e também aos ditames de normas e convenções, jurídicas ou socialmente aceitas, de que não se pode admitir qualquer tipo de violência contra as pessoas. E mais, que é preciso participar da luta porque “ninguém está livre de ser atingido por essa situação” (Anexo 27).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, inspirado na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (que também serviu de base para a redação da Constituição Brasileira de 1988), prevê em seu artigo 4º que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao

esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Como o discurso do enfrentamento está materializado em notícias cujas fontes principais são pessoas ligadas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, pode-se afirmar que o discurso do engajamento surge em falas treinadas e familiarizadas com as convenções sobre a defesa dos direitos das pessoas menores de 18 anos. A memória discursiva, neste caso, aponta para o entendimento, ainda recente, de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que precisam ter sua condição peculiar de desenvolvimento bio-psico-social e sexual respeitada.

Os discursos dos entrevistados, auto-censurados e treinados, são proferidos com base em uma autoridade conferida a essas pessoas. São textos em que é visível o esforço em escolher a terminologia mais adequada e a melhor contextualização da questão, apontando suas causas e consequências, bem como as dificuldades de enfrentamento. A principal causa apontada para a existência da prática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, entre os textos em que o discurso do enfrentamento se sobressai, é a pobreza. Como se trata de um tipo de violência que envolve trocas, normalmente financeiras ou de bens de consumo, a exploração sexual é conceituada, pelas pessoas que atuam em ações de enfrentamento da violência e defesa de direitos, como algo muito relacionado à falta de condições dignas de vida por parte das e dos adolescentes vítimas.

Foi verificado na análise que muitos dos enunciados que constituem o discurso do enfrentamento trazem julgamentos de valor feitos tanto pelo sujeito enunciador quanto pelas fontes citadas na matéria, na tentativa de explicar e conceituar a prática, em especial quando se trata de explicar as causas e consequências desse tipo de violência. Os enunciados a seguir ilustram o que afirma Andrade (2001), para quem a mídia apresenta uma retórica violenta em relação às crianças e aos adolescentes em situação de exploração sexual, na medida em que associa tal situação à pobreza e à miséria, culpando, muitas vezes, as vítimas pelo ingresso e pela permanência nessa condição de vida:

“é necessário cuidarmos das nossas crianças e adolescentes, porque os tempos de hoje são diferentes dos tempos de ontem. O avanço tecnológico, principalmente a televisão e a Internet apresentam programas e sites acessíveis, que são verdadeiros instrumentos do perigo. Portanto, é necessário todo cuidado dos pais e daqueles que, cotidianamente, trabalham com o aprimoramento cultural e recreativo das nossas crianças e adolescentes”. (Anexo 12)

Para o coordenador do Centro, Luiz Eduardo Guimarães Barbosa, o crescimento está relacionado ao “inchaço” nas grandes periferias da cidade. “O abuso existe em todas as classes sociais, porém, o fator que motiva a violência em Dourados está sendo a problemática nas periferias como a falta de emprego. Muita gente chega de fora da cidade em busca de trabalho em usinas ou frigoríficos. Quando isto não acontece,

geralmente os crimes aumentam. O abuso sexual é mais um deles que acompanha as estatísticas em curva crescente”, explica. (Anexo 9)

Em poucos trechos é possível encontrar ponderações que tentam dar visibilidade à complexidade da questão, fugindo da definição simplista do bem contra o mal. Em muitos, o que se vê são tentativas de minimizar o impacto da afirmação dos enunciadores, utilizando-se de aspas.

No enunciado citado anteriormente, o termo inchaço é colocado entre aspas pelo sujeito enunciativo jornalista para marcar que a fala, que a opinião, é de outro enunciativo, no caso do coordenador do Centro, que, possuindo a autoridade discursiva para falar sobre as causas e consequências da exploração sexual, considera o aumento da população pobre no município como um dos fatores de vulnerabilidade para a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

A palavra inchaço, neste caso, configura-se como uma metáfora, retomando a memória discursiva do termo médico, que usa o termo para designar algo que, inflamado, inchou, tornando-se um tumor, uma doença. Em uma análise mais detida, o aumento do número de pessoas pobres morando na periferia representa, então, um tumor para a cidade, um lugar onde todo o tipo de violência e indignidades acontecem. O uso do termo corrobora para o fortalecimento e manutenção, no imaginário social, da ideia de que a exploração sexual é uma prática inteiramente ligada à questão financeira e que, em se resolvendo o problema da má distribuição de renda do Brasil, o crime não mais existiria.

Porém, a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é um crime com muitas facetas e a econômica é apenas uma delas. Embora seja um tipo de violência que envolve trocas financeiras e/ou simbólicas, é uma questão que vai além da falta de condições dignas de vida, passando pela necessidade de auto-afirmação das e dos adolescentes que se envolvem com a prática, pela violência física e psicológica, por distúrbios emocionais e sexuais dos agressores e também pela concepção machista que vê mulheres e meninas como objetos sexuais (FALEIROS, 2004; CASTANHA, 2008).

No geral, as matérias em que o discurso do enfrentamento aparece ocupam-se de oferecer definições e explicações para o conceito da exploração sexual, remetendo à memória discursiva do inaceitável e do que precisa ser coibido:

“A maioria dos casos acontece dentro do próprio núcleo familiar e as pessoas não têm coragem de fazer uma denúncia. A omissão também é muito comum porque culturalmente a população não está disposta a se preocupar com o filho dos outros”, alertou. (Anexo 24)

(...) trata-se de um crime que anda de braços dados com a legalidade. A exploração sexual normalmente transita por espaços legalizados, não apenas os clandestinos.

“Por exemplo, casas de entretenimento são um espaço legal, ou seja, estamos tratando com “homens de bem”. A rede hoteleira, os provedores de Internet, funcionam em consonância com a Lei. Esse limite entre o legal e o ilegal, dificulta muito o enfrentamento deste tipo de crime”, esclareceu. (Anexo 24)

Ao apresentar causas e consequências, os discursos Outros se revelam, sendo o discurso da culpa aquele que vem à superfície, tanto no discurso do sujeito enunciator jornalista quanto no discurso das fontes consultadas. A estratégia surge na tentativa de explicar a ocorrência de casos de violência sexual infanto-juvenil, com forte tendência em apontar culpados para a existência da prática. Assim, a pobreza, a desigualdade social, as questões de gênero, os espaços legalizados, os “homens de bem” aparecem no discurso do enfrentamento como responsáveis pela existência da exploração sexual e também enquanto memórias discursivas da indignação, por um lado, e da naturalização, por outro. Ao se naturalizar que uma das causas é a pobreza, o discurso Outro que desponta, mais uma vez, é o de que, ao garantir meios de subsistência e sobrevivência digna, financeiramente falando, às vítimas, familiares e agressores, a prática da exploração sexual terá um fim.

É preciso reforçar que os discursos são formados socialmente e ideologicamente, o que estabelece, consciente e inconscientemente, aquilo que se pode e deve dizer. Sendo assim, mesmo no discurso do enfrentamento, em que os sujeitos enunciadores preocupam-se com a fala treinada, com a escolha dos termos e conceitos, enfim, que se encaixam no discurso politicamente correto, foi possível verificar, na análise, uma interdiscursividade entre o discurso do enfrentamento e os discursos da tolerância da prática, com o discurso moralista e com o discurso machista. Essa relação dialógica é constitutiva do discurso do enfrentamento que, por mais vigiado e tolhido que seja, acaba revelando aquilo que está posto e aceito socialmente e ideologicamente. Esse efeito de sentido surge quando, por exemplo, o enunciator destaca que as mulheres são as maiores vítimas, que os homens, representados pelas autoridades de combate à violência cometida contra crianças, devem fazer alguma coisa para proteger as meninas desse tipo de crime, e que só por meio de ações tuteladas e de submissão é possível acabar com a violência sexual.

No entanto, o discurso do enfrentamento da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes vai se burilando, tomando novas formas, sendo re-significado, deslizando o sentido de luta e combate, que remete à memória do bem contra o mal, para o discurso do direito, para o discurso de que é preciso garantir condições de vida digna às vítimas e agressores, de que é necessário o fortalecimento do protagonismo e da auto-estima

das pessoas para que a prática acometa menos crianças e adolescentes. Como demonstra o enunciado que segue:

Ela lembra ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente rompeu com a doutrina anteriormente preconizada pelo Código de Menores, deixando a criança e o adolescente de serem objetos de direito, sendo-lhes assegurados todos os direitos fundamentais e outros especiais, em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (Anexo 17)

Ao ponderar sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes não apenas como um tipo de violência, mas como uma violação de direitos que estão estabelecidos em Leis e Convenções, o enunciador reforça a necessidade de proteção e prevenção da violência. A prática passa a ser olhada por outra ótica: a de que, para além de ser inaceitável publicamente, é uma quebra de normas legalmente postas, constituindo uma infração passível de condenação. Esse discurso do engajamento baseado na ilegalidade dialoga com um discurso do envolvimento propositivo, ou seja, um discurso que, para além de apontar culpados, causas e consequências ou apenas gerar comoção e indignação, propõe soluções:

De acordo com os idealizadores do evento, é só através do registro destes casos que será possível uma atuação de advertência e ao mesmo tempo de prevenção aos núcleos familiares, sobre este tipo de crime que infelizmente tem crescido muito no País. (Anexo 24)

(...) a Justiça, muitas vezes, só tem cobrado a prova dos fatos para intervir nesse tipo de problema. Entretanto, o que se depara, é com a palavra da vítima contra a palavra do agressor. “Temos que estruturar as políticas públicas, para isso precisamos muito do apoio da Justiça e da própria segurança pública que não está equipada para enfrentar os problemas relacionados a violência contra as crianças e jovens”, disse a coordenadora do Comcex. (Anexo 28)

(...) para que haja um controle maior no enfrentamento a este tipo de crime, são desenvolvidas políticas de atendimento, proteção e defesa das vítimas, bem como a repressão a estas ocorrências e a busca de punição aos responsáveis. (Anexo 7)

O discurso do enfrentamento, no sentido mais propositivo, demonstra a importância do registro dos casos, da denúncia, da melhor estruturação de políticas públicas e ferramentas legais para atendimento e promoção dos direitos, procura alertar as famílias e garantir mais estrutura para os setores envolvidos com o atendimento das vítimas.

O discurso do enfrentamento da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é, portanto, um discurso preocupado em ser politicamente correto, tanto por parte do sujeito enunciador jornalista, quanto por parte das fontes, co-enunciadores. São explicitadas causas e consequências, citadas Leis e Convenções, números e estatísticas apresentadas e as palavras escolhidas com maior critério. Foi encontrado, durante a análise,

apenas um enunciado em que o termo “menor” foi utilizado referindo-se a criança ou adolescente, conforme demonstra o trecho a seguir:

“Nós precisamos atingir a sociedade de forma geral, fortalecendo a articulação territorial entre os diversos atores sociais e as políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual. Só assim é que vamos ter poder de atuação em coibir este tipo de crime contra nossos menores”, adverte. (Anexo 24)

A fala, atribuída à secretária de assistência social do município, foi reproduzida pelo jornalista, e revela que, mesmo envolvida com o assunto e com autoridade para falar sobre ele, a fonte recorre ao termo “menor”, que é considerado pejorativo ao carregar o sentido de que as pessoas com menos de 18 anos (crianças e adolescentes) são seres menos valorizados, de menor categoria, mas que, pelo uso constante, acabou tornando-se sinônimo de criança.

3.3.2 Discurso da responsabilização

Os textos jornalísticos sobre as ações da polícia, que integram o segundo grupo de abordagem identificado nesta pesquisa, tratam principalmente de apreensões de material e/ou pessoas suspeitas do crime de exploração sexual e costumam ter como fontes de informações autoridades policiais, membros do Ministério Público Estadual ou Federal, magistrados e pessoas ligadas ao atendimento das vítimas ou responsabilização dos agressores. O agendamento deste tipo de assunto ocorre, assim como no discurso do enfrentamento, de maneira provocada e protocolar, por meio da leitura diária dos boletins de ocorrência e seleção dos temas que ganharão a “ordem do dia”. Como o discurso da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes constitui-se do discurso da indignação e da sensibilização da sociedade, é comum que ganhe visibilidade por parte da imprensa, quando da ocorrência de um fato. Os critérios de noticiabilidade, tais como proximidade temporal e espacial, bem como a característica de ser um tema que gera o debate público, faz com que o fato mereça estar na pauta do dia das redações.

A análise das notícias publicadas em 2009 nos três jornais estudados revelou, entre outros aspectos, que o discurso da responsabilização é constituído pelo discurso policial e pelo discurso jurídico. Essa afirmação parte da identificação, nos textos, de citações de artigos de códigos e leis, relato do material apreendido, detalhamento das formas de responsabilização (multa e/ou prisão) e a narração de como se deu a ação policial. Além disso, termos como “punição”, “criminaliza”, “denunciados”, “combater”, “suspeita”, “busca e apreensão”, “repressão” e “mandados” revelam a memória discursiva da responsabilização dos agressores e da necessidade social de punir quem violenta sexualmente crianças ou

adolescentes e, em última análise, viola seus direitos, entre eles o direito do desenvolvimento saudável da sua sexualidade. Ao utilizar tais termos, o enunciador reforça os discursos policial e jurídico que estão em diálogo com o discurso da responsabilização, uma vez que tais palavras remetem à prática diária de policiais, promotores, juízes, além de estarem presentes nas normativas legais que tratam do tema da violência sexual, como o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para garantir, ainda, a noção de distanciamento e a referencialidade do texto jornalístico, o enunciador costuma citar o enquadramento legal para o tipo de crime cometido, como nos enunciados:

Esta foi a primeira ação realizada para combater a pedofilia desde que entrou em vigor a Lei 11.829, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tornou crime a posse de material pornográfico infantil. A pena varia de 4 a 8 anos de prisão. (Anexo 6)

Ele foi preso suspeito de “submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual”, conforme o artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (Anexo 18)

O preso foi autuado em flagrante por posse e armazenamento de material pornográfico, crime cuja pena prevista é de um a quatro anos de reclusão. (Anexo 1)

No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma lei que estabelece punições mais rigorosas contra a pornografia infantil e crimes de abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes na Internet. Pode ser punido com prisão entre quatro e oito anos aquele que “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”. A pena é a mesma para quem vender ou expuser material do tipo. (Anexo 11)

Ao explicitar qual o ilícito penal e qual a punição para o tipo de crime praticado, o enunciado ganha credibilidade por parte do leitor e mantém, no imaginário social, a noção de que cabe ao Jornalismo a função de narrar a realidade, apresentar e interpretar os principais fatos do dia. Também remete ao entendimento que considera a imprensa uma instituição confiável que tem a missão de ser fiscalizadora do correto cumprimento das normas sociais e legais estabelecidas. E então a própria polícia utiliza-se dos veículos de comunicação para dar um retorno à população sobre suas ações de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Como parte do Sistema de Garantia de Direitos²⁵, a polícia tem como uma de suas funções, juntamente com Ministério Público e Judiciário, garantir que qualquer pessoa ou instituição que viole direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente seja responsabilizado, inclusive escolas que não oferecem vagas ou condições

²⁵ O Sistema de Garantia de Direitos foi implementado, em 1990, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e prevê a formação de uma rede integrada de atores sociais envolvidos com a promoção dos direitos da criança e do adolescente, prevenção de violações, atendimento às vítimas e responsabilização dos agressores.

dignas de ensino, unidades de saúde que não priorizem o atendimento a crianças e adolescentes, até familiares que cometam violência psicológica, física ou sexual. E, nesse sentido, a mídia torna-se ferramenta importante para dar visibilidade, à sociedade, das ações desencadeadas por tais instâncias para responsabilizar quem descumpra a legislação referente aos direitos de crianças e adolescentes.

Além de ser utilizada como veículo de prestação de contas pela polícia, a mídia serve também como meio pelo qual o discurso da responsabilização dialoga com o discurso da incompetência das autoridades policiais e jurídicas para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Ao narrar suas ações e divulgar apreensões de materiais pornográficos e pessoas envolvidas, a polícia busca dar novo sentido ao discurso da incompetência. Nas matérias “PF prende dez em ação contra pedofilia”²⁶ e “Polícia Federal ataca pedofilia na internet”²⁷, ambas veiculadas no dia 19 de maio de 2009, os sujeitos enunciadores narram a ação da Polícia Federal realizada no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para “coibir a pedofilia na internet” (Anexo 6). A operação, segundo narram as matérias citadas, foi resultado de um ano de investigações, ocorreu em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal e teve como base a quebra de sigilo de perfis do Orkut denunciados à Safernet, uma organização da sociedade civil que atua na prevenção de crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes.

O assunto ganhou destaque nacional e foi agendado pela equipe de Assessoria de Comunicação da Polícia Federal. É de praxe que tais investigações sejam sigilosas e seus resultados somente divulgados quando a própria polícia considera relevante e seguro, de forma a não prejudicar o andamento dos inquéritos. Esta ação, especificamente, foi realizada no Dia Nacional que lembra a temática para garantir maior visibilidade ao assunto e também ao trabalho desempenhado pela polícia, comprovando o que foi afirmado anteriormente de que a imprensa é utilizada como meio de prestação de contas à sociedade. O enunciado que segue demonstra tais conclusões:

“A operação é a maior do mundo em combate à pornografia infantil em redes de relacionamentos. A operação é uma resposta do Estado ao abuso de crianças e adolescentes na internet. O Brasil não é produtor de larga escala de pornografia na internet, mas é difusor”, disse Sérgio Suiama, procurador do Ministério Público Federal de São Paulo. (Anexo 11)

Todo discurso é dialógico e só existe em relação a outros discursos, é por isso que o não-dito que vem à superfície discursiva, no enunciado anterior, é tão ou mais significativo

²⁶ O Estado MS de 19/05/2009 – Anexo 11

²⁷ Correio do Estado de 19/05/2009 – Anexo 6

que o dito. Ao afirmar que a operação foi a maior do mundo e que se trata de uma resposta aos crimes cometidos contra crianças e adolescentes, o discurso enunciado pelo Procurador constitui-se como uma resposta à memória discursiva de que a polícia é incompetente, inoperante e burocrática. Contrapõe-se, claramente, às afirmativas “a polícia não faz nada”, “ninguém faz nada” ou “o governo não faz nada” tão recorrentes no imaginário social quando o assunto é a violência, em geral, e violência contra a criança, em especial, uma vez que o discurso que vem à tona quando são divulgadas notícias de crimes cometidos contra pessoas com menos idade é o discurso da revolta e da indignação e à polícia é conferida a autoridade pelo enfrentamento, prevenção e punição dos agressores. Quando isso não acontece, ou não acontece a contento, segundo uma avaliação da sociedade como um todo, tais autoridades são cobradas. Dessa forma, o discurso que se revela, em resposta a todos esses discursos, é o discurso da competência, de que algo está sendo feito. E a maneira ideal para reforçar esse discurso é utilizar a abrangência e credibilidade que os mídia noticiosos têm. Os veículos de comunicação, por sua vez, aceitam o agendamento do tema, provocado pela própria polícia, por ser uma data de lembrança do assunto e pela grandiosidade da ação. A seguir, outros enunciados que exemplificam a forma como se encontra materializado, no discurso da mídia, o discurso da competência das autoridades encarregadas pela responsabilização de pessoas envolvidas com crimes de exploração sexual cometidos contra crianças e adolescentes:

“Temos 92 mandatos em cumprimento e de 47 já recebemos as informações do resultado da busca. Os demais encontravam-se em execução ao longo do dia de ontem. Oito prisões e centenas de DVDs e HDs com material pornográfico foram apreendidos”, disse o delegado Carlos Eduardo Sobral, responsável pela unidade de repressão a crimes cibernéticos. (Anexo 11)

Os policiais efetuaram dez prisões em cinco estados e recolheram vários DVDs e computadores com material pornográfico. Pelo menos 400 policiais participaram da operação. (Anexo 6)

O senador Magno Malta (PR-ES), presidente da comissão, disse acreditar que mais de 30 pedófilos sejam presos na operação da PF deflagrada ontem. “Você não prende um pedófilo simples, mas um indivíduo que espalhou essa pornografia em rede. Temos muito a comemorar nesse dia 18 em que se combate o abuso e a exploração de crianças e adolescentes”, disse o senador. (Anexo 11).

O último enunciado revela, ainda, o discurso da revolta que vem à superfície quando o sujeito enunciador revela o número de acusados que devem ser presos, com um sentido de comemoração pelas apreensões, uma comemoração motivada pelas prisões, mas que revela o discurso da competência em resposta ao discurso da impunidade. Ou seja, ao destacar o número de prisões, emerge do discurso o sentido de que “não há impunidade para este tipo de crime no Brasil. Todos os envolvidos serão presos”. E mais, a expressão “espalhou essa

pornografia em rede” remete à memória discursiva que tem o sentido da porcaria, de algo sujo, imundo, podre. Em uma leitura rápida, o destinatário dessa mensagem jornalística poderá ler “espalhou toda essa porcaria em rede”. E isso foi feito por um “pedófilo”, um sujeito que, segundo esse discurso da revolta, é um ser irremediável, uma pessoa com distúrbios sexuais sérios e que deve ser exemplarmente punida pela sociedade e pelas autoridades policiais.

Outra constatação a que se chega na análise dos textos que se encaixam nessa categoria de abordagem, ou seja, entre as notícias sobre ações da polícia e em que o discurso da responsabilização materializa-se, é que a maioria dos equívocos conceituais aparece nos textos deste grupo. Uma explicação para isso seria a de que, ao tentar explicitar e explicar em qual ilícito penal o suspeito está sendo acusado, o sujeito enunciadador peca na terminologia ou até mesmo no tipo de crime praticado. O termo pedofilia, por exemplo, aparece frequentemente utilizado com sentido de “violência sexual”, “abuso sexual”, “exploração sexual”, ou “pornografia infantil”, como nos trechos que seguem:

A Polícia Federal desencadeou ontem a Operação Turko com o objetivo de coibir a pedofilia na Internet. (Anexo 6)

A Polícia Federal prendeu ontem 10 pessoas durante a Operação Turko (um anagrama com o nome Orkut), que tem o objetivo de combater a pedofilia na Internet. (Anexo 11)

Desse total, a PF identificou 118 endereços de supostos pedófilos que seriam responsáveis pela divulgação das imagens na Internet. (Anexo 11)

O advogado Antonio Paulo Amorim, 53 anos, conhecido como Toni, preso no dia 19 de novembro sob suspeita de pedofilia, foi levado na manhã de ontem para uma cela especial na Penitenciária de Segurança Máxima Harry Amorim Costa (...). (Anexo 29)

A Polícia Federal prendeu em flagrante H.C.S., de 24 anos, formado em engenharia da computação, acusado de crime de pedofilia. (Anexo 1)

Nas notícias “PF prende dez em ação contra pedofilia” (Anexo 11) e “Polícia Federal ataca pedofilia na Internet” (Anexo 6), de onde foram extraídos alguns dos enunciados citados anteriormente, o termo pedofilia, e suas derivações como pedófilo e pedófilos, aparece 12 vezes, sendo usado de forma pendular, ora com sentido de violência contra a criança e o adolescente, ora com sentido de crime de pornografia infantil. Já o último enunciado citado é o início de uma matéria em que consta, no final, o seguinte enunciado: “O preso foi autuado em flagrante por posse e armazenamento de material pornográfico, cuja pena prevista é de um a quatro anos de reclusão”.

A análise destes enunciados revela de que forma um termo médico, no caso “pedofilia”, que é uma patologia, é re-significado pela imprensa e pela sociedade e passa a ter

sentido de um crime, uma violência. Pedofilia não é crime, pois não consta nem no Estatuto da Criança e do Adolescente, nem no Código Penal brasileiro como tal. Em cada caso citado nos trechos acima, o que se tem são tipos de violência que são inclusive tipificados criminalmente de maneiras diferentes. Há estupro²⁸, exploração sexual, pornografia, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, cárcere privado, entre outros. Ou seja, nem todo o pedófilo é um agressor como nem todo agressor é pedófilo, se for considerada a palavra em sua origem médica. Essa constatação demonstra como os sentidos deslocam-se ao longo do tempo e do espaço.

O termo “pedofilia na Internet” vale uma reflexão à parte: primeiro que, na maioria das vezes, o crime a que se refere o autor da matéria é na realidade pornografia na Internet, que é a produção, posse e divulgação de material pornográfico com imagens de crianças e/ou adolescentes envolvidos em práticas sexuais, seja insinuando ou efetivamente praticando. Outra questão é que a Internet tornou-se ferramenta ágil para que pedófilos (aqui sim, pessoas com distúrbios sexuais) possam acessar, de maneira segura e sigilosa, imagens de crianças e adolescentes envolvidas com práticas sexuais. O crime, porém, continua sendo o de pornografia com a utilização da Internet como meio de comunicação, infração penal tipificada no artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente²⁹.

Esse deslocar de sentidos aparece, inclusive, no mesmo texto. Em um momento o sujeito enunciativo escreve que a operação visa “coibir a pedofilia na Internet” e um pouco mais a frente afirma que “esta foi a primeira ação realizada para combater a pedofilia, desde que entrou em vigor a Lei 11.829 que [...] tornou crime a posse de material pornográfico infantil”. Ou seja, embora utilizando o termo pedofilia, o texto deixa claro que o sentido é outro: combate-se o crime de produção, divulgação, armazenamento de materiais pornográficos em que aparecem crianças e/ou adolescentes. O termo aparece, ainda, em quatro títulos de notícias, revelando que a palavra institucionalizou-se e seu uso está disseminado nas redações e na sociedade, como parte integrante de uma Formação Discursiva que admite, em seu discurso, a existência de agressores com distúrbios psicológicos que os levam a cometer crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Seguem os títulos:

Polícia Federal prende acusado de pedofilia (Anexo 1)

²⁸ Em agosto de 2009, mudança no Código Penal estabeleceu que qualquer tipo de prática sexual realizada com crianças, com conjunção carnal ou não, passa a ser considerado estupro. Além disso, houve a criação da vítima vulnerável, a fim de que a responsabilização aos agressores de crianças e adolescentes fosse mais rigorosa.

²⁹ O Artigo 241 prevê: Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet, fotografias ou imagens, com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

Polícia Federal ataca pedofilia na Internet (Anexo 6)

PF prende 10 em ação contra pedofilia (Anexo 11)

Advogado de Dourados acusado de pedofilia vai para a Máxima (Anexo 29)

Não se trata aqui de aprovar ou condenar a utilização do termo pedofilia. Até porque, conforme afirma Meditsch (1992), ao reportar o mundo, o jornalista cria e recria conhecimento estabelecendo uma proximidade entre a experiência relatada e a memória coletiva de saberes e de relatos. E, ao revelar de maneiras diferentes, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. “O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (MEDITSCH, 1992, p. 2).

Os estudos sobre o discurso de Bakhtin afirmam que nenhum enunciado pode esgotar a realidade toda, por inteiro, ou seja, podem existir muitos enunciados verdadeiros e que diferentes gêneros de discurso abordarão a realidade de diferentes maneiras, definindo verdades diversas, cada uma pertinente a um objetivo ou uma situação. Isso se dá porque os argumentos que são válidos para um determinado campo do saber podem ser vistos como absurdos em outro. Diante desta reflexão, para Meditsch (1992), todas as formas em disponibilidade para conhecer e “re-conhecer” o mundo têm o seu valor e, portanto, o jornalismo está perfeitamente enquadrado nesse novo olhar como modo de conhecimento.

Dessa forma, e por conta de suas características, o texto jornalístico pode ser considerado como o discurso do senso comum, como um discurso que se constitui de inúmeros discursos em diálogo e que estão postos, aceitos e cristalizados em determinada formação discursiva de uma sociedade. E, no interior da Formação Discursiva que considera a prática sexual entre adultos e crianças um desrespeito às normas éticas e legais estabelecidas, é de se esperar que tais discursos cheguem à superfície também pelos meios de comunicação. Os sentidos, por fim, deslocam-se dentro de uma conjuntura sócio-histórica dada, que muda e se reformula ao longo do tempo e do espaço. Assim, a utilização do termo pedofilia justifica-se como sendo um argumento válido no campo jornalístico, uma vez que está cristalizado e constitui-se enquanto sentido quando o assunto é violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. No entanto, é importante frisar que, embora justificado, é um deslocamento de sentido que, em última análise, pode ser considerado como uma falha na produção do texto jornalístico, já que, legalmente, pedofilia não é um tipo penal. Então, uma pessoa não é condenada por pedofilia, não sendo correto utilizar o termo com o sentido de crime.

O discurso da responsabilização, materializado nos textos noticiosos em análise, é também um discurso extremamente referencializado, distanciado e tendendo à objetivação. Todas as narrativas analisadas neste trabalho têm como fontes de informações autoridades policiais e judiciais que, utilizando-se da posição social que lhes confere o direito, e, em alguns casos, o dever de falar em nome de um outro, tornam-se narradoras de todo o acontecimento, revelando quase que um único olhar sobre o fato, um único enquadramento.

Quando há prisão de acusados de cometer um tipo de violência sexual contra crianças ou adolescentes, é a autoridade policial quem narra o fato ao jornalista, seja verbalmente ou por meio do boletim de ocorrência. Sempre que há a necessidade de detalhar melhor o que aconteceu e explicitar a versão da/do acusada/o ou mesmo da vítima quem fala é o sujeito enunciador. Temos então pelo menos três vozes neste discurso: um sujeito enunciador jornalista, que define a “ordem do dia” das pautas, recorta o fato que será divulgado, estabelece os enquadramentos e define as fontes (ou a fonte) que serão procuradas para repassar as informações – as fontes podem ser pessoais ou apenas documentais, como é o caso da leitura dos boletins de ocorrência; outro sujeito enunciador é a fonte consultada, que fala na matéria em discurso direto ou indireto, conforme a estratégia discursiva escolhida pelo sujeito enunciador jornalista; um terceiro enunciador é o/a acusado/a ou a vítima que, ao relatar à autoridade policial o que foi que aconteceu, torna-se uma fonte de informações, porém, é silenciada nas matérias. Sua voz aparece na voz do outro, ou seja, na voz da autoridade policial, como nos enunciados a seguir:

Conforme a delegada Regina Márcia Rodrigues de Brito Mota, o menino de dez anos relatou que estava sendo assediado pelo vigia há pelo menos uma semana. (Anexo 4)

A vítima ainda contou à polícia que o assédio ocorria desde domingo (10) e que ele já havia contado a sua mãe. (Anexo 5)

Ainda segundo a Polícia Federal, diante dos pais e de testemunhas o engenheiro admitiu o manuseio e a propriedade do material encontrado. (Anexo 1)

Segundo informações da polícia, cada vez que as adolescentes concordavam em manter relações com o idoso, ele fazia “algum tipo de pagamento”. (Anexo 18)

O silenciamento, nestes casos, é uma forma de reafirmar a opinião de quem fala, a autoridade policial ou jurídica e o sujeito enunciador jornalista, todos revestidos de certa autoridade para narrar os crimes, as apreensões e as condenações. Orlandi (1993) entende o silêncio como a respiração da significação, um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o “sentido faça sentido”. Trata-se de um jogo de palavras e espaços em branco que são constitutivos do discurso, pois tudo que está dito e o que não está dito tem

sentido e faz parte do processo de significação constante. Assim, conforme demonstram os enunciados acima, mantém-se na invisibilidade os sujeitos oprimidos, sem voz, ou seja, agressores e vítimas, seres que devem ou ser tutelados ou condenados à dívida eterna da não-recuperação. Como expõe o seguinte enunciado:

Lemes tem passagem pelo mesmo crime de atentado violento ao pudor contra um menino de 10 anos. Ele trabalhava de vigia no local por meio do programa Egressos Ligados às Oportunidades (ELO) na tentativa de ser “ressocializado”. (Anexo 5)

O termo ressocializado aparece no texto entre aspas, indicando efeito de sentido de ironia e o discurso do descrédito, por parte do sujeito enunciator jornalista, de que o suspeito da agressão possa vir a se regenerar, a ser inserido novamente em sociedade depois de cumprir a pena estabelecida pela Justiça. O sentido que surge é o de que aos agressores cabe apenas a culpa eterna por ter cometido uma violência contra criança ou adolescente. É importante retomar, aqui, a discussão sobre o que é publicamente e particularmente aceito. Uma vez condenada social e moralmente pela ideologia dominante, que considera politicamente correto defender os direitos de crianças e adolescentes, a prática sexual com menores de 18 anos deve ser publicamente negada por meio dos discursos da revolta e da responsabilização dos acusados, mesmo que particularmente, na intimidade do ser ou nas pequenas relações sociais e/ou familiares, os sujeitos aceitem que adultos pratiquem atos sexuais com crianças e adolescentes.

Essa aceitação velada está materializada no discurso da responsabilização, lembrando que todos os sujeitos desse discurso fazem escolhas e utilizam-se de estratégias discursivas que revelam seus argumentos e opiniões sobre o assunto:

Algumas adolescentes confirmaram as orgias e as relações sexuais. No entanto, segundo a delegada, todas negaram o uso de violência. “Ele era o bonzinho, dava carona pra todo mundo, levava ao médico, à benzedeira, à farmácia, pagava lanches, levava em festas, lanchonetes. Nada era mediante violência e as meninas não eram obrigadas a fazer nada, eram convencidas”, explica. (Anexo 18)

No enunciado, as afirmações da delegada que investiga o caso demonstram que as adolescentes vítimas do suspeito em investigação não se sentem vítimas, já que o acusado tratava-as bem, dava caronas, comprava remédios, comida. O discurso machista, que coloca a mulher e a menina na condição de objetos sexuais passíveis de serem trocadas por qualquer tipo de bem físico ou simbólico (status), revela-se até mesmo na voz da vítima que não se vê como tal, que se percebe até como alguém de sorte por ter um homem disposto a fazer tudo por ela. Ao contrário da opinião do agressor que acredita que “aos 17 anos a garota já era considerada ‘idosa’” (Anexo 18). Por fim, mesmo que a adolescente não tenha sofrido

agressões físicas que configurariam que ela foi obrigada a ter relações sexuais com o acusado, convencê-la, utilizando-se para isso a vulnerabilidade social e econômica em que ela se encontra, já se configura como violência, em outros termos, configura-se como uma violação de direitos como a liberdade (de escolher fazer sexo com esta ou aquela pessoa), a saúde e o desenvolvimento saudável de sua sexualidade, uma vez que o ato sexual pode tornar-se moeda de troca para qualquer uma de suas necessidades materiais.

O silêncio e a invisibilidade da vítima e dos suspeitos de praticar crimes sexuais contra crianças e adolescentes na mídia impressa sul-mato-grossense podem ser explicados, também, como “distorções involuntárias”, nos termos definidos por Wolf (2003). Segundo o autor, os diversos fatores que, na produção da informação, determinam essas distorções nas representações difundidas pelos meios de comunicação de massa assumem importância também no agendamento. Significa dizer que, ao omitir a versão diretamente colhida das vítimas e agressores, o sujeito enunciativo jornalista influenciará o modo como o enunciatário da mensagem irá recebê-la, decodificá-la, re-significá-la e reproduzi-la. Sendo assim,

a hipótese coloca o problema de uma *continuidade em nível cognitivo* entre as distorções que se originam nas fases de produção da informação e os critérios de relevância, de organização dos conhecimentos, que os usufruidores de tal informação assimilam e tornam seus (WOLF, 2003, p. 144).

Dentre as rotinas produtivas do texto jornalístico, é fato que existem, sim, dificuldades técnicas ou operacionais de acesso a determinadas fontes de informação, como é o caso das vítimas e dos acusados envolvidos com a exploração sexual. Porém, uma análise mais detida revela que essas fontes alternativas não são procuradas e não há um esforço para garantir a presença dessas vozes no texto jornalístico porque a essas pessoas não foi conferida, pela sociedade, autoridade para falar sobre o assunto, uma autoridade no sentido ideológico, que daria a elas a credibilidade e a confiança do leitor. Dessa forma, alia-se à dificuldade de acesso a estas fontes a justificativa de que elas “não têm nada a dizer”.

Com relação aos acusados pelos crimes de violência sexual, a análise demonstra que a mídia impressa sul-mato-grossense identifica suspeitos de cometer crimes de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, na maioria das vezes divulgando o nome completo, principalmente quando se trata de pessoas de baixa renda, que já tenham se envolvido com outros crimes ou se a suspeita recai sobre alguém que, imagina-se, seria incapaz de praticar atos sexuais com menores de idade.

Entre os textos estudados foram identificados três casos de prisão de acusados de violência sexual. Em um deles, o acusado era engenheiro de computação, foi preso em

flagrante por posse de material pornográfico em seu computador e seu nome não foi divulgado, apenas as iniciais apareciam na matéria. Em todo o texto, o acusado é identificado como engenheiro. Outras duas notícias narram a prisão, também em flagrante, de um vigia que assediava sexualmente um menino de 10 anos em um parque de Campo Grande (MS). Seu nome foi divulgado em um dos textos, que dizia ainda que o acusado estava em liberdade condicional pelo mesmo crime. O terceiro caso, que rendeu reportagens mais completas e detalhadas, conta a história um homem de 68 anos que foi preso acusado de explorar sexualmente pelo menos 100 adolescentes. Nas duas matérias que tratam do assunto, o nome e a idade foram divulgados, bem como o endereço. O discurso da responsabilização traz consigo essa preocupação em dar publicidade ao nome do agressor como uma primeira punição pelo ato praticado. Ao tornar público quem é que violenta sexualmente crianças e adolescentes, a imprensa estaria cumprindo uma de suas funções, que é a de informar a sociedade para que possa se proteger e se prevenir da violência.

Em contrapartida às notícias sobre prisões, que representam a maior parte dos textos que materializam o discurso da responsabilização, uma das matérias que compõe o *corpus* de análise, publicada no dia 27/06/2009 com o título “Absolvição de Zequinha é retrocesso” (Anexo 22), expõe e critica a absolvição de pessoas envolvidas com crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. No texto, o sujeito enunciador jornalista relembra a atuação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou casos de exploração sexual em todo o Brasil e revela a opinião da Senadora Patrícia de Saboya, então presidente desta CPI, sobre a absolvição do ex-atleta Zequinha Barbosa e seu assessor, acusados de explorar sexualmente três adolescentes em Campo Grande (MS), pelo Supremo Tribunal de Justiça.

O discurso da responsabilização, neste texto especificamente, mas que pode ser estendido a toda a análise das matérias deste grupo de abordagem, dialoga com o discurso inflamado da indignação, com o discurso da revolta e com o discurso da impunidade, revelando que, ao mesmo tempo em que a sociedade cobra legislações mais efetivas e punições mais severas, uma das maiores instâncias judiciais do País absolve acusados de praticar crimes sexuais utilizando-se de alegações moralistas e machistas. Os enunciados que seguem ilustram essa interdiscursividade:

A senadora Patrícia Saboya (PDT/CE) classificou como “absurda” a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que absolveu o ex-atleta José Luiz Barbosa, o Zequinha Barbosa, e o assessor Luiz Eduardo Flores da acusação de exploração sexual. (Anexo 22)

“Considero essa decisão um retrocesso, tanto para a justiça quanto para a sociedade. É como retroceder milhões e milhões de anos. Foi uma decisão tão absurda que não

levou em conta a idade dessas garotas. Adolescente não é prostituta, elas são vítimas de exploração”. (Anexo 22)

“Com a decisão do STJ, abre-se precedente para que casos semelhantes não sejam considerados crimes. Isso é horrível, porque, quer dizer que agora, apenas por não ser virgem, uma garota ou mulher pode sofrer qualquer tipo de abuso? E as pessoas que cometem o abuso, não serão mais punidas?”, indaga a senadora. (Anexo 22)

O entendimento do tribunal federal foi de que “o cliente ou usuário de serviço oferecido por prostituta não se enquadra no crime de exploração sexual”. Além disso, a decisão também se baseou no fato de que as garotas seriam “reconhecidamente prostitutas”. (Anexo 22)

A matéria é muito marcada pelo uso de aspas, indicando que o sujeito enunciador opta por dar visibilidade a outras vozes quando o assunto mostra-se polêmico. A avaliação da decisão, feita pela senadora, vem praticamente toda entre aspas, não só as falas mais completas, mas também palavras que, ao serem inseridas no discurso indireto³⁰, também vem entre aspas para que o sujeito enunciador jornalista não se comprometa com o que está sendo dito pelo outro sujeito enunciador, no caso, a senadora (fonte). Parte do texto da decisão judicial que absolve os acusados também vem entre aspas com destaque para o trecho “reconhecidamente prostitutas” que, ao ser retirado do todo da sentença, revela a importância conferida pelo sujeito enunciador jornalista a este fato, a este trecho da sentença. Ao afirmar, no texto, que a decisão dos magistrados baseou-se no fato de que as garotas já eram prostitutas traz à superfície um discurso machista sobre a sexualidade e sobre o crime de exploração sexual. O efeito de sentido é o de que, por terem sido vítimas de exploração sexual outras vezes, o agressor seguinte não incorre em crime.

O discurso da responsabilização, como demonstra a análise, é um discurso ácido, constituído pelos discursos da impunidade, da vingança, da culpa eterna e também pelo discurso machista. Admite-se, ao menos publicamente através da imprensa, que pessoas acusadas de cometer crimes sexuais contra crianças e adolescentes devem ser punidos, mas essa punição, essa responsabilização deve acontecer, sempre que possível, de uma forma cruel e sem chance de ressocialização. Por conta do silêncio das vítimas e dos agressores, o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre a responsabilização torna-se recortado, falho e até certo ponto tendencioso. Mesmo que seja uma distorção involuntária, tais práticas levam à construção de um imaginário social que considera as vítimas, principalmente as vítimas do sexo feminino, pessoas que precisam de proteção e, ao mesmo tempo, culpadas indiretas pelo crime. Considera os suspeitos como monstros para quem só cabe a prisão

³⁰ Para Maingueneau (1997, p. 97), o texto jornalístico pode ser um exemplo do discurso indireto livre, em que o discurso tem “a propriedade notável de relatar alocações fazendo ouvir duas vozes diferentes inextricavelmente misturadas, para retomar o termos de Bakhtin ou, dois enunciadores, segundo palavras de Ducrot”.

perpétua ou o sofrimento na prisão. E, por fim, considera a polícia e o judiciário como instâncias indispensáveis para a proteção do cidadão contra esse tipo de violência.

3.3.3 Discurso da Prevenção

No terceiro grupo de abordagem, estão as matérias sobre ações preventivas de violência contra crianças e adolescentes, entre elas a violência sexual. São textos que relatam atividades de atores sociais como juiz, promotoria e polícia para coibir práticas que possam levar a crimes e violações de direitos de pessoas com menos de 18 anos. São enunciados com presença marcante dos sentidos de que a polícia, o Judiciário, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares são os únicos responsáveis pelo enfrentamento da violência sexual praticada contra meninos e meninas. E que os próprios adolescentes, e até mesmo a sociedade, não são capazes de protegerem-se ou desenvolverem ações para redução da violência.

O tema é agendado, ou seja, a pauta surge e é incluída na ordem do dia de maneiras diversas, entre elas, por meio da assessoria de imprensa dos órgãos envolvidos na ação. Como no caso da matéria “Juizado fará arrastões nas noites” (Anexo 19), em que consta, no texto, a informação de que o juizado firmou convênio com a prefeitura para “subsidiar a manutenção dos dois veículos que vão percorrer diferentes locais que concentram jovens durante a noite”. Trata-se, assim, de um tema que se tornou pauta de maneira provocada, a partir de um evento externo à redação – a assinatura do convênio – que gerou a vontade/necessidade de produzir um texto explicando de que forma os veículos seriam utilizados e, assim, a notícia de que os “fiscais do juízo”, como são chamadas as pessoas que percorrerão os bares e locais de concentração de jovens, serão mais rigorosos tornou-se mais chamativa que a notícia da assinatura do convênio, cumprindo mais critérios de noticiabilidade, tais como a proximidade, o inesperado e o que interessa a maior número de pessoas.

O discurso que se materializa neste grupo de textos é o discurso da prevenção, em constante diálogo com um discurso autoritário e centralizador, que defende a restrição de direitos garantidos, como o direito de ir e vir, sob a alegação de proteção, ou seja, para que crianças e adolescentes não se tornem vulneráveis e sejam aliciados por meio da Internet, por exemplo, regulamenta-se sua ida às *lan houses*; para que não consumam bebida alcoólica, os “fiscais do juízo” vão percorrer as festas e bares recolhendo as possíveis vítimas, levando-as para suas famílias, local considerado seguro pelos sujeitos enunciadores, como revelam os enunciados que seguem:

De acordo com o delegado responsável pela Daiji, Emilton Zalla, tanto a delegacia quanto os conselheiros tutelares têm recebido diversas denúncias de problemas relacionados ao livre acesso de menores à Internet. (Anexo 14)

“[...] Nós recebemos casos aqui e que depois das oitivas (coleta de depoimentos) descobrimos que a vítima só tinha acesso à Internet em lan houses. O problema é que esses locais não são vigiados”, diz. (Anexo 14)

Fiscais do juízo vão “endurecer” com a fiscalização no centro e bairros da cidade. A ação ostensiva cumpre determinação do juiz da Vara da Infância e Juventude de Dourados, Zaloar Murat Martins, que pede rigor na fiscalização junto a bares, lan houses, hotéis, motéis, casas noturnas e similares, como o objetivo de coibir e também checar denúncias de abuso e exploração de crianças e adolescentes. (Anexo 19)

No último enunciado fica evidente o discurso autoritário no trecho que afirma que os “fiscais do juízo vão ‘endurecer’ com a fiscalização”. O sentido remete à memória discursiva de juízo final, de condenação. Ou seja, um dos significados para este enunciado é o de que a autoridade conferida a esses fiscais credencia-os a fiscalizar qualquer atitude dos jovens para que não se envolvam com crimes e situações de violações de direito. Voltando, novamente, ao sentido do discurso que restringe direitos com a intenção de proteger.

O discurso da prevenção, constitutivo do discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, materializa-se em textos com uma estrutura discursiva que vai da constatação do problema, passa pela indicação das ações que devem ser colocadas em prática para proteger crianças e adolescentes, prevenindo assim qualquer tipo de violência, a sexual inclusive, e pela convocação da sociedade e das famílias para que também se apropriem do discurso da prevenção e avalizem as ações realizadas pelos sujeitos autorizados a isso, como Polícia, Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar; por fim, justificam a necessidade das ações revelando dados que indicam o grande número de denúncias e casos de violência, em especial através da Internet. Os enunciados a seguir demonstram tais afirmativas:

Zalla afirma ainda que a polícia tem dificuldade de identificar autores de crimes como pornografia infantil e pedofilia na Internet. (Anexo 14)

Além da exploração e o abuso, outra preocupação da Justiça é quanto ao consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens que saem noite afora, conduzindo o carro da família, muitas vezes sem habilitação e, inclusive, com a permissão dos pais. Zaloar lembra que é preciso apoio dos familiares para que a ação da polícia e justiça tenha efeito moral junto à sociedade. (Anexo 19)

O último enunciado é particularmente interessante para uma análise mais detida. Embora esteja em discurso indireto, a fala de que a ação da polícia e do judiciário só terá “efeito moral” junto à sociedade se tiver apoio da família é do Juiz da Vara da Infância e da Juventude do município. Em que pese sua autoridade em julgar casos de violência contra crianças e adolescentes, seu discurso revela-se autoritário e tem um sentido de que se não for

pela ação da polícia e da Justiça os adolescentes continuarão tendo atitudes que não seriam condizentes com sua idade e fase de desenvolvimento.

Para justificar, ainda, as ações e garantir a referencialidade do texto jornalístico, o sujeito enunciativo jornalista reproduz dados repassados pelas fontes de informação sobre o número de casos e denúncias de violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes por meio da Internet:

O delegado explica que não tem dados do número de denúncias que recebe em Corumbá. Mas, segundo ele, com base nos dados da Organização Não-Governamental Safernet Brasil, a Central Nacional de Crimes Cibernéticos, em 2008, recebeu 91.038 denúncias sobre crimes virtuais, sendo que 57.574 ou 63% delas tratavam de pornografia infantil. (Anexo 14)

De uma maneira geral, os discursos sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, que aparecem no *corpus* aqui analisado, remetem à memória discursiva do período de ditadura no Brasil em que vigiar era sinônimo de manter a ordem e o bom funcionamento da cidade e que não havia problemas em proibir que as pessoas exercessem seus direitos sob a justificativa de proteção. Essa memória surge ao afirmar que as concentrações de jovens serão fiscalizadas, o uso da Internet será monitorado e o horário de voltar para casa será conferido por fiscais autorizados para tal atividade e não mais pela família, esta considerada coadjuvante das ações, uma vez que, segundo o juiz da infância, coordenador das ações “é preciso apoio dos familiares”. Ele não diz que é preciso apoiar as famílias para que estas garantam os direitos de crianças e adolescentes e os protejam contra eventuais situações que possam vir a tornar-se uma violação de direitos.

Uma das conclusões da análise é que, quando se trata do tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, a mídia impressa de Mato Grosso do Sul ainda tem grandes desafios para garantir maior pluralidade de vozes, maior diversidade de dados e informações, bem como mais rigor na redação dos textos.

3.4 Os discursos dos Artigos de Opinião

O artigo de opinião tem como característica principal o teor argumentativo. É construído historicamente com base em fatos de interesse de um público relativamente amplo, revelando a opinião daquele que escreve e utilizando-se de um veículo de comunicação para sua divulgação. A apresentação do fato, acompanhada de uma análise, geralmente constitui-se de discursos em diálogo e manifesta, mais abertamente que os textos noticiosos, a formação ideológica na qual o sujeito enunciador está inserido. O assunto é analisado a partir de um ponto de vista e é feita a defesa desse ponto de vista contra outras opiniões em circulação. O autor vale-se da sua voz de autoridade e da credibilidade do veículo de comunicação para dar visibilidade e força aos seus argumentos.

Como discorrido no capítulo anterior, o espaço destinado ao artigo de opinião normalmente é diferenciado do restante dos textos do jornal e, quando fundamentados em fatos muito específicos, têm um prazo de validade mais curto, devido à evolução dos acontecimentos. Os artigos que compõem o *corpus* desta pesquisa (Anexos 21 e 25) foram publicados no dia 27/06/2009 e no dia 09/07/2009 e tratam da absolvição, pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), do ex-atleta Zequinha Barbosa e seu assessor, acusados de explorar sexualmente três adolescentes. A sentença do STJ confirma a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul que, em 2005, inocentou os dois. Os textos são veiculados dias depois da divulgação da absolvição, pela imprensa sul-mato-grossense, tratando-se, portanto, de um assunto que surge em um momento específico: quando o tema já está agendado na sociedade. O artigo, nessa situação, torna-se um mecanismo estratégico na formação do imaginário social sobre casos de exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, a partir do momento que expõe outras visões sobre o fato. Vale ressaltar, aqui, que somente esses dois artigos foram publicados nas 183 edições revisadas para seleção do *corpus*.

Nos artigos de opinião são expressos, de forma mais evidente, a individualidade do sujeito enunciador³¹, que muitas vezes é também fonte de informação do jornalista, neste caso, tendo sua fala editada, recortada e trabalhada com base nas estratégias discursivas escolhidas pelo enunciador do texto do gênero noticioso. Ao escrever um artigo, o autor tem possibilidade de expor sua opinião utilizando-se de traços estilísticos próprios. Nos artigos analisados, o estilo dos enunciadores torna-se visível por meio da escolha das palavras e

³¹ Ao contrário do texto do gênero noticioso, nos artigos de opinião, o sujeito enunciador não precisa seguir as técnicas de redação que buscam o efeito de sentido do distanciamento e da referencialidade para ganhar credibilidade, embora isso possa acontecer. No artigo de opinião, o enunciador ganha espaço para dar visibilidade à sua visão sobre determinado fato ou acontecimento. O enunciatário, por sua vez, já espera que nos artigos sejam veiculadas as opiniões de pessoas que tem algo a dizer sobre algum assunto, sem que necessariamente deva ser colocado como fonte de informação das notícias.

termos, se mais jurídicos ou mais rebuscados, bem como pelo aprofundamento sobre o assunto que está sendo tratado e pelos argumentos que expõe.

No artigo “A legalização da prostituição infantil” (Anexo 21), a autora, uma Procuradora de Justiça de Mato Grosso do Sul, responsável pelo recurso impetrado junto ao Supremo Tribunal de Justiça pedindo a condenação dos acusados citados anteriormente, utiliza-se de uma terminologia apurada, com inúmeros termos jurídicos, demonstrando amplo conhecimento dos trâmites legais para encaminhamento do caso, para conferir credibilidade ao seu discurso. No artigo “Estuprar pode – fotografar não?” (Anexo 25) o sujeito enunciatário, um economista e empresário, também utiliza estratégias discursivas tais como a ironia, a adjetivação e a escolha criteriosa das palavras para fazer vir à superfície um discurso inflamado, revoltado com a decisão do STJ.

Isso porque o artigo de opinião é um texto que, além do aspecto estilístico e individual de cada enunciatário, organiza-se com base em uma sequência argumentativa que se inicia com a identificação do tema, acompanhado de seus antecedentes e alcance, seguindo com uma tomada de posição, isto é, com a formulação de uma tese; passando pela apresentação de diferentes argumentos de forma a justificar a tese; e terminando com a reafirmação da posição adotada no início do texto. Todo ato de argumentar é uma forma de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, ou seja, para as conclusões a que o sujeito enunciatário chega. A sequência argumentativa do enunciado é definida pelo sujeito enunciatário como parte das estratégias discursivas que este elege como necessárias para atingir o objetivo desejado: convencer o enunciatário sobre aquilo que está sendo exposto. As palavras, dessa forma, têm a capacidade de influenciar pessoas e atitudes, por isso, o grande poder persuasivo dos noticiários e dos veículos de comunicação. Segundo Fiorin (2004, p. 52), todo ato de argumentar é também um ato de manipulação, uma vez que a finalidade última de todo ato de comunicação “não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado”.

Outra questão importante é sobre a efetividade do texto, enquanto materialidade de discursos. Essa efetividade tem relação direta não só com a pertinência dos argumentos expostos, segundo uma linha argumentativa definida pelo sujeito enunciatário, como também com as estratégias discursivas usadas para persuadir o enunciatário. Foi possível identificar, na análise, que entre as estratégias discursivas utilizadas estão: as ironias, o apelo à sensibilidade, as insinuações, os recursos descritivos e os recursos gráficos, como uso de aspas, palavras em letra maiúscula e pontuação. Todos estes são recursos que servem para fundamentar os argumentos usados na validade da tese de modo que a construção dos

enunciados, a escolha e posicionamento das palavras utilizadas, bem como o uso de adjetivos e termos jurídicos, garantam o efeito de sentido da revolta e da indignação, que beira o fatalismo em determinados trechos.

As estratégias discursivas utilizadas pelos sujeitos enunciadorees são constitutivas dos discursos presentes nos artigos. Sendo assim, a análise que segue passa pela descrição e demonstração destas estratégias discursivas para então explorar os discursos que se materializam nestes textos por meio do interdiscurso, da memória discursiva e do silenciamento. Primeiro, é importante demonstrar que os títulos “A legalização da prostituição infantil” (Anexo 21) e “Estuprar pode – fotografar não?” (Anexo 25) são extremamente irônicos e agressivos, já revelando o discurso da revolta. Pela leitura dos títulos já é possível aferir que os autores possuem opinião contrária ao fato que gerou a redação do artigo.

O fato – a absolvição do ex-atleta Zequinha Barbosa e de seu assessor, pessoas públicas e conhecidas em Campo Grande (MS) – é apresentado, em ambos os artigos, logo no primeiro parágrafo de cada texto, reforçado por adjetivos que remetem à memória discursiva da incredulidade e do inacreditável, conforme revelam os enunciados que seguem:

Em decisão publicada na semana passada, o STJ deixou estarecida a comunidade dos defensores dos direitos de crianças e adolescentes de todo o Brasil, ao confirmar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, absolvendo dois indivíduos acusados do crime de exploração sexual, praticado contra três meninas com idade entre 12 e 14 anos de idade, por considerar que as garotas já eram prostituídas, mas ressaltou que a responsabilidade penal dos acusados seria grave caso fossem eles que tivessem iniciado as atividades de prostituição das vítimas, nos fazendo concluir que apenas o primeiro a utilizar-se dos “serviços” sexuais pode ser punido, os demais não. (Anexo 21)

Fiquei indignado com o que li na Folha de São Paulo e no site Douradosagora, falando sobre a contratação verbal dos serviços sexuais de duas meninas, uma de 13 e outra de 14 anos, pelos ilustres senhores Zequinha Barbosa e Luiz O. F. da Anunciação. (Anexo 25)

Nos dois enunciados, os autores demonstram os sentimentos pessoais e da “comunidade dos defensores dos direitos de crianças e adolescentes” sobre a absolvição: deixou “estarecida” e “fiquei indignado”. Os termos “estarecida” e “indignado” são indicativos dos discursos que emergem durante todo o texto: o discurso da revolta, em constante diálogo com o discurso da indignação, do fatalismo e, em alguns momentos, com um discurso machista. Para reforçar ainda mais o sentido de que o fato deixa a comunidade e a sociedade incrédulas, é utilizada a estratégia discursiva que faz um apelo à sensibilidade do leitor. Ao dizer que as vítimas são três meninas com idades entre 12 e 14 anos, ao invés de três adolescentes, o sujeito enunciador impõe ao texto um tom de proximidade, colocando as vítimas em uma condição de maior vulnerabilidade por serem apenas meninas. O mesmo

acontece quando afirma que o STJ considerou que as meninas já eram prostituídas, ou seja, que já haviam iniciado na prostituição, não cabendo aos acusados a culpa por terem explorado, novamente, os seus serviços sexuais, sendo, portanto, inocentes. Os ditos surgem em um movimento consciente e inconsciente de escolha de termos que possam revelar, com maior fidelidade possível, os discursos do sujeito enunciador. Quem fala, nesses casos, mostra-se contrário à absolvição e utiliza a autoridade que lhe foi conferida pela própria sociedade, como no caso da Procuradora, para falar sobre o assunto.

Em seguida, os sujeitos enunciadorees elencam os antecedentes e alcance do fato que levam à tomada de decisão. No artigo “A legalização da prostituição infantil” (Anexo 21), a Procuradora explica que atuou como Promotora de Justiça na instrução direta dos processos no âmbito criminal e no âmbito civil protetivo, ou seja, instaurou processos para responsabilizar os acusados pela prática do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes e outros crimes, ao mesmo tempo em que abriu ações exigindo do poder público medidas de proteção, tais como abrigamento e /ou inserção das adolescentes e suas famílias em programas sociais de distribuição de renda. A Procuradora relata que a entrada das adolescentes no mercado do sexo se deu como outras tantas histórias: seduzidas pela ideia de comprar “um sapato novo ou um simples vidro de xampu para alisar cabelos” (Anexo 21), que uma das adolescentes foi “dada” pela mãe ao namorado como prova de amor e que as muitas tentativas do sistema de garantia de direitos para assegurar às meninas uma vida saudável e longe da prostituição não deram resultado.

No texto “Estuprar pode – fotografar não?” (Anexo 25), o sujeito enunciador também retoma fatos da história do envolvimento do ex-atleta e seu assessor com as adolescentes a fim de situar o leitor e levá-lo a compreender os argumentos e teses que virão em seguida. O enunciador relata, por exemplo, como os acusados encontraram as meninas na rua, em um ponto de ônibus, como se deu o contrato verbal que, no entender do economista, “é nulo de pleno direito, uma vez que as mesmas não têm idade para contratar nada, nem de direito nem de fato” (Anexo 25), que assim que foi fechado o negócio, as meninas foram levadas ao motel onde “cumpriram seu papel com desenvoltura medíocre, uma vez que são inexperientes na função que se propuseram exercer” (Anexo 25), e que, durante a permanência no motel, as garotas sofreram violência física e foram coagidas a posar para fotos pornográficas.

Na sequência argumentativa dos artigos, os enunciadorees formulam teses que são justificadas ao longo do texto, revelando os discursos constitutivos do discurso da revolta e da indignação. Uma delas é a de que as meninas que foram exploradas sexualmente no caso relatado pelos artigos assim “como tantas outras, já têm seu futuro selado por um sistema que

não só propõe a descriminalização de qualquer conduta de adultos que usem o seu corpo, como também as acusa de já estarem prostituídas” (Anexo 21). A tese é justificada pela afirmação de que o que ocorreu foi um “total desprezo à doutrina da proteção integral preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, em um julgamento focado apenas em antigos conceitos do sexagenário Código Penal” (Anexo 21) remetendo à memória discursiva que coloca o Código Penal como uma norma desatualizada, uma lei morta, que não reflete mais os problemas da sociedade brasileira e suas necessidades de reparação.

O Código Penal, em sua primeira versão, de 1940, considerava os crimes sexuais como “Crimes contra os costumes” (Título VI), sendo o Capítulo I o que trata dos “Crimes contra a liberdade sexual” e o Capítulo II o que trata “Da sedução e da corrupção de menores”. A definição para os crimes de estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude, sedução e corrupção de menores era marcada por conceitos como o de “mulher virgem” e “mulher honesta”. O artigo 215, por exemplo, que trata da posse sexual mediante fraude, afirma que é crime “ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude, enquanto que o artigo 216, na mesma linha, afirma que é crime “induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. Quando o Código tratava dos crimes sexuais praticados contra menores de 18 anos, a concepção era a de que as vítimas teriam que ser mulheres virgens. Assim, o crime de sedução (artigo 217) era descrito como: “Seduzir mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.

Dessa forma, vê-se que o sentido que o sujeito enunciador confere ao termo “sexagenário Código Penal” é a noção de que, se as adolescentes já teriam sido abusadas ou exploradas sexualmente, não sendo, portanto, virgens, não configura crime. A crítica da Procuradora decorre do fato de que, passados mais de 70 anos da elaboração da primeira versão do Código, não cabe mais o conceito moralista que absolve adultos pela prática sexual com crianças e adolescentes se estas, ou estes, em algum momento, já tinham sido vítimas da violência. Trata-se, nesse caso, de uma revitimização ou uma nova violação de direitos, uma vez que as vítimas passam até a ser vistas como culpadas pela prática, visto que “já eram prostituídas”. Entendimento também presente no artigo “Estuprar pode – fotografar não?”:

O tribunal considerou inocentes os Srs. Zequinha e Luis porque não foram eles que iniciaram as meninas (desvirginaram-nas), portanto, eles não têm culpa por terem praticado sexo com menores de 18 anos, mas foram condenados por tirar fotos pornográficas. (Anexo 25)

Pezzotti (2009) explica que, por muitos anos, alguns réus de “estupro presumido” conseguiam a absolvição diante do entendimento de que a presunção admitia prova em contrário e então alguns julgamentos tinham como base o modo de vida da suposta vítima. Se esta tivesse “experiência em matéria sexual”, poderia se afastar a presunção. A jurisprudência³² fez, ao longo do tempo, adaptações ao instituto da violência presumida “para que estivesse de acordo com a realidade e com os anseios sociais”. Segundo o autor, em outros poucos julgamentos levou-se em consideração o consentimento da vítima para afastar a presunção. Essa visão de que a vítima, sendo adolescente, pode ter consentido ou decidido, por exemplo, estar na prostituição é recorrente entre os juristas e mantém-se até os dias de hoje, motivando a emergência de discursos contrários, que partem principalmente das pessoas ligadas a movimentos ou organismos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Segundo o que foi identificado na análise, o discurso de que as leis devem adaptar-se à realidade social, como é o caso do Código Penal, está posto e é debatido tanto nos textos noticiosos quanto nos opinativos. De 1940 até os dias de hoje houve avanços. As noções de “mulher honesta” e “mulher virgem” já estão sendo superadas, primeiro na norma e aos poucos nos discursos, embora a defesa pelos novos usos da legislação, por parte de muitos juristas, ainda carregue, no discurso, tais noções. Ao defender que a legislação adapte-se à realidade, muitos alegam que hoje as pessoas iniciam suas vidas sexuais cada vez mais cedo tendo, portanto, condições de consentir e decidir o que considera melhor para sua saúde física, emocional e sexual. Esse entendimento conduz a inúmeras absolvições de acusados de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, ainda mais quando se trata de exploração sexual, em que há uma troca e imagina-se que a garota tenha consciência do uso do seu corpo para serviços sexuais. É claro que um namoro entre um rapaz de 18 anos e uma adolescente de 15, em que há relacionamento sexual, não pode ser comparado, como fizeram os ministros do STJ, com casos de homens adultos que levam adolescentes muito novas ao motel, praticam atos sexuais, violência física e pornografia, incorrendo em vários crimes e causando traumas nas vítimas.

Em vista das necessidades de adaptação das normas à cultura, em agosto de 2009 foi sancionada a Lei nº 12.015 que estabelece mudanças no Código Penal, nos artigos que tratam dos crimes sexuais. Tais mudanças, porém, entram em vigor dias depois da absolvição dos acusados de que tratam os artigos em análise. O crime de “estupro”, previsto no artigo 213 do Código Penal, teve sua redação alterada no sentido de integrar o delito de “atentado violento

³² Jurisprudência é um termo jurídico relativo ao direito e às leis. Refere-se ao conjunto de decisões e interpretações das leis feitas pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato.

ao pudor” e permitir que também o homem figure como vítima. Outra mudança foi no artigo 215, intitulado como “violação sexual mediante fraude”, que deixou de considerar vítima somente as mulheres, ampliando a noção de fraude, que passa a abranger todo “meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vítima”. O crime de “estupro com violência presumida” deixa de existir, pois recebe nova intitulação: “estupro de vulnerável”. Comete tal infração quem pratica conjunção carnal ou ato libidinoso diverso com menores de 14 anos, seja menino ou menina, ou com pessoa que possua qualquer enfermidade ou doença que a incapacite a ter discernimento para a prática sexual. A nova Lei criou ainda o tipo penal, no artigo 218-A, que prevê a conduta de “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”, cometido por aquele que pratica, na presença de menores de 14 anos, ou o induz a presenciar a conjunção carnal ou outro ato libidinoso para satisfazer a lascívia própria ou de outra pessoa. Mudanças que não foram levadas em conta no julgamento que motivou os artigos analisados, mas que, em longo prazo, devem se refletir no discurso da imprensa e da sociedade como um todo.

Por fim, outro efeito de sentido que vem à tona ao ler a opinião da Procuradora é que os ministros do STJ são, em última análise, tão ultrapassados, moralistas, conservadores e antiquados quanto o “sexagenário Código Penal” (anexo 21). Tais afirmativas expressam alguns dos argumentos utilizados na estratégia discursiva para referendar a tese inicial que é a de que é inadmissível absolver acusados de praticar o crime de exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Os sujeitos enunciadorees dos artigos revelam-se também preocupados com o desenrolar do caso e a possibilidade, bem plausível, de que novos julgamentos tenham a mesma decisão. Entre seus argumentos em defesa da tese contrária à absolvição está a de que manipular a vontade de menores de idade, a fim de que entrem e permaneçam no mercado do sexo é “a real submissão à exploração sexual que a LEI tanto visa coibir, uma vez que na prática é quase impossível precisar-se em que momento essa criança ou adolescente ingressou na prostituição” (Anexo 21) e sugere a intervenção de organismos internacionais para evitar que a decisão de uma das mais altas cortes brasileiras endosse tal “conduta nefasta” (Anexo 21). Por fim, justifica a posição afirmando que a união entre a submissão à exploração sexual e o sentimento de impunidade alimentado por decisões como a do STJ é uma “CAUSA DE EXCLUDENTE DE ILICITUDE AMBULANTE!”.

Na sequência, e ainda como justificativa à posição tomada pelo sujeito enunciador, afirma-se que “essas meninas NÃO dispõem de sua liberdade sexual!” (Anexo 21) explicando

que não são prostitutas, maiores de idade, que já teriam condições biológicas e psíquicas para decidir sobre sua vida sexual:

São vítimas de um sistema que as exclui, abandona e massacra, para depois julgá-las e classificá-las apenas como objeto de uso e exploração dos prazeres de adultos que tristemente amparam suas disfunções psíquicas através da lascívia de corpos frágeis que lhe transmitam a segurança que não encontram em suas vidas privadas. (Anexo 21)

O uso de letras maiúsculas (caixa alta) e pontos de exclamação faz com que um discurso cada vez mais inflamado e revoltado aflore no texto. Trata-se de uma estratégia discursiva que usa tais marcas de destaque para causar efeito de sentido de raiva, de grito, de estar falando alto para chamar a atenção do leitor para o que está sendo dito no texto. Estes trechos apelam para a sensibilidade do enunciatário. Tais estratégias marcam a posição do sujeito que fala, do sujeito enunciador, deixando claro quais discursos materializam-se no texto, neste caso conferindo maior visibilidade ao discurso da revolta e da indignação.

Por fim, os textos reafirmam a posição tomada inicialmente, indicando os próximos passos das autoridades judiciais e posicionando o leitor sobre o fim do artigo e sobre o que pensam os enunciadores sobre o fato e seus desdobramentos:

O Ministério Público Estadual aguarda agora a manifestação final do STF – Supremo Tribunal Federal sobre o caso, na expectativa de que seja reconhecida relevância constitucional para sua apreciação amiúde e atenta aos olhos de toda a sociedade (Anexo 21).

Outra estratégia discursiva constitutiva dos enunciados e que revela a materialidade de discursos, sendo de grande importância na análise de textos veiculados na imprensa, é a escolha das palavras. A terminologia utilizada pelo sujeito enunciador, em momentos de criação conscientes e inconscientes, reforça, no caso dos artigos em estudo, o discurso da revolta, conferindo credibilidade ao posicionamento de quem fala e revelando a autoridade dos sujeitos enunciadores em falas que são, por um lado, apuradas e recheadas de termos jurídicos e, por outro, por uma terminologia rebuscada para dar sentido de maior importância e inacessibilidade ao que está sendo dito. Entre os termos encontrados nos enunciados e que exemplificam tais afirmações estão: “instrução direta”, “âmbito criminal”, “âmbito cível protetivo”, “inócuas tentativas”, “salvaguardar os interesses”, “norma”, “lascívia de corpos frágeis”, todas do Anexo 21, e “seviciou”, “nulo de pleno direito” e “flagrante ilegalidade”, “ululante”, presentes no Anexo 25.

Os adjetivos figuram, nos artigos analisados, também como estratégias discursivas que revelam a ironia como efeito de sentido constitutivo do discurso da indignação e de outros que surgem no dialogismo, sendo utilizada ainda na argumentação e como apelo à

sensibilidade do enunciatário. No enunciado: “Negócio feito, levaram as meninas para um motel, onde elas cumpriram seu papel com desenvoltura medíocre, uma vez que são inexperientes na função que se propuseram exercer” (Anexo 25). O termo “medíocre” revela um juízo de valor do sujeito enunciatário que, mesmo na intenção de ser irônico ao se expressar, materializa um discurso machista que espera que as mulheres que se propõem a realizar serviços sexuais pagos devem ter, sempre, uma desenvoltura satisfatória. O não dito, aqui, figura como necessário no reforço do imaginário social acerca das mulheres que atuam na prostituição. Outros termos acompanhados de adjetivos podem ser encontrados nos artigos, sempre com sentido de ironia e reforço do discurso da indignação: “flagrante ilegalidade” (Anexo 25), “meninas desnudas” (Anexo 25), “macabro caso” (Anexo 25).

Os agressores são rotulados, assim como ocorre com frequência nos textos noticiosos, como “dois marmanjos” (Anexo 25), “dois monstros travestidos de gente” (Anexo 25) e “marmanjos pusilânimes” (Anexo 25), revelando uma memória discursiva que remete ao conceito de homens adultos de mau caráter, truculentos, que causam repulsa. E que, como acusados de violência sexual contra meninas com menos de 14 anos, utilizando-se de muita brutalidade, devem ser considerados pela sociedade como a escória. O enunciatário ainda ironiza a condição sexual dos acusados, insinuando que o desempenho com mulheres adultas não seria bom, tendo, portanto, que apelar aos serviços de adolescentes que não os julgariam:

Penso que os cidadãos mencionados têm algum problema sexual mal resolvido, deveriam procurar prostitutas profissionais, com quem possivelmente tenham algum problema de desempenho, até porque, criança não sabe se o sujeito tem ou não problemas dessa ordem. (Anexo 25)

O discurso machista materializa-se ainda em um enunciado que revela juízo de valor acerca da conduta da mãe de uma das adolescentes, julgando-a culpada pela entrada da filha no mercado do sexo:

Uma delas, entretanto, teve a peculiar história de ter “estreado” sua vida sexual por iniciativa da própria mãe, que a “deu” como prova de amor ao namorado. (Anexo 21)

Uma das meninas foi oferecida ao amante da mãe como demonstração de amor pelo indivíduo que a sequestrou e humilhou a ponto dela, garota, abandonar o lar e ir morar nas ruas (Anexo 25)

Os enunciados desconsideram que a exploração sexual é um tipo de violência sexual que envolve diversos fatores, inserida em um sistema muito complexo de vulnerabilidade. O trecho: “Pela atitude tomada, a menina demonstrou ter, ainda, algum caráter” (Anexo 25), ao se referir ao fato da adolescente ter optado por sair de casa após a violência sofrida, remete à memória discursiva de que se a menina ficasse na casa da mãe seria uma pessoa sem caráter,

que aceitou a situação e poderia até estar gostando. É o não-dito que configura o discurso machista, discurso este publicamente condenado, por isso mesmo inaceitável, pelo menos na superfície, que aparece em um artigo que se propõe a criticar a absolvição de acusados desse tipo de crime.

De modo geral, a análise dos artigos de opinião que compõem o *corpus* da pesquisa revela os discursos da revolta e da indignação em diálogo com um discurso machista, que surge do sujeito enunciativo e da argumentação contrária à absolvição dos acusados pela prática de exploração sexual de crianças e adolescentes. São textos pesados, bastante irônicos e apelativos, em tom revoltado e que beira ao fatalismo, no sentido de que a legislação e os juristas devem ser condenados por aceitar, publicamente, o envolvimento sexual de homens adultos com crianças e adolescentes.

3.5 Os discursos dos Editoriais

O editorial é outro tipo de texto opinativo que difere do artigo por ser redigido por pessoas que ocupam cargo de chefia em um veículo de comunicação jornalístico, seja ele jornal impresso, TV, rádio ou Internet, e expressa a opinião do veículo sobre determinado fato ou assunto que está sendo tratado naquela edição, ou seja, que está sendo agendado. Em termos de estrutura organizacional, pode ser colocado ao lado do artigo, por possuir teor argumentativo. Os editoriais expressam a posição adotada pelo jornal sobre determinado assunto e sempre concorda com a linha editorial e a ideologia defendidas pelo meio de comunicação noticioso em que é publicado.

Foram analisados dois editoriais que integram o *corpus* da pesquisa, publicados em 2009, nos jornais O Estado de MS e O Progresso, a fim de compreender qual o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense materializada neste gênero textual. Parte-se da premissa de que, para cada gênero textual do jornalismo impresso, discursos diferentes sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes se sobressaíam. Os discursos identificados nas notícias foram o discurso do enfrentamento, o discurso da responsabilização e o discurso da prevenção. Já os artigos de opinião tinham como discurso fundador o discurso da revolta, enquanto que o discurso que vem à superfície discursiva dos editoriais, conforme demonstrará a análise que segue, é o discurso da punição, em diálogo constante com o discurso fatalista, com o discurso da impunidade e do descrédito.

Em termos de estrutura, apresenta uma sequência argumentativa muito parecida com o artigo de opinião, iniciando com a apresentação do fato ou acontecimento que será

comentado, passando pela formulação de uma tese que será defendida, por meio da apresentação de argumentos, muitas vezes embasados em relatórios e dados numéricos para conferir credibilidade e distanciamento ao texto, terminando com a reafirmação da posição adotada no início do texto.

No editorial “Violência Sexual” (Anexo 2), o sujeito enunciador inicia o texto apresentando o fato ou notícia a partir da qual fará seus comentários: trata-se da condenação, pela justiça, de um homem que deverá pagar indenização a uma mulher que ele violentou. Além da indenização, o condenado, tratado no texto todo como “o estuprador”, terá que custear o tratamento para recuperação do trauma sofrido pela vítima. A partir da explanação do fato, o sujeito enunciador formula a sua tese, ou seja, a opinião do veículo de comunicação sobre o assunto: “O ato do juiz de Fátima do Sul, Bonifácio Hugo Rausch, é mais do que acertado e deveria servir de base para outras sentenças em crimes semelhantes” (Anexo 2). Para justificar a concordância do enunciador com o ato do juiz, seguem argumentos que mostram que houve aumento do número de casos registrados no Estado, bem como agravamento da violência desses casos. Também rememora o caso de violência sexual cometida contra uma criança que, aos nove anos, já era assediada pelo padrasto que a estuprou quando tinha 15 anos. O editorial termina reforçando a tese de que é inadmissível assistir à “escalada da violência sexual contra mulheres” e alerta para a necessidade de “se apertar o cerco contra estupradores, com leis mais rigorosas e outras medidas punitivas que venham a inibir este tipo de agressão” (Anexo 2).

O texto trata de maneira genérica da violência sexual, não mantendo como foco a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, no entanto, constitui-se como importante fonte para análise uma vez que cita o caso de um estupro que foi descoberto quando a mãe da vítima denunciou à polícia que a filha estava sendo ameaçada pelo padrasto para manter relações sexuais com ele. Na investigação, descobriu-se que a moça era assediada desde os nove e teria sido estuprada aos 15. Trata-se de uma história bastante presente nos noticiários e serve para ilustrar, no editorial, que a violência sexual contra a mulher tem origens mais complexas e remotas e que, ao provocar a sensibilidade do sujeito enunciador, torna-se o estopim para a materialização do discurso da punição, inflamado e cheio de revolta, apelando à sensibilidade do leitor a fim de conquistar adeptos à sua tese, conforme demonstram os enunciados que seguem:

Não basta apenas condenar um estuprador à prisão. Além de cadeia, o agressor também tem de arcar com os prejuízos morais e os danos psicológicos que a violência sexual causa na vítima. Tem de arcar sim com indenização e com o custeio do tratamento da vítima. (Anexo 2)

Quem sabe, tomando medidas mais drásticas, além da condenação à prisão, não cai o índice de violência sexual contra mulheres. (Anexo 2)

Mas as atrocidades contra a mulher não param por aí. Muitas delas sofrem abusos dentro da própria casa, por parte do pai ou do padrasto. (Anexo 2)

O editorialista conclui o texto retornando à tese defendida – a de que o condenado por violência sexual deve pagar indenização à vítima, reforçando o discurso da punição mais severa e do maior envolvimento da sociedade a fim de não mais aceitar, passivamente, o aumento do número de casos de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes, pressionando para que leis mais rigorosas sejam elaboradas:

Até quando a sociedade vai continuar assistindo a estes crimes hediondos praticados contra mulheres. (Anexo 2)

O estupro, além de ser uma violência física, provoca traumas, muitas vezes irreparáveis em uma mulher. Em se tratando de criança e adolescente, o caso ainda é mais preocupante. Então, é preciso colocar um paradeiro nesta escalada da violência sexual contra mulheres

Há de se apertar o cerco contra estupradores, com leis rigorosas e outras medidas punitivas que venham a inibir este tipo de agressão. (Anexo 2)

O outro editorial analisado, “Pedofilia Combatida” (Anexo 8), também tem como discurso balizador o discurso da punição. Assim como o texto anterior, segue uma estrutura argumentativa que começa com o relato do fato a partir do qual o editorialista emitirá a opinião do veículo de comunicação: a realização, pela Polícia Federal, de uma operação para “localizar e prender pedófilos em 20 estados” (Anexo 8). Tal operação foi realizada no dia 18 de maio de 2009, Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e o editorial publicado na edição do dia seguinte (19/05), seguindo uma tendência de agendamento semelhante à dos textos noticiosos, ou seja, a pauta torna-se relevante quando o fato ocorre em datas de lembrança de um determinado tema. O texto segue relatando como se deu o cumprimento dos mandatos, que foram apreendidos computadores dos suspeitos para averiguação da posse de material com pornografia infantil, lembra a mudança na legislação, que tornou crime a posse e divulgação de imagens pornográficas de crianças e adolescentes, entre outros aspectos. É importante registrar que o termo “pedófilo” aparece no enunciado citado anteriormente e o termo “pedofilia” no título, o que comprova que a palavra é utilizada como sinônimo de agressor, abusador, estuprador, estabelecendo um novo sentido para “pedofilia” e seus derivados, revelando o deslocamento constante dos sentidos.

A tese defendida pelo sujeito enunciativo no editorial em análise é a de que as autoridades devem manter vigilância porque, justifica, “o número de crianças que sofrem abuso sexual no Brasil tem crescido de forma assustadora e as vítimas são cada vez mais

novas” (Anexo 8). Apresenta, então, dados do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) sobre casos de abuso sexual. Acontece, aqui, outro deslocamento de sentido, uma vez que a operação da Polícia Federal, embora utilize o termo pedofilia, trata de apreensões de acusados de crimes de exploração sexual em que ocorre divulgação de material pornográfico pela Internet, e não de casos de abuso sexual que, segundo Faleiros (2004), define-se como um tipo de violência sexual que envolve relações de poder entre a vítima e o agressor, sem necessariamente acontecer uma troca simbólica ou financeira. Porém, o efeito de sentido que permanece é o de que aumenta a cada dia o número de casos de violência sexual contra menores de 18 anos de idade e que o poder público, por meio da Polícia Federal, tem atuado para coibir essa prática.

O sujeito enunciador convoca, por fim, o Ministério da Justiça a combater a exploração sexual infantil, como autoridade a quem é conferida esse papel, afirmando que “é patente a necessidade de endurecer o jogo contra a exploração sexual infantil e juvenil, atividade que só perde em movimentação financeira para o tráfico de drogas” (Anexo 8). O discurso do descrédito, que figura na análise, como interdiscurso com o discurso da punição, materializa-se em enunciados que criticam a atuação do governo federal. Os enunciados a seguir exemplificam tais afirmativas:

Se levasse o problema a sério, o país teria colocado atrás das grades a quase totalidade dos 250 denunciados pela CPI da Pedofilia, mas a impunidade falou mais alto, tanto que entre os poucos indiciados e processados, muitos foram inocentados ou condenados e soltos por meio de *habeas-corpus*. (Anexo 8)

O grande mérito da Lei 11.829 é fazer com que os criminosos pensem duas vezes antes de tentar aliciar uma criança através da Internet, já que todos os crimes praticados com auxílio da rede mundial estão devidamente qualificados pela legislação brasileira com os sites de pornografia estão sujeitos às penas previstas na lei. (Anexo 8)

Com a nova lei, os turistas marginais, sobretudo os estrangeiros, que se aproveitam da condição financeira para alimentar suas fantasias sexuais com crianças e adolescentes, terão que procurar outros paraísos, já que eles poderão ficar até quatro anos atrás das grades, pena que poderá ser dobrada em caso de reincidência. (Anexo 8)

O discurso do descrédito evidencia-se na afirmativa de que “se levasse o problema a sério” os acusados de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes teriam sido punidos ou responsabilizados, reduzindo o sentimento de impunidade da população. Além de revelar uma memória discursiva de que não há mais o que se fazer, pois não se acredita mais na capacidade punitiva das autoridades constituídas no Brasil para o enfrentamento dos casos de violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

Os turistas são apontados, em uma tendência a justificar a inoperância das autoridades brasileiras, explícito no discurso da impunidade e do descrédito, como os grandes vilões, os maiores responsáveis pelo aumento de casos de exploração sexual infanto-juvenil. Assim, no enunciado citado, os turistas figuram como aquele ser estrangeiro, de fora, que, ao chegar a uma localidade, pode tudo, contrapondo-se às responsabilidades dirigidas a quem vive no lugar. Os turistas devem ser entendidos com o sentido de pessoa estrangeira a determinada localidade, não necessariamente o turista de outros países que vêm ao Brasil para a prática da exploração sexual. No entanto, com base no enunciado, remonta-se à memória discursiva de que o ser estrangeiro tem vantagens, que ele vem de uma condição sócio-econômica melhor, se comparado aos moradores locais. E que, por isso, teria “regalias” e, aproveitando-se das vulnerabilidades das adolescentes, que, para sobreviver ou simplesmente conseguir ter acesso a bens simbólicos e/ou materiais, submetem seu corpo ao mercado do sexo.

O discurso dos editoriais analisados é, portanto, o discurso da punição, da vingança. Tem efeito de sentido e reforça o imaginário social que coloca que, para superar a impunidade e acabar com os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, é preciso reforçar os mecanismos punitivos legais e que as normas devem ser efetivamente colocadas em prática pelas autoridades policiais e jurídicas brasileiras. De forma que, com a implantação de medidas mais rígidas, da força, da decisão, seja possível impedir o avanço da violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentidos movem-se e deslocam-se ao longo da história e são constantemente re-significados, não só pelos meios de comunicação, mas também pelas instituições e pessoas. A mídia, porém, acaba tendo um papel importante nesse processo de deslocamento de sentido, uma vez que dissemina e dá visibilidade aos temas que estão em debate na sociedade. Como afirma Roland Barthes (1988), a realidade narrada será sempre um relato que procura dar sentidos e significados a essa realidade, por, pelo menos, quatro motivos: a realidade sempre é narrada sob o olhar de um sujeito; esse sujeito narra e formula seu discurso a partir de um “lugar social” e um “lugar ideológico”; não é possível descrever toda a realidade; a realidade está posta e tudo o que foi contado sobre ela pertence ao tempo do passado e não mais ao tempo da enunciação.

A partir dessas afirmações de Barthes e considerando que, conforme Maingueneau (1997), toda produção de linguagem pode ser considerada discurso e não apenas transmissão de informação, em que os sentidos estão sempre em relação e são estabelecidos por sujeitos em uma dada conjuntura sócio-histórica dada, é possível concluir que o texto jornalístico é um produto social e um produto discursivo, constituído por inúmeros discursos e a partir de um sujeito enunciator que enuncia, ou narra, em meio a condições de produção e rotinas produtivas, influenciado pelas formações discursivas e ideológicas. O sentido do discurso constitui-se a partir do diálogo, da historicidade, da heterogeneidade e de memórias discursivas habilmente e inconscientemente arranjadas no interior do discurso jornalístico.

Isso leva a dizer que o discurso só existe em uma dinâmica de relação. Um discurso está sempre concordando, respondendo, conversando com outros discursos, seja para reforçá-los e mantê-los em sua estabilidade, seja para re-significá-los enquanto um discurso Outro. Um texto, e em especial o texto jornalístico, não se apresenta como uma unidade coerente de sentido, mas uma superfície discursiva que não torna concreto, na língua, um ou outro discurso, mas apresenta a relação entre vários discursos.

É a partir desses conceitos basilares que foi analisado o *corpus* discursivo composto para o estudo do discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, e publicado em três jornais impressos (Correio do Estado, O Estado MS e O Progresso), ao longo de 2009. O presente trabalho justifica-se pela ausência de pesquisas que avaliem qual o discurso da imprensa sobre esse assunto. A leitura diária de jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul já revelava que cada vez mais notícias sobre exploração sexual cometida contra meninos e

meninas estavam presentes nas páginas dos jornais, e sob diversos enfoques, mas a pergunta era sempre de que forma essa temática ganhava forma e quais eram os discursos que surgiam em torno do tema.

Para responder a tais questionamentos, foram selecionados 29 textos, entre notícias, reportagens, artigos e editoriais, que compuseram a materialidade discursiva a partir da qual foi possível analisar os discursos. O objetivo era discorrer sobre as ideias e valores que são transmitidos pelos textos jornalísticos por meio dos seus discursos, identificando as formações discursivas perceptíveis nos discursos e nos discursos “outros” que dialogam e são parte constitutiva do discurso jornalístico sobre o tema, bem como as marcas de silenciamento, identificadas por meio da análise do dito e do não-dito, aquilo que está na memória discursiva e que vem à tona através das opções e escolhas realizadas pelo sujeito jornalístico no momento da enunciação.

A dissertação foi organizada de forma que o leitor passe pelas teorias que formam a base teórico-metodológica da pesquisa, como a Análise do Discurso de Escola Francesa, as Teorias da Comunicação e as Teorias do Jornalismo que compreendem o texto jornalístico como produto de interações sócio-históricas. As análises, por sua vez, iniciam com uma conceituação teórica sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, assentada sob os preceitos do materialismo histórico, para quem as relações entre as pessoas são reflexo da luta de classes e entre dominantes e dominados em torno de relações de produção, passando pela descrição do *corpus* textual que representa a materialidade dos discursos e terminando com a análise dos discursos identificados, revelando como o tema é agendado pelos mídia noticiosos e como e quando a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes ganha as páginas dos jornais impressos sul-mato-grossenses.

A análise possibilitou identificar três discursos basilares nos textos do gênero noticiosos. Tais discursos surgem de três formas diferentes de agendamento do tema, comprovando que existe uma ligação direta entre a maneira pela qual o assunto ganha as páginas do jornal, o tratamento que será conferido a ele e o discurso que surge a partir do enfoque dado à temática. São eles: o discurso do enfrentamento, em que o agendamento é externo à redação, tendo sido o assunto provocado por instituições ligadas às mobilizações realizadas para debate da questão; o discurso da responsabilização, em que o tema surge a partir de ações da polícia e do Poder Judiciário, tais como apreensões de materiais e pessoas envolvidas com o crime da exploração sexual; e o discurso da prevenção, que é agendado a partir de ações realizadas principalmente pelo poder público que utiliza discurso da

prevenção, mascarando um discurso autoritário que propõe a restrição de direitos com a justificativa de prevenir violências.

O discurso dos artigos de opinião é o discurso da revolta e da indignação, revelado em textos que relatam a absolvição pela justiça de acusados de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Por fim, o discurso dos editoriais configura-se como o discurso da punição, da vingança.

Foi possível vislumbrar que há diferença entre os discursos mídia impressa de Mato Grosso do Sul quando o sujeito enunciador é uma pessoa da comunidade não necessariamente um jornalista ou alguém do quadro de funcionários do jornal – no caso do artigo; quando o sujeito enunciador é o próprio jornal – no caso do editorial; e quando o sujeito enunciador é um redator, um repórter ou editor – no caso das notícias. Revelando, assim, que os discursos mudam de acordo com o lugar de onde se fala, ou seja, da posição social de onde o sujeito enunciador enuncia e que é constitutivo do seu discurso, uma vez que é sua posição social e ideológica que o autoriza a dizer isto ou aquilo.

É possível afirmar que o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre o tema é cercado por muita desinformação, tabus, preconceitos e silenciamentos. Os discursos são permeados por confusões conceituais, principalmente entre as noções de abuso sexual, exploração sexual, pedofilia e pornografia. Há os conceitos cunhados social e psicologicamente e há os tipos penais, estabelecidos no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, é recorrente que, de acordo com o fato e sua abordagem, a terminologia utilizada apresente o sentido de outra. É quando o enunciador afirma, por exemplo, que a vítima foi abusada sexualmente e que o abusador oferecia presentes em troca da prática sexual. Trata-se, aqui, de um crime de exploração sexual e se houve de fato a prática, também deve ser tipificado como estupro.

É por conta do deslocamento de sentidos que termos policiais e jurídicos, por exemplo, são constantemente re-significados pela mídia, sendo interessante pontuar, aqui, de que forma o termo Pedofilia, emprestado da Medicina e da Psicologia, está sendo utilizado com o sentido de violência sexual, de abuso e/ou exploração sexual cada vez mais frequentemente pela imprensa. Não se trata aqui de dizer se isso é certo ou errado. Trata-se de um processo que não tem início, nem meio e nem fim. Um processo de construção de novos sentidos a partir dos sentidos já postos, mas talvez ainda não cristalizados pela sociedade. É possível afirmar que, com o passar do tempo, cada vez mais o termo pedofilia substitua os termos violência sexual, abuso, exploração e pornografia.

O silêncio da vítima é notório. Em nenhum dos textos selecionados para análise uma criança ou adolescente, ou até mesmo sua família ou comunidade, fala da questão. A polícia, nestes casos, sempre aparece como o sujeito da interlocução, aquele que narra o fato ao sujeito jornalista. Trata-se de um mecanismo da rotina produtiva que pretende dar agilidade ao processo de captação de informações que servirão de base para a redação da matéria jornalística. O sujeito enunciativo muitas vezes tem acesso a boletins de ocorrência ou releases da polícia relatando os crimes, parte-se então para a checagem das informações e entrevista com as autoridades policiais, estas acabam narrando o que aconteceu, bem como as versões da vítima e do agressor. Por conta da estrutura cada vez mais enxuta dos veículos de comunicação e do pouco tempo, a voz da vítima acaba sendo a voz da autoridade policial, influenciando no discurso que se revela, bem como no reforço de sentidos da exploração sexual. Entrevistar vítimas de violência sexual é sempre uma tarefa muito difícil, porém, o que se analisa aqui é que o silêncio também carrega sentidos: de que a vítima é um ser inferior que não tem nada a dizer e deve ser tutelado, que o agressor não tem direito de expor sua versão dos fatos, que a autoridade policial tem pleno domínio de tudo o que aconteceu tendo sido conferida a ela o direito e o dever de fazer a interlocução entre o sujeito jornalista (enunciador) e as vítimas e agressores.

O sujeito jornalista que enuncia e organiza os discursos constitutivos do discurso da imprensa sobre a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é um sujeito, como afirma Limberti (2009, p. 34), multifacetado, esférico, digerido e alimentado pelo discurso, inserido em um contexto social, preenchendo inúmeros papéis hierarquizados. Dessa forma, discurso e sujeito se interpenetram em uma relação de dependência mútua, sendo que o discurso revela o ponto de vista do enunciador em relação a um determinado tema. Ao mesmo tempo, contudo, é capaz de apontar, e isso no caso do discurso jornalístico é muito visível, a presença de um outro ponto de vista em sua própria enunciação, ou seja, um sujeito detendo um discurso que não é o dele, como é o caso do sujeito enunciativo jornalista que seleciona a fala do sujeito fonte para colocar no texto.

Por esse caminho, é possível pensar o jornalista enunciativo como sujeito de um discurso. O “seu” discurso está posto, está materializado no texto noticioso, porém de forma camuflada, indireta, a fim de manter a função referencial e uma fictícia objetividade e imparcialidade, esperados “conscientemente” pelo leitor, mas também compreendido “inconscientemente” por esse leitor que busca, além de ser informado sobre algo, conhecer a opinião do jornalista a fim de formar ou referendar sua própria opinião sobre um determinado tema. Trata-se de um jogo de reforço dos discursos para manter o equilíbrio social. A partir do

momento que se lê no jornal aquilo que já se acredita ser a “verdade”, o leitor se sente aliviado e seguro em permanecer como membro de determinada formação ideológica. Suas convicções são confirmadas e a vida segue em equilíbrio.

O sujeito jornalista é clivado, dividido entre consciente e inconsciente. Enquanto enunciador do enunciado jornalístico escolhe a forma de construir o texto com base em regras pré-definidas, escolhe as fontes e o que saber de cada fonte. Escolhe as palavras e sua forma de inserção no texto. Mesmo sabendo ser esses procedimentos padrões para a construção do texto jornalístico, esse enunciado configura-se como a materialidade de discursos que se encontram em relação a outros discursos e de acordo com a formação discursiva onde o enunciador está inserido, em seu lugar social. A análise dos discursos jornalísticos sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes revelou que o sujeito enunciador procura, sempre que possível, envolver-se pouco com o que está posto, sempre repassando às fontes de informação (ao outro enunciador) a responsabilidade pelo que é dito, principalmente quando as opiniões são sobre temas inaceitáveis publicamente. Explicitamente, é norma da profissão que o jornalista não pode expor sua opinião nos textos noticiosos, porém, implicitamente enquanto sujeito do enunciado, ele reproduz discursos sobre o tema que está sendo debatido, simplesmente pelo fato de estar inserido em formações discursivas e ideológicas que constituem aquilo que ele diz e como diz, lembrando que nada do que é dito é inédito. Assim, é possível dizer que o sujeito enunciador jornalista não decide sobre os sentidos do próprio discurso, mas decide sobre os elementos que serão encadeados na narrativa de forma que ela própria ofereça os sentidos ao leitor.

A análise identificou que os discursos constitutivos do discurso jornalístico sobre a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes estão naturalizados e esse processo de naturalização se dá pela e com a imprensa, em uma dinâmica cíclica: a mídia veicula representações da realidade social sobre a violência sexual infanto-juvenil que servem para compor o imaginário social sobre o tema e, ao produzir novamente textos sobre o assunto, retoma esse imaginário, reconfigurando-o, re-significando-o e devolvendo-o à formação discursiva produtora e reprodutora do discurso. Dessa forma, estabelece-se o que é aceito ou rejeitado publicamente e o que é aceito apenas individualmente, quando se trata de crimes contra pessoas menores de 18 anos, lembrando, porém, que o fato de ocorrerem casos de violência contra crianças e adolescentes não implica, necessariamente, na aceitação da questão como natural pela sociedade. Esse processo de naturalização vai de encontro à transformação historicamente constituída do conceito de criança, que passa, no século XX a

ser entendida como um sujeito de direitos que deve ter seus direitos garantidos, inclusive o direito ao desenvolvimento saudável da sua sexualidade.

A aceitação ou não do problema também está no nível discursivo, uma vez que existe o distanciamento proposto pelo texto jornalístico e almejado pelo destinatário da mensagem. Da mesma forma que o sujeito enunciador, seja ele jornalista ou fonte, está autorizado socialmente para dizer o que diz, a população também está autorizada a ouvir ou não, a aceitar ou não o discurso. O que está velado, o não-dito, o que é censurado também constitui o discurso jornalístico sobre a temática da exploração sexual colaborando na configuração da imaginário social sobre o tema, a sazonalidade, reforçada pela constatação de que os jornais só falam de exploração sexual nas datas de lembrança do tema, de veiculação de textos sobre o tema mostra um tipo de silenciamento que é até pior, aquele silêncio que naturaliza, que ignora a existência do problema.

Existe um embate entre o que é publicamente reprovável e o particularmente aceito, comportamento culturalmente construído pelo discurso. O que aparece na mídia fica no nível do real distante, mas quando o assunto se aproxima, quando é um caso próximo, na família, o discurso muda. A recorrência faz alarmar a população, mas a indignação fica na ordem do discurso, pois entre ver o que saiu na mídia e aceitar ou não é outro passo. No caso das rotinas produtivas do jornalismo, o ritual de captação de informações, de apuração, leva à naturalização da presença de determinadas temáticas.

A análise comprovou que o agendamento acontece apenas quando provocados por datas de lembrança do problema, ações realizadas por ONGs e poder público. Não se trata de uma prática arraigada no dia a dia das redações. A escolha envolve decisões éticas e ideológicas. O fato do assunto só ser pauta em datas específicas ou quando acontece algum fato leva ao questionamento sobre a própria ética do jornalista, o sujeito enunciador que se recobre pelo *ethos* da referencialidade, da distância, mas que pressupõe ser aquele que relata a realidade. A naturalização da violência contra a criança e o adolescente está posto no discurso daquele que tem a autoridade para dizer. É o discurso do outro com o qual o discurso jornalístico dialoga é o que pode ou não ser dito. Não há como afirmar que é um fenômeno já culturalmente aceito pela sociedade, mas já aceito e naturalizado nas páginas dos jornais impressos sul-mato-grossenses que fazem uma cobertura ritualística, padronizada e pouco comprometida eticamente com a temática, em que as matérias sobre isso só saem nas datas que lembram o tema, o que, pela visão marxista de sociedade, é um indício da marginalidade do tema e das pessoas envolvidas com ele.

O agendamento tem, assim, impactos diretos no destinatário, uma vez que estabelece a “ordem do dia” e a hierarquia dos temas, argumentos e problemas veiculados pelos meios de comunicação. Da mesma forma que define o que será destacado, também omite temas da agenda de discussões, podendo ser considerado outra forma de silenciamento. Wolf (2003, p. 151) sustenta que a não cobertura de certos temas, a intencional cobertura acanhada ou prejudicada, ocorre em todos os meios de comunicação de massa, em que pesem as diferenças técnicas, jornalísticas, de linguagem, “pelo simples fato de que o acesso a fontes alternativas às que garantem o fornecimento constante de notícias é o que há de mais difícil e oneroso”. O autor conclui que nos diferentes meios de comunicação de massa há vários modos de gerar o efeito de agenda-setting por omissão, mas todos, em menor ou maior grau, incorrem nele.

A análise do *corpus* revelou que a cobertura da temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é baixa. Existe omissão no agendamento tanto do tema como na escolha de fontes alternativas para fornecer informações sobre o assunto. Há ainda uma grande tendência do que é invisível continuar invisível, uma vez que, em não sendo agendado com frequência, o interesse do leitor tende a se anular, obrigando as redações a buscar outros assuntos que melhor atendam às necessidades do receptor. A exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes não está na pauta com mais frequência porque não é uma experiência compartilhada por grande parcela da população, como um desabamento ou desastre ambiental. A centralidade do tema é que define o seu grau de influência no agendamento e a capacidade de influência dos meios de comunicação de massa sobre o conhecimento do que é importante e relevante varia conforme os temas tratados (WOLF, 2003, 155). Isso significa dizer que quanto menor for a experiência direta das pessoas em relação a uma determinada área temática, mais ela dependerá da mídia para obter as informações e os quadros interpretativos relativos àquela área.

E quando um certo número de acontecimentos e fatos distintos são transformados e desenvolvidos tornando-se um único âmbito de relevância, diz-se que o assunto foi tematizado. A tematização, conforme Wolf (2003, p. 165), é um efeito de agenda que resulta da articulação entre os critérios de relevância que um assunto ou fato possui e o limiar de visibilidade desse tema. A tematização é um procedimento informativo e significa colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada e salientar sua centralidade e sua significância (WOLF, 2003, p. 165).

A função básica desse procedimento é, de certa forma, selecionar os grandes temas que devem ser alvo da atenção pública, mobilizando para decisões e oferecendo novas interpretações e visões aos temas. O que garante a tematização na agenda dos meios de

comunicação de massa é a convergência de eventos e fatos a um problema que tenha significado público e reivindique uma solução.

Alinhando tais conclusões às bases teórico-metodológicas da Análise do Discurso de Escola Francesa (AD), é possível afirmar que os meios de comunicação tematizam aquilo que em uma Formação Discursiva e em uma Formação Ideológica é possível tematizar. Tanto a tematização, enquanto estratégia comunicativa do agendamento, quanto o próprio mecanismo de agendamento dos assuntos são constitutivos do discurso jornalístico, que, por sua vez, forma-se da interligação e diálogo de vários discursos já estabelecidos.

Para contrapor tais colocações, é importante lembrar o que afirmam Defleur & Ball-Rokeach (1993, p. 280) sobre o trabalho de escolha da agenda que a mídia faz constantemente. Os autores alertam que a imprensa não se propõe deliberadamente a criar ilusões ou enganar quem quer que seja. Mesmo que amparados por regras e princípios éticos, a seletividade, as escolhas e distorções estão fora do controle dos jornalistas. “As descrições do ‘mundo lá de fora’ apresentadas pela imprensa são consequências de condições anteriores”. A noção de escolhas e opções que a AD propõe segue esta linha de raciocínio quando diz que as opções dos sujeitos são ideológicas e servem para consolidá-lo enquanto sujeito. Segundo Pêcheux (1988), a ideologia interpela o sujeito enquanto sujeito.

No entanto, ao se considerar que o trabalho do sujeito jornalista é realizado com base em rotinas produtivas e em um *ethos* profissional que o define enquanto ser jornalista, que suas escolhas são ao mesmo tempo conscientes e inconscientes e que o dito e o não-dito estão sempre de acordo com o que permite ser dito e não-dito dentro de uma formação discursiva dada, o uso incorreto da terminologia, a citação de termos médicos no lugar de conceitos jurídicos, por exemplo, constituem falhas no processo produtivo. Mesmo não sendo deliberado, como colocam Defleur & Ball-Rokeach (1993), ainda assim são erros.

Não interessa que o jornalista esteja inserido no “líquido amniótico” da ideologia, como afirma Gregolin (2006), e dentro de uma formação discursiva e ideológica que estabelece o que e como ele diz, faz parte do seu *ethos* profissional primar pela qualidade do conteúdo que divulga, que é o que se espera dele. Sendo assim, não se pode absolver o jornalista quando ele comete erros de informação, conteúdo ou forma, só porque ele faz parte de uma formação discursiva ou uma formação ideológica. Muito embora existam os deslocamentos de sentidos constantes no processo discursivo e o sujeito conviva com o senso comum, ao assumir a posição de enunciador jornalista, aquele que informa com maior veracidade, objetividade e neutralidade possíveis, ele precisa distanciar-se do senso comum e aproximar-se o máximo possível daquilo que é, que é o fato. O discurso reflete o sujeito. Para

além do *ethos* profissional, existe um conjunto de normas, rituais e valores que formam uma ideologia profissional delimitadora do *ser jornalista*. E existe também, segundo Traquina (2002, p. 28), uma cultura profissional que estabelece linguagem própria, maneira peculiar de sentir o tempo, cultos e símbolos, o que leva a concluir que cabe, sim, ao jornalista, uma co-responsabilidade pelo que é dito e como é dito, sob pena de colaborar com a formação de imaginários sociais acerca da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes distantes da realidade construída pelo texto jornalístico.

Em resumo e para finalizar, o sujeito jornalista enuncia a partir de um lugar social definido pelo *ethos* jornalístico. Esse enunciado surge em condições de produção nascidas de rotinas produtivas, que incluem os rituais e os protocolos, associado aos critérios de noticiabilidade e agendamento. A forma como o assunto exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é tematizada também constitui o discurso, que surge da relação entre o *ethos* do jornalista e as rotinas de produção, fazendo com que subam à superfície os discursos que estão em diálogo. Além do mais, é importante reforçar que os discursos ganham materialidade quando são agendados e tematizados, sendo, portanto, o processo de agendamento também constitutivo do discurso.

Sobre a cobertura da imprensa sul-mato-grossense do tema da exploração sexual, a análise possibilitou concluir que se trata de uma cobertura protocolar, baseada nos rituais e rotinas produtivas, com pouca reflexão, aprofundamento e contextualização. O agendamento que define a “ordem do dia” e o que vai ou não ser pauta é um externo, vem de fora das redações, tais como um boletim de ocorrência, um release, um telefonema de uma fonte ou autoridade. Nesse sentido, não foram identificadas atitudes proativas, por parte do sujeito enunciativo jornalista, para estabelecer novos enfoques, maior contextualização ou buscar fontes alternativas.

A partir disso, é possível concluir que é preciso debater a ética jornalística no momento do agendamento da pauta do dia, ou seja, dos assuntos que ganharão as páginas dos jornais. Ao omitir ou realizar uma cobertura protocolar da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, recorrendo sempre às mesmas fontes, não mudando os enquadramentos e a terminologia, o sujeito enunciativo jornalista colabora para a formação de um imaginário social distorcido acerca da temática, configurando além de uma falha técnica, uma falha ética.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Beto. A mídia e a violência sexual. In: BONTEMPO, Denise; LEAL, Maria Lúcia P. (org.). **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: UNESCO/Cecria, 1995.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- AMORIN, Sandra Maria Francisco. Reflexões sobre o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. In: SILVA, Anamaria Santana da; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (orgs). **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins – Contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS**. Editora UFMS. Brasília: OIT, 2005. (p.89-109)
- ANDI. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Guia de Referência para a cobertura jornalística**. Brasília, 2007.
- ANDRADE, Leandro Feitosa. **Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AYRES, Carlos René. **A constituição do discurso midiático - ou a insistência do dizer: jogos polissêmicos e parafrásticos**. 01/11/2007 1v. 187p. Doutorado. UFSM. Orientador(es): Amanda Eloina Scherer.
Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica – as técnicas do jornalismo**. 4 Ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Trad. Mario Laranjeira. Editora Brasiliense. São Paulo: 1988.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 4ª Edição. Editora Ática. São Paulo:2005.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.
- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: SEDH/PR, 2008.

CASTANHA, Neide (org.). **Direitos Sexuais são direitos Humanos** – Caderno de Textos. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CITELLI, Adilson O. **Linguagem e persuasão**. 11 ed. São Paulo: Ática, 1997.

CITELLI, Adilson O. **O Texto Argumentativo**. São Paulo: SCIPIONE, 2004.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa**. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ECO, Umberto. **Lector in Fabula – a cooperação interpretativa nos textos narrativos**. São Paulo, Editora Perspectiva: 1986.

FARIA, Thaís Dumê. Violência sexual de crianças e adolescentes: a legislação brasileira. In: CASTANHA, Neide (org.). **Direitos Sexuais são direitos Humanos** – Caderno de Textos. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008.

FALEIROS, Eva T. A Exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo. In: **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia (GO): Universidade Católica de Goiás, 2004.

FALEIROS, Eva T. Reflexões sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e o mercado do sexo. In: CASTANHA, Neide (org.). **Direitos Sexuais são direitos Humanos – Caderno de Textos**. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008.

FIGUEIREDO, Lisette Fernandes; BONINI, Adair. Um estudo do gênero nota jornalística a partir de exemplares publicados no Jornal do Brasil. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; COSTA, Maria Helenice Araújo; FILHO, Valdinar Custódio; JAGUARIBE, Vicência Maria Freitas (Org.). **Texto e Discurso sob múltiplos olhares – gêneros e sequências textuais**. São Paulo: Lucerna, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GARCIA, Othon M. Argumentação. In: **Comunicação em prosa moderna**. 18 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2000.

GIRASSOLIDÁRIO. **A Criança e o Adolescente na Mídia de Mato Grosso do Sul**. Relatório de Pesquisa. 2004. Disponível em www.girasolidario.org.br . Acessado em: 25/02/2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2 ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

HOHLFELDT, Antonio. **Jornalismo e Literatura: Relações antigas e ambíguas**. Trabalho apresentado ao IV Pós-Com, no âmbito do XXI Intercom. Campo Grande (MS), 2001.

HUTCHEON, Linda. **Discurso, Poder, Ideologia: O Humanismo e o Pós-Modernismo**. In: Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1991 (p. 227-253).

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães et al. Aspectos subjetivos da percepção da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Corumbá. In: **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins – Contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS**. Editora UFMS. Brasília: OIT, 2005. (p.33-50)

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo. Cortez; 2003.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 2006. (Série Princípios).

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. A representação do índio: o jargão da norma ideológica nas relações interculturais. In: RUSSEF, Ivan; MARINHO, Marcelo; NOLASCO, Paulo Sérgio (org). **Ensaio Farpados: arte e cultura no pantanal e no cerrado**. 2 ed. Campo Grande: Letra Livre/UCDB, 2004.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **Discurso indígena: aculturação e polifonia**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 350 p.

LOPES, Edward. **A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise do discurso**. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Cortez Editora, São Paulo, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. (Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva). Curitiba: Criar Edições, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEDEIROS, Leila Maria Vieira. **De menina de rua à mulher de rua: o dito e o não dito numa história de vida.** 01/03/2007 1v. 143p. Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco. Orientador(es): Moab Duarte Acioli.
Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do Jornalismo.** Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1992.

NASIO, J. David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos.** 4 ed. Campinas (SP): Editora Pontes, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática.** São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PEZZOTTI, Olavo Evangelista. **Lei n.º 12.015/09. Reforma legislativa dos crimes sexuais previstos no Título VI do Código Penal brasileiro. Aspectos relevantes.** Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2240, 19 ago. 2009. Disponível em:
<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13356>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos.** Volume 3. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. (p. 353-392)

POSSENTI, Sírio. **Questões para Analistas do Discurso.** São Paulo: Editora Parábola, 2009.

REIS, Carlos. A narrativa literária. In: **O conhecimento da Literatura.** 2 ed. Coimbra: Almedina, 1999. (p. 343-377)

ROSÁRIO, Nísia Martins do. A via da complementariedade: reflexões sobre a análise de sentidos e seus percursos metodológicos. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

SANTOS, Joselino Vieira dos; SOUSA, Sônia M. Gomes (orgs). **Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisas com documentos de domínio público.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2008.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral.** Tradução de Antônio Chelini et al. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, Luciana Kraemer da. **Entre o público e o privado: Interpretações sobre estórias de abuso sexual em narrativas jornalísticas.** 01/04/2008 1v. 166p. Mestrado. Pontificia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientador(es): Fernanda Bittencourt Ribeiro. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. 1ª Reimpressão. Editora Unisinos. São Leopoldo, 2002.

TRINDADE, Eliane. **As meninas da esquina: Diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Leitura e Crítica).

TABELA DE ANEXOS

Anexo	Título	Gênero	Jornal	Data
1	Polícia Federal prende acusado de pedofilia	Notícia	Correio do Estado	08/01/2009
2	Violência Sexual	Editorial	O Estado MS	02/02/2009
3	Comcex está sem investigadores	Notícia	Correio do Estado	27/02/2009
4	Vigia é preso por assediar menino de 10 anos	Notícia	Correio do Estado	16/05/2009
5	Vigia tenta violentar garoto de 9 anos	Notícia	O Estado MS	16/05/2009
6	Polícia Federal ataca pedofilia na Internet	Reportagem	Correio do Estado	19/05/2009
7	Pesquisadores vão elaborar relatório sobre índice de violência sexual	Notícia	Correio do Estado	19/05/2009
8	Pedofilia combatida	Editorial	O Progresso	19/05/2009
9	Explode violência sexual em Dourados	Reportagem	O Progresso	19/05/2009
10	Ato marca dia contra violência sexual	Notícia	O Estado MS	19/05/2009
11	PF prende dez em ação contra pedofilia	Reportagem	O Estado MS	19/05/2009
12	Blitze e panfletagem marcam enfrentamento	Notícia	O Progresso	20/05/2009
13	Ponta Porã se mobiliza no Dia do Enfrentamento	Notícia	O Progresso	20/05/2009
14	MPE 'mira' lan houses de Corumbá	Reportagem	O Estado MS	20/05/2009
15	Jardim realiza passeata contra violência sexual	Notícia	O Progresso	21/05/2009
16	Taquarussu discute a violência sexual	Notícia	O Progresso	21/05/2009
17	Delia quer criar 2º Conselho Tutelar	Notícia	O Progresso	21/05/2009
18	Preso idoso suspeito de abuso sexual	Notícia	O Estado MS	23/05/2009
19	Juizado fará arrastões nas noites	Notícia	O Progresso	16/06/2009
20	Idoso é denunciado por abuso sexual	Reportagem	O Estado MS	23/06/2009
21	A legalização da prostituição infantil	Artigo	O Estado MS	27/06/2009
22	'Absolvição de Zequinha é retrocesso'	Reportagem	O Estado MS	27/06/2009
23	Dourados combate a exploração infantil	Notícia	O Progresso	04/07/2009
24	Dourados discute exploração sexual	Notícia	O Progresso	06/07/2009
25	Estuprar pode – fotografar não?	Artigo	O Progresso	09/07/2009
26	Escândalo sexual abala gabinete de Nicolas Sarkozy	Notícia	O Estado MS	09/10/2009
27	Caarapó promove o dia de combate à violência	Notícia	O Progresso	09/10/2009
28	Conselho faz campanha contra exploração	Reportagem	O Progresso	10/11/2009
29	Advogado de Dourados acusado de Pedofilia vai para a Máxima	Notícia	O Estado MS	25/11/2009

**ANEXO 1: Polícia Federal prende acusado de pedofilia (Notícia)
Jornal Correio do Estado de 08/01/2009**

Polícia Federal prende acusado de pedofilia

DA REDAÇÃO

A Polícia Federal prendeu em flagrante H.C.S., 24 anos, formado em engenharia da computação, acusado de crime de pedofilia. A prisão aconteceu no final da tarde da última terça-feira, quando em cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal em Campo Grande, os policiais se dirigiram ao Conjunto Estrela do Sul e por volta das 17h detiveram o engenheiro.

Conforme nota divulgada ontem pela Federal, H.C.S. encontrava-se na residência de seus pais, onde mantinha em seu quarto um computador conectado a internet. No local, durante análise preliminar, os policiais constataram o acesso a arquivos de ví-

deos fazendo alusão a cenas de sexo explícito envolvendo menores.

Dando continuidade às buscas, os agentes localizaram DVDs contendo arquivo de vídeos de crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito. Ainda segundo a Polícia Federal, diante dos pais e de testemunhas o engenheiro admitiu o manuseio e a propriedade do material encontrado.

O preso foi autuado em flagrante por posse e armazenamento de material pornográfico, crime cuja pena prevista é de um a quatro anos de reclusão. O material apreendido também foi levado para a sede da Polícia Federal, sendo encaminhado para o Setor de Perícia Técnico-Científica da instituição.

ANEXO 2: Violência Sexual (Editorial)
O Estado MS de 02/02/2009

EDITORIAL

Violência sexual

A Justiça de Fátima do Sul condenou um estupro a pagar R\$ 20,7 mil de indenização à mulher que violentou no ano passado. A ação por danos morais foi apresentada pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra o agressor Luiz Antônio Farias da Silva, que está preso. Por decisão da Justiça, o estupro ainda terá de custear o tratamento para recuperação do trauma sofrido. A decisão judicial visa à reparação dos danos morais causados pelo crime.

O ato do juiz de Fátima do Sul, Bonifácio Hugo Rausch, é mais do que acertado e deveria servir de base para outras sentenças em crimes semelhantes. Não basta apenas condenar um estupro à prisão. Além de cadeia, o agressor também tem de arcar com os prejuízos morais e os danos psicológicos que a violência sexual causa na vítima. Tem de arcar sim com indenização e com o custeio do tratamento da vítima.

Quem sabe, tomando medidas mais drásticas, além da condenação à prisão, não cai o índice de violência sexual contra mulheres, que continua alto tanto em Mato Grosso do Sul, quanto no restante do País. Todos os dias, a polícia registra em Campo Grande ou no interior do Estado, casos de estupro, tanto em mulheres adultas, quanto em adolescentes e jovens. Há ainda os casos de abuso contra crianças.

Ocorrem estupros em diferentes situações. Durante roubos, em que o agressor, além de levar pertences da vítima, ainda a violenta; caso em que o estupro invade a residência da vítima com o único objetivo de violentá-la. E a agressão, muitas vezes ocorre na presença dos filhos da vítima.

Mas as atrocidades contra a mulher não param por aí. Muitas delas sofrem abusos dentro da própria casa, por parte do pai ou do padrasto. O caso mais recente ocorreu neste fim de semana na Capital. A mãe de uma jovem de 20 anos denunciou que o padrasto estava ameaçando sua filha com um revólver, para obrigá-la a manter relações sexuais com ele. O suspeito foi preso. Mas daí, veio à tona a história dolorosa da jovem. Aos 9 anos, o padrasto já a assediava. Aos 12 anos, o agressor começou a tocar o corpo da menina. E quando esta completou 15 anos, o agressor a estupro.

Até quando a sociedade vai continuar assistindo a estes crimes hediondos praticados contra mulheres. O estupro virou rotina, como roubos e homicídios. Nenhum crime pode virar rotina.

O estupro, além de ser uma violência física, provoca traumas, muitas vezes irreparáveis em uma mulher. Em se tratando de criança e adolescente, o caso ainda é mais preocupante. Então, é preciso colocar um parapeito nesta escalada da violência sexual contra mulheres. O condenado deve cumprir pena até o fim, sem direito à redução da sentença. E ainda indenizar à vítima.

Há de se apertar o cerco contra estuprodores, com leis rigorosas e outras medidas punitivas que venham a inibir este tipo de agressão.

ANEXO 3: Comcex está sem investigadores (Notícia)
Correio do Estado de 27/02/2009

Comcex está sem investigadores

Há dois anos, o Comcex está sem os policiais militares do serviço de inteligência para apurar os crimes mais complexos. Considerado referência nacional no combate à exploração de crianças e adolescentes no País, o órgão perdeu até o serviço 0800, que permitia ligações gratuitas para receber denúncias dos crimes.

A coordenadora do Comcex, Estela Scandola, confirmou a denúncia do deputado estadual Coronel Ivan, de que a unidade não

conta mais com o apoio da PM. O órgão praticamente deixou de acompanhar os casos de exploração ou abuso sexual de menores considerados mais complexos, que dependem de ampla investigação para levar os responsáveis ao banco dos réus.

Segundo Coronel Ivan, na época em que contava com a ajuda da equipe da PM, formada por quatro policiais e um oficial, o Comcex chegou a apurar mais de mil crimes em seis

meses. Inclui casos de grande repercussão, como envolvimento de vereadores, empresários e produtores rurais.

De acordo com Estela, o 0800 foi transferido para o SOS Criança. Sem o apoio do Estado, o Comcex passa por uma fase de reordenamento e fortalecimento das ações. A prioridade neste ano é mapear a exploração sexual nas rodovias federais, destilarias de álcool, fronteira e aldeias indígenas. (EB)

**ANEXO 4: Vigia é preso por assediar menino de 10 anos (Notícia)
Correio do Estado de 16/05/2009**

Vigia é preso por assediar menino de 10 anos

Um vigia de 45 anos foi preso ontem por populares ao assediar um menino de dez anos de idade. O homem foi preso no Parque das Nações Indígenas, em Campo Grande, e encaminhado à Delegacia Especializada

de Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca). Ele estava cumprindo condicional porque já tinha sido condenado pelo crime de atentado violento ao pudor.

Conforme a delegada Re-

gina Márcia Rodrigues de Brito Mota, o menino de dez anos relatou que estava sendo assediado pelo vigia há pelo menos uma semana. Ontem, o homem mostrou revistas pornográficas ao garoto e depois chegou a tocá-lo. As-

sustado, o menino fugiu do local e chamou o irmão de 14 anos, que conseguiu segurar o vigia e pediu ajuda de pessoas que passavam pelo local. A Polícia Militar foi acionada e encaminhou o suspeito à Depca. (MC)

ANEXO 5: Vigia tenta violentar garoto de 9 anos (Notícia)
O Estado MS de 16/05/2009

PARQUE DAS NAÇÕES

Vigia tenta violentar garoto de 9 anos

Jucyllene Castilho

• O vigia João de Jesus Lemes, 45 anos, foi detido por tentativa de atentado violento ao pudor contra um menino de 9 anos. O fato ocorreu na tarde de ontem, por volta das 14 horas, quando a vítima estava acompanhada do irmão e amigos no Parque das Nações Indígenas, no Bairro Chácara Cachoeira, região leste de Campo Grande.

Lemes teria assediado o garoto por diversas vezes, mostrando revistas pornográficas com homens, além de mostrar o órgão genital. O vigia ainda falava para as crianças que gosta de homem e que era homossexual.

Ele chegou a oferecer dinheiro para "ficar" com eles. A vítima ainda contou à polícia que o assédio ocorria desde domingo (10) e que ele já havia contado a sua mãe.

A polícia constatou que a mãe dos garotos é proprietária de trailer de lanches na Avenida Afonso Pena, próximo ao parque. O menino brincava no local e era assediado pelo vigia. Ele teria dito a sua mãe e sua irmã sobre a atitude de Lemes, mas nenhuma delas deu importância.

A criança ainda relatou que na tarde de ontem a mãe teria pedido ao irmão de 9 anos para pegar água no parque. O menino foi até o local e o vigia o agarrou. A criança gritou e conseguiu se

soltar. Lemes teria dado um tapa na cabeça do garoto, na intenção de derrubá-lo, mas não conseguiu.

Com isso chamou a atenção das demais pessoas, que seguraram o vigia e acionaram a Polícia Militar (PM). Com Lemes foram apreendidos seis preservativos, um creme vaginal e uma revista pornográfica. Ele foi levado para a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescência (Depca).

Lemes tem passagem pelo mesmo crime de atentado violento ao pudor contra um menino de 10 anos. Ele trabalhava de vigia no local por meio do programa Egressos Ligados às Oportunidades (ELO) na tentativa de ser "ressocializado".

ANEXO 6: Polícia Federal ataca pedofilia na Internet (Reportagem) Correio do Estado de 19/05/2009

Polícia Federal ataca pedofilia na internet

MIRIAM GIBSON

A Polícia Federal desencadeou ontem a Operação Turko com o objetivo de cobrir a pedofilia na internet. Foram expedidos 92 mandados de busca e apreensão, sendo três para Mario Grosso do Sul. A operação é resultado de um ano de investigações e marcou ontem o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que contou com diferentes atividades na Capital.

Em Campo Grande, os policiais federais não encontraram irregularidades nos dois endereços visitados e por isso não houve necessidade de recolher materiais. Também foi cumprido um mandado em Cassilândia, onde foram localizadas imagens pornográficas salvas no computador de uma lan house. O autor do delito ainda não foi identificado. Os policiais efetuaram dez prisões em cinco estados e recolheram vários DVDs e computadores com material pornográfico.

Pelo menos 400 policiais participaram da operação. Os federais descobriram que os investigados utilizavam o site de relacionamento Orkut (anagrama que resultou no nome da operação) para troca de imagens de pornografia infantil. A análise partiu da quebra de sigilo dos perfis dos investigados.

Os alvos da ação desencadeada ontem foram filtrados de um total de 3,5 mil denúncias. A apuração dos casos foi realizada pela Divisão de Direitos Humanos e pela Unida-

de de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, com informações repassadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia no Senado, em parceria com a ONG Safernet e com o Ministério Público Federal (MPF) de São Paulo.

Esta foi a primeira ação realizada para combater a pedofilia desde que entrou em vigor a Lei 11.829, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tornou crime a posse de material pornográfico infantil. A pena varia de 4 a 8 anos de prisão.

Ações

Também ontem, em comemoração da data de combate à exploração sexual, a Câmara de Vereadores da Capital realizou, a partir das 19 horas, audiência pública para discutir o assunto. O debate marcou ainda o início da Campanha

Nacional contra a Pornografia e contou com participação de representantes do Ministério Público Estadual e religiosos.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) também participou da data apresentando um filme aos motoristas de caminhões que estavam parados em duas pos-

tos de combustíveis às margens da BR-163, em Campo Grande, com a temática da exploração sexual. "Os locais foram escolhidos por conta do movimento ser mais intenso de motoristas neste horário", afirma o inspetor Neemias Carvalho, da área de educação e trânsito da PRF.

ANEXO 7: Pesquisadores vão elaborar relatório sobre índice de violência sexual (Notícia) Correio do Estado de 19/05/2009

Pesquisadores vão elaborar relatório sobre índice de violência sexual

RONDO VIEGAS, DOURADOS

em Dourados, um levantamento de dados para elaborar um relatório a respeito do índice de violência sexual infantil e

Uma equipe de pesquisadores inicia nos próximos dias,

de adolescentes no município. A intenção é, a partir dos números, começar um trabalho de combate a esse tipo de crime, de forma ordenada e eficiente.

Esses pesquisadores passaram por uma capacitação dentro do Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair).

Durante o curso, os participantes discutiram sobre o "Diagnóstico rápido participativo", defendido por professores e acadêmicos das universidades locais e por técnicos da Secretaria de Assistência Social.

Implantado em 2003 pelo Governo federal e estendido às principais cidades do Brasil, por meio de parcerias com os

estados e as prefeituras, o Pair tem participação efetiva das universidades públicas do País. O programa atua no desenvolvimento de ações voltadas ao combate à exploração sexual infanto-juvenil, através de medidas articuladas e integradas.

Segundo a secretária municipal de Assistência Social, Itaciana Santiago, para que haja um controle maior no enfrentamento a este tipo de crime, são desenvolvidas políticas de atendimento, proteção e defesa das vítimas, bem como a repressão a estas ocorrências e a busca de punição aos responsáveis.

Ela comentou que a violência sexual, seja nas formas de abuso ou exploração comercial, é um fenômeno complexo,

mas que precisa ser combatido. Além disso, de acordo com Itaciana, é uma questão inserida num contexto histórico-social de violência constante, daí a importância de atender e defender as crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

A partir da conclusão do levantamento, sairá um relatório com o diagnóstico da região para que seja organizado um seminário de construção do plano de operação. "O seminário vai servir para unir esforços e para que possamos mobilizar os diferentes setores da sociedade no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes", destacou a secretária.

ANEXO 8: Pedofilia combatida (Editorial) O Progresso de 19/05/2009

EDITORIAL

Pedofilia combatida

A Polícia Federal realizou ontem, no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, uma operação para localizar e prender pedófilos em 20 estados. Nas primeiras horas do dia, os agentes federais já estavam nas ruas para cumprir 92 mandados de busca e apreensão, três deles em Mato Grosso do Sul, Estado que entrou, definitivamente, para o mapa da exploração sexual de crianças e adolescentes. Batizada de Operação Turko, a ação envolveu cerca de 400 policiais que saíram na captura de criminosos que usam a internet para aliciar menores de idade, tendo como ferramenta sempre um site de relacionamentos para troca de material de pornografia infantil. A operação é fruto de um ano de investigações que tiveram como ponto de partida as mais de 3.500 denúncias que chegaram à CPI da Exploração Sexual Infantil. Durante o cumprimento dos 92 mandatos de busca e apreensão, os policiais acessaram os computadores dos suspeitos em busca de imagens de pornografia infantil e prenderam em flagrante todos que tiveram envolvimento comprovado com este crime deplorável.

A Operação Turko foi a primeira deflagrada pela Polícia Federal após a publicação da Lei 11.829, que teve como relator o deputado federal Geraldo Resende (PMDB) e que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tornando crime a posse de material pornográfico infantil. A gravidade do problema exige que as autoridades mantenham a vigilância, mesmo porque, o número de crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual no Brasil tem crescido de forma assustadora e as vítimas são cada vez mais novas. Dados do Fundo das Nações Unidas para Infância e Juventude (Unicef) apontam que 49% das crianças que sofrem esse tipo de violência têm entre 2 e 5 anos. De cada dez casos registrados, em oito o abusador é conhecido da criança - na maioria das vezes, alguém de quem ela gosta ou em quem confia. Em geral, a violência acontece dentro da própria casa do menor, o que acaba sendo um

agravante e, sobretudo, um dificultador para chegar ao criminoso.

O Ministério da Justiça tem a obrigação de reforçar o combate à exploração sexual infantil, mesmo porque, até ontem, a iniciativa mais eficiente nesse sentido havia sido liderada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) com a intensificação da fiscalização nas rodovias federais e com o fechamento de milhares de prostíbulos instalados às margens das rodovias com o único propósito de explorar sexualmente meninas com idade entre 12 e 17 anos. É patente a necessidade de endurecer o jogo contra a exploração sexual infantil e juvenil, atividade que só perde em movimentação financeira para o tráfico de drogas. Como uma coisa está diretamente ligada à outra, o Ministério da Justiça precisa redefinir seus programas de combate à exploração sexual para desarticular as quadrilhas que atuam em todos os estados brasileiros. Se levasse o problema a sério, o país teria colocado atrás das grades a quase totalidade dos 250 denunciados pela CPI da Pedofilia, mas a impunidade falou mais alto, tanto que entre os poucos indiciados e processados, muitos foram inocentados ou condenados e soltos por meio de *habeas-corpus*.

O grande mérito da Lei 11.829 é fazer com que os criminosos pensem duas vezes antes de tentar aliciar uma criança através da internet, já que todos os crimes praticados com auxílio da rede mundial estão devidamente qualificados pela legislação penal brasileira, de forma que as pessoas envolvidas com os sites de pornografia infantil estão sujeitas às penas previstas na lei. A nova lei também tipifica crimes como a aquisição, distribuição e até mesmo o porte de fotografia ou vídeo com cenas onde crianças ou adolescentes são explorados sexualmente e foi, justamente, com base neste texto que a Polícia Federal cumpriu ontem os 84 mandados de busca e apreensão. Com a nova lei, os turistas marginais, sobretudo os estrangeiros, que se aproveitam da condição financeira para alimentar suas fantasias sexuais com crianças e adolescentes, terão que procurar outros paraísos, já que eles poderão ficar até quatro anos atrás das grades, pena que poderá ser dobrada em caso de reincidência.

ANEXO 9: Explode violência sexual em Dourados (Reportagem) O Progresso de 19/05/2009

Campanha

Explode violência sexual em Dourados

Creas registra casos de abusos com requintes de crueldade; notificações aumentam 20%

Valéria Araújo

DOURADOS – Os casos de ocorrências relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes aumentam ano a ano em Dourados. Fato que preocupa é que as notificações estão cada vez mais relacionadas a abusos com requintes de crueldade. Por mês são registradas em média cerca de 15 casos de ocorrências deste gênero.

A diretora do Centro de Referência de Assistência Social (Creas) em Dourados, Lívia Suguhiro, cita como exemplo de crime bárbaro, o caso de um bebê com pouco mais de um ano de idade que foi vítima de violência sexual. “O crime foi descoberto por uma equipe do Centro de Educação Infantil (Ceim). O agressor era o próprio padrasto da criança”, lembra, observando

que na maioria das situações, o autor é a pessoa que fica próxima à vítima, geralmente de confiança da família, como avô, tio ou padrasto.

De acordo com últimos levantamentos do Creas, o número de casos de abusos aumentou cerca de 20% em Dourados. Ao todo foram registrados 703 casos de janeiro a abril. Destes, foram 98 estupros, 357 abusos sexuais e 38 casos de exploração sexual.

Dia D parou trânsito de Dourados; grupo quer estimular denúncias

Para o coordenador do Centro, Luiz Eduardo Guimarães Barbosa, o crescimento está relacionado ao “inchaço” nas grandes periferias da cidade. “O abuso existe em todas as classes sociais, porém, o fator que motiva a violência em Dourados está sendo a problemática nas periferias como a falta de emprego. Muita gente chega de fora da cidade em busca de trabalho em usinas ou frigoríficos. Quando

isto não acontece, geralmente os crimes aumentam. O abuso sexual é mais um deles que acompanha as estatísticas em curva crescente”, explica.

Segundo ele, atualmente o Creas presta assistência a 86 famílias e crianças ou adolescentes que foram vítimas de exploração sexual. As equipes fazem atendimento psicossocial e pedagógico.

FORÇA TAREFA

O Dia de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes parou o centro de Dourados ontem. Agentes da Assistência Social do município e Guarda Municipal distribuíram milhares de panfletos explicativos. O objetivo foi estimular as denúncias.

Conforme Luiz Eduardo, muitas pessoas ainda têm receio de denunciar. “Alguns temem represálias. Outros não querem expor a família, devido a conceitos religiosos acerca do pecado”, frisa.

Em todo o país foram feitas atividades. A campanha



Hedio Fuzan

Dia D contra a exploração mobilizou motoristas ontem no centro de Dourados
que traz o slogan: “Negociar adolescentes e de crianças nas estradas brasileiras, em espaços privados. Nós queremos dar visibilidade para essa situação de violência e dizer que isso é crime, que está previsto no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente”, disse Itamar Gonçalves, coordenador da WCF Brasil, entidade que integra a comissão intersetorial.

Os telefones para denúncias são: 100 (serviço nacional), 0800-647-1323 (Estadual), 0800-647-0444 (Creas) e 0800-647-7142 (Conselho Tutelar).

**ANEXO 10: Ato marca dia contra violência sexual (Notícia)
O Estado MS de 19/05/2009**

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ato marca dia contra violência sexual

• O Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi marcado por apresentações culturais em Campo Grande realizadas na Praça Ary Coelho, região central da Capital e no Teatro Glaucete Rocha, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O evento foi promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), com a colaboração do Programa Escola de Conselhos e a Comissão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Segundo a organização, cerca de 300 pessoas estiveram presentes.

“Ao contrário do que acontecia nos outros anos, a sensibilização, neste momen-

to, é feita de uma maneira positiva. Combatemos porque as crianças têm direitos”, afirmou o coordenador do Programa Escola de Conselhos, Ângelo Motti. De acordo com ele, a linguagem, que antes era “de guerra”, agora busca a sensibilização.

TRABALHO CONJUNTO

A responsável pela diretoria de Proteção Social da SAS, Mônica Sueli Nonato de Castro diz que o “trabalho em rede” é imprescindível. “A violência sexual deve ser tratada também pelo lado social. O evento é uma forma da sociedade ter mais conhecimento em relação a um problema que ocorre dentro dos lares e muitas vezes não é denunciado por medo”, diz Mônica.



Moisés Palácios

Mônica Nonato, da SAS, diz que o trabalho em rede é essencial

De acordo com a representante do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul (Concex) em Campo Grande, as ações de enfrentamento só tomaram

corpo em 1996 com a criação do Programa Sentinela. “A campanha terá cada vez mais sucesso à medida que a sociedade se sentir responsabilizada pela proteção da criança e do adolescente”, diz Marlene. (LA)

PF prende dez em ação contra pedofilia

Operação teve como base a quebra de sigilo de 3.265 perfis do site de relacionamentos Orkut

Folhapress

A Polícia Federal prendeu ontem dez pessoas durante a Operação Turko (um anagrama com o nome Orkut), que tem o objetivo de combater a pedofilia na internet. A ação foi deflagrada em 20 Estados e no Distrito Federal. A operação teve como base a quebra de sigilo de 3.265 perfis do Orkut que foram denunciados à Safernet nos últimos dois anos, com conteúdo de pornografia infantil. A Safernet é uma organização não-governamental que trabalha contra a pornografia infantil e a pedofilia na internet.

No início, foram analisados pelos policiais 805 perfis do Orkut com suspeita de divulgação de imagens de pornografia infantil. Desse total, a PF identificou 118 endereços de supostos pedófilos que seriam responsáveis pela divulgação das imagens na internet. Dos 118 endereços, a Polícia Federal chegou a 107 alvos concretos de investigação e determinou 92 mandados de busca e apreensão, para investigar os computa-



O senador Magno Malta (PR-ES) presidente da CPI da Pedofilia, que atuou com a Polícia Federal

dores deles, na busca por esse tipo de material. "Temos 92 mandados em cumprimento e de 47 já recebemos as informações do resultado da busca. Os demais encontram-se em execução ao longo do dia de ontem. Oito prisões e centenas de DVDs e HDs com material pornográfico foram apreendidos", disse o delegado Carlos Eduardo So-

breal, responsável pela unidade de repressão a crimes cibernéticos. Cinco prisões ocorreram em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma no Espírito Santo, uma na Paraíba e uma em Pernambuco.

Os nomes e dados dos presos são mantidos em sigilo pela PF, uma vez que os inquéritos tramitam em se-

é uma resposta do Estado ao abuso de crianças e adolescentes na internet. O Brasil não é produtor de larga escala de pornografia na internet, mas é difusor. disse Sérgio Suiama, procurador do Ministério Público Federal de São Paulo.

No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma lei que estabelece punições mais rigorosas contra a pornografia infantil e crimes de abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes na internet. Pode ser punido com prisão entre quatro e oito anos aquele que "produzir, reproduzir, distribuir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente". A pena é a mesma para quem vender ou expuser material do tipo.

O documento também criminaliza - com pena de prisão de três a seis anos - quem oferecer, trocar ou divulgar material com pedofilia. Para quem adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, esse tipo de material, a pena prevista é de um a quatro anos de prisão, podendo ser diminuído em

um ou dois terços, se a quantidade do material for pequena.

O projeto determina que a expressão "cena de sexo explícito ou pornográfica" compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas ou insinuadas, ou a "exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais".

CPI

A operação da PF ocorreu em parceria com a CPI da Pedofilia do Senado, que investiga crimes cibernéticos relacionados a crianças e adolescentes. O senador Magno Malta (PR-ES), presidente da comissão, disse acreditar que mais de 30 pedófilos sejam presos na operação da PF deflagrada ontem. "Você não prende um pedófilo simples, mas um indivíduo que espalhou essa pornografia em rede. Temos muito a comemorar nesse dia 18 em que se combate o abuso e a exploração de crianças e adolescentes", disse o senador.

ANEXO 12: Blitz e panfletagem marcam enfrentamento (Notícia) O Progresso de 20/05/2009

Abuso e Exploração ▼

Blitze e panfletagem marcam enfrentamento

“É necessário que se façam trabalhos desta natureza; o melhor método é a conscientização”, diz conselheiro

GLÓRIA DE DOURADOS - A Prefeitura de Glória de Dourados, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Sasc); Conselho Tutelar; CMDCA; Cras; Creas; Polícia Militar; Polícia Civil; Promotoria de Justiça; Vara da Infância e da Juventude e estudantes da Uniderp Interativa local realizaram, no último dia 18, blitze e panfletagens relacionadas ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O trabalho de conscientização sobre o assunto aconteceu nas duas redes de ensino, em seus respectivos turnos, com a efetiva participação de conselheiros tutelares, psicólogos, assistentes sociais, policiais militares e professores.

No último dia 18, dia de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, as blitze e panfletagens aconteceram em frente a Praça Castelo Branco; na Avenida Presidente Vargas, área central da cidade e também na Vila Industrial, onde participaram também o delegado de Polícia Civil Adilson Stiguiivitis de Lima; o promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira; policiais civis e os PMs Pantaleão e Elias que trabalharam na regulamentação das blitze, os demais atuaram



Equipe de Glória de Dourados que participou da ação contra a violência sexual

nas panfletagens.

A psicóloga da Sasc/Cras, Mary Anne Ermandes salienta que o trabalho de conscientização sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes parece não apresentar extrema repercussão, porém, é de significativa importância, pois, cada aluno, cada criança ou

“É necessário cuidarmos das nossas crianças e adolescentes”, diz Arceno

adulto, no seu mais profundo íntimo, no cerne, vai amadurecer ideias fantásticas em termos de colaboração e até mesmo, denunciar os abusos praticados por pessoas de má índole.

O conselheiro tutelar José

Reni Vaz alerta que, “é necessário que se façam trabalhos desta natureza, porque o melhor método a ser colocado em prática neste momento é a conscientização e, somente através dela é que teremos crianças e adolescentes mais esclarecidos e, ao mesmo tempo, adultos com maior grau de responsabilidade social perante a sociedade em que vivemos”, estabelece Vaz.

O prefeito Arceno Athas Júnior, que participou da blitz e panfletagens no centro da cidade, esclarece que “é necessário cuidarmos das nossas crianças e adolescentes, porque os tempos de hoje são diferentes dos tempos de ontem. O avanço tecnológico, principalmente a televisão e a

internet apresentam programas e sites acessíveis, que são verdadeiros instrumentos do perigo. Portanto, é necessário todo cuidado dos pais e daqueles que, cotidianamente, trabalham com o aprimoramento cultural e recreativo das nossas crianças e adolescentes”, dimensiona Athas.

Se você viu ou sabe de algum caso de abuso ou de exploração sexual de crianças e adolescentes, denuncie! Ligue para um desses telefones: (67) 3466-1132 (CT); 3466-1597 (PC); 3466-1701 (MP); 3466-1473 (Juiz da Infância e da Juventude); ou 190 (PM). Não deixe este crime ficar encoberto. Sua denúncia é fundamental e o seu nome será mantido em sigilo.

ANEXO 13: Ponta Porã se mobiliza no Dia do Enfrentamento (Notícia) O Progresso de 20/05/2009

Violência Sexual ▼

Ponta Porã se mobiliza no Dia do Enfrentamento

PONTA PORÃ - O Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – realizou uma ampla mobilização no Dia Nacional do Enfrentamento da Violência Sexual de Criança e Adolescente. Durante toda semana a equipe do Creas desenvolveu diversas atividades voltadas à sensibilização de toda comunidade, buscando reduzir o número de casos de violência sexual cometida as crianças e adolescentes.

Um dos principais objetivos das atividades foi a busca pela descentralização das atividades, levando à população dos bairros, periferia e zona rural, a forma de atendimento da equipe feita pelo Creas, objetivando despertar em toda sociedade a importância de denunciar os casos de abusos e violências praticados, muitas vezes na própria família.

A coordenadora do Creas em Ponta Porã, Vera Lúcia de Souza Almeida, disse que neste ano o cronograma de atividades voltadas para o dia nacional de mobilização do enfrentamento da violência sexual, priorizou atividades na periferia e zona rural.

“Realizamos panfletagem na região central, mas as atividades se concentraram nos bairros, para que estes moradores conheçam o trabalho desenvolvido pelo Creas no município e se envolvam no combate a este tipo de violência, por meio de denúncia” disse Vera Lúcia.

Ela lembrou ainda que houve um aumento no registro de casos de violência sexual praticado contra criança e adolescente, dados estes que comprovam um maior envolvimento da sociedade, quanto a denunciar os casos. “Estes números são negativos quanto aos casos registrados, mas con-

sideramos positivos, pois observamos o aumento no número de denúncias que auxiliam na identificação dos casos, fato pouco comum em anos anteriores”, explicou a coordenadora do Creas.

A programação na Semana de Enfrentamento da Violência Sexual de Criança e Adolescente, elaborada pela equipe em Ponta Porã, envolveu de forma efetiva instituições educacionais, alunos e professores, que participaram ativamente das atividades de panfletagem na região central e nos bairros, bem como na confecção de faixas e cartazes, demonstrando a indignação quanto a prática da violência em todos os setores da sociedade.

A atividade de maior concentração ocorreu na sexta-feira, no Assentamento Itamarati, em frente ao prédio da Agraer – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural –, através de panfletagem e orientação aos moradores sobre a necessidade do total envolvimento dos diversos segmentos da sociedade, igrejas, escolas, Ongs, associações de moradores e clubes de serviços, para que estejam denunciando os casos de agressão a criança e adolescente.

“A participação de toda comunidade é fundamental, para resolvermos este problema que atinge todo país. Ficamos felizes com a participação dos moradores dos bairros e na zona rural, que demonstrou a importância de descentralizar as ações e fortalecer a participação de toda sociedade na luta contra a violência sexual”, frisou Vera Lúcia.

O Creas em Ponta Porã conta com o Disk Denúncia, através dos telefones: 0800-647-4040 e 67-3431-7423, os nomes da pessoa responsável pelas denúncias são mantidos no mais completo sigilo.

ANEXO 14: MPE 'mira' lan houses de Corumbá (Reportagem) O Estado MS de 20/05/2009

INQUÉRITO

MPE 'mira' lan houses de Corumbá

Ministério vai investigar possível exposição de menores de idade a conteúdo proibido

Anahi Zurutuza

O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou ontem inquérito civil para apurar possíveis irregularidades na permanência de menores de idade em lan houses de Corumbá - município a 417 quilômetros a oeste de Campo Grande. Serão investigados 33 estabelecimentos da cidade. A investigação é de responsabilidade da promotora de Justiça, Lívia Carla Guadanhim Garcia.

O Conselho Tutelar de Corumbá e a Delegacia de Atendimento à Infância, à Juventude e ao Idoso (Daiji) são parceiras do Ministério Público na apuração de possíveis irregularidades como,

por exemplo, a permissão de crianças e adolescentes para entrar em sites de relacionamento ou páginas da internet com conteúdo proibido para menores de 18 anos.

De acordo com o delegado responsável pela Daiji, Emilton Zalla, tanto a delegacia quanto os conselheiros tutelares têm recebido diversas denúncias de problemas relacionados ao livre acesso de menores à internet. "Como nós estamos em uma cidade turística, de fronteira, e cuja uma das atividades econômicas em destaque é a pesca, nós enfrentamos aqui problemas com alienamento, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes. Hoje, todo mundo pode entrar na internet, e rede é usada como ferramenta para

atrair os menores para esse mundo", afirma.

DIFICULDADE

Zalla afirma ainda que a polícia tem dificuldade de

O Conselho Tutelar de Corumbá vai auxiliar o trabalho do MPE nas lan houses da cidade

identificar autores de crimes como pornografia infantil e pedofilia pela internet. "A legislação brasileira ~~ainda é~~ frágil e nosso Estado não

tem policiais especializados no assunto. Por isso, importantes ações como esta do Ministério Público como medida de prevenção. Nos recebemos casos aqui e que depois das oitivas (coleta de depoimentos) descobrimos que a vítima só tinha acesso à internet em lan houses. O problema é que esses locais não são vigiados", diz.

O delegado explica que não tem dados do número de denúncias que recebe em Corumbá. Mas, segundo ele, com base nos dados da Organização Não-Governamental (Ong) Safernet Brasil, a Central Nacional de Crimes Cibernéticos, em 2008, recebeu 91.038 denúncias sobre crimes virtuais, sendo que ~~57,57% ou 53% delas tratava~~ se de pornografia infantil.

DENÚNCIAS

Neste ano, de 1º de abril a 1º de maio, foram 1.440 denúncias recebidas na central, 1.115 eram de crimes contra a criança na internet. Uma pesquisa realizada pela Safernet com 1.400 crianças e adolescentes com idade entre 10 e 15 anos, revela que 87% delas não têm restrições para usar a internet e que 53% afirmam que já tiveram contato com conteúdos que consideram impróprios para sua idade.

A promotora que instaurou os inquéritos, Lívia Carla Guadanhim Garcia, foi proeurada para comentar o assunto, mas preferiu não dar entrevista "para não ~~atrasar~~ o andamento dos inquéritos".

ANEXO 15: Jardim realiza passeata contra violência sexual (Notícia)
O Progresso de 21/05/2009

Crianças e jovens ▼

Jardim realiza passeata contra violência sexual

Paulo Abílio/Divulgação

JARDIM - O Creas - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - em Jardim, coordenado pela professora Marisa Rita Zamora, promoveu uma blitz educativa e uma passeata saindo da Estação Rodoviária Deolindo Peixoto em direção à Praça Getúlio Vargas, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual.

Segundo o Grupo Esperança, composto por pessoas que fazem parte do Curso de Capacitação dos Direitos da Criança e do Adolescente em Jardim, e idealizadores do referido evento, a blitz e a passeata têm como objetivo sensibilizar a população para um assunto que vem se tornando frequente na mídia e tem como foco, crianças e adolescentes que acabam se tornando vítimas de abuso e exploração sexual.

Com apoio da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, fizeram parte da passeata integrantes dos programas sociais atendidos pela Gerência de Assistência Social (Geas), como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Pró-Jovem, Conviver, Projeto Farda (Patrulha Mirim, Patrulha Florestinha e Bombeiros do Amanhã), Gerência de Saúde, Peti Nossa Gente e Casa do Garoto e acadêmicos



Passeata e blitz mobilizam dezenas de pessoas em Jardim

jardinenses.

A data de 18 de maio foi escolhida porque neste mesmo dia, em 1973, Araceli Cabrera Sanches, uma menina de oito anos foi sequestrada, drogada, espancada, estuprada e assassinada por filhos da alta sociedade de Vitória, no Espírito Santo. O caso, que comoveu todo o país permaneceu impune.

**ANEXO 16: Taquarussu discute a violência sexual (Notícia)
O Progresso de 21/05/2009**

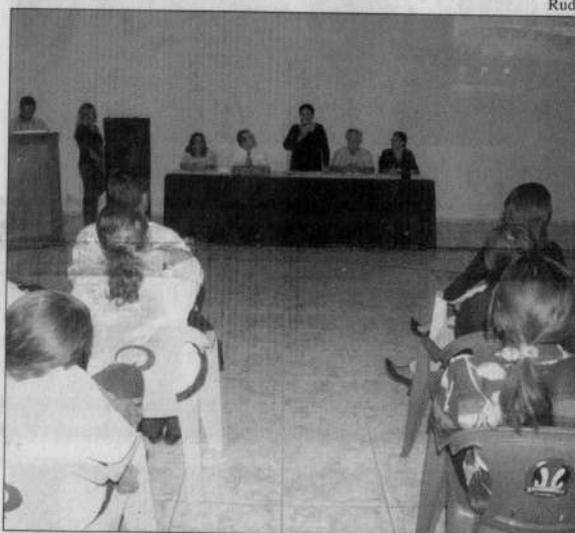
Adolescente

Taquarussu discute a violência sexual

TAQUARUSSU - O Centro de Referência da Assistência Social (Cras), com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Prefeitura Municipal, realizou o Projeto Educa-Ação, alusivo ao Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O projeto informa os sintomas demonstrados por crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual, além de fornecer momento de reflexão sobre as consequências físicas e psicológicas, prevenir e divulgar o Dia de Combate ao Abuso e a Exploração, conscientizar a respeito dos tipos de violação dos direitos da criança e adolescente e as penas atribuídas para cada violação.

Na ocasião, duas palestras foram proferidas: uma com o promotor de Justiça Oscar Almeida Bessa Filho que abordou "Os aspectos Legais Contra Abuso Sexual" e outra com a coordenadora do Creas, Débora Fernandes Barbosa,



Rudy

Prefeita Vera participou dos debates sobre enfrentamento

que falou sobre a "Violência Sexual, a visão da criança e a responsabilidade do adulto".

Segundo a coordenadora do evento, a psicóloga Amanda Bachiega, a palestra ajudará no combate à violência contra as crianças e aos adolescentes à medida que explica a eles próprios ou aos seus responsáveis o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

"Esperamos que todos tenham colhido informações referentes ao que é a violência sexual e suas variações, e que atitudes tomar diante de atos desse tipo", frisou Amanda.

O evento também contou com uma apresentação de abertura do projeto realizada pelos integrantes do Peti, que foi coordenado pelo instrutor de dança Fagner Saul.

ANEXO 17: Délia quer criar 2º Conselho Tutelar (Notícia) O Progresso de 21/05/2009

Câmara

Délia quer criar 2º Conselho Tutelar

Vereadora apresenta na Câmara Municipal a proposta para criar mais um Conselho Tutelar em Dourados

DOURADOS - A vereadora Délia Razuk (PMDB) entrou com um pedido na Câmara de Vereadores de Dourados para que seja implantado no município mais um Conselho Tutelar. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a estimativa populacional do município o obriga à implantação de mais um Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar é um órgão público que tem por finalidade tomar conhecimento de fatos que caracterizam ameaça e violação dos direitos da criança e adolescente, para adotar procedimentos legais previstas nas legislações vigentes.

Em Dourados, o órgão se encontra com uma equipe considerada pequena em relação à grande demanda de casos de violência contra a criança e o adolescente que ocorrem diariamente na cidade. Existe apenas um carro, em péssimo estado de conservação, e cinco conselheiros, como informou Eliane Oliveira Brito, uma das conselheiras. "Hoje é o que mais se pede em nossa cidade em relação à segurança e prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Nunca tivemos uma política que nos apoiasse, é muito importante a preocupação da vereadora", disse Eliane.

A falta de efetivo e qualidade nas condições de serviços do Conselho Tutelar prejudica a fiscalização dos crimes contra menores. Segundo dados levantados pelo Centro de Referência Especializado de

Assistência Social (Creas), antes chamado de Sentinela - o número de violência contra crianças e adolescentes vem crescendo no município.

De janeiro de 2009 até o início do mês de maio foram registrados 703 casos de abusos, estupro e exploração sexual contra meninos e meninas. "O Conselho realiza um trabalho primordial no atendimento das crianças e adolescentes e estes são mercedores de benefícios que ora estamos propondo, atendendo as necessidades da população de Dourados e de toda região", relatou a vereadora.

Ela lembra, ainda, que o Estatuto da Criança e do Adolescente rompeu com a doutrina anteriormente preconizada pelo Código de Menores, deixando a criança e o adolescente de serem objetos de direito, sendo-lhes assegurados todos os direitos fundamentais e outros especiais, em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Além de trabalhar pela criação de um segundo Conselho Tutelar, a vereadora Délia Razuk também está fazendo gestão junto ao poder público municipal para retomar os convênios com o Poder Judiciário, permitindo assim que a Vara de Infância e da Juventude possa reativar a fiscalização que era feita pelos Fiscais do Juizado de Menores. "Este trabalho, que era feito pelo corpo de Comissariado de Menores, precisa ser retomado pela Vara de Infância e da Juventude e estamos levando ao prefeito Ari Artuzi nossa preocupação

com a necessidade de renovar estes convênios o mais breve possível", enfatizou a vereadora.

PORTARIA

A vereadora Délia Razuk lembra que um segundo Conselho Tutelar em Dourados seria fundamental para ajudar no cumprimento da Portaria 001/2007, baixada pelo juiz Zaloar Murat Martins de Souza, da Vara de Infância e da Juventude, para disciplinar a presença de menores de idade em locais de diversão. "A portaria tem 41 artigos, a começar pelo que define que as crianças e adolescentes podem ingressar em espetáculos classificados como adequados à sua idade", lembra a vereadora. "No entanto, é impossível aplicar as regras porque a fiscalização é impossível de ser feita com apenas um Conselho Tutelar atuando em Dourados", argumenta Délia Razuk.

Na avaliação da vereadora, com a fiscalização deficiente não é possível saber, por exemplo, se os promotores de eventos estão cumprindo o Art. 3º da portaria, que determina o cadastro na Prefeitura, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil, através dos respectivos alvarás, bem como cópia de ofício comunicando data e horário do evento à Polícia Militar. "Além disso, o Art. 37 da portaria define que a fiscalização de eventos será exercida pela segurança da entidade, dos promotores do evento, Polícia Militar, Conselho Tutelar e Fiscais do Juízo da Infância e da Juventude, ou seja, fica patente, mais uma vez, a necessidade de criar um segundo Conselho em Dourados para atender as exigências da lei", finaliza a vereadora.



Vereadora Délia Razuk chama a atenção para o Estatuto da Criança e do Adolescente

Délia diz que 2º Conselho é importante para atender necessidade da população

ANEXO 18: Preso idoso suspeito de abuso sexual (Notícia) O Estado MS de 23/05/2009

Preso idoso suspeito de abuso sexual

Polícia de Coxim prendeu homem de 68 anos que teria abusado de 100 adolescent

Luisa Amorim

Pelo menos 100 adolescentes entre 12 e 16 anos podem ter sido vítimas de abuso sexual praticado por Ornélio Fagundes, 68 anos. A informação é da delegada Sandra Regina Simão de Brito, titular da Delegacia da Mulher da cidade de Coxim - a 251 quilômetros de Campo Grande. O idoso é suspeito de ter abusado sexualmente das garotas e de realizar orgias. A prisão foi feita na tarde de quinta-feira (21) e ele permanece na Cadeia Pública de Coxim. Fagundes é pecuarista e pertence a uma família conhecida na cidade. A prisão ocorreu às 17 horas em sua residência, localizada na Rua Presidente Castelo Branco, 491, no Bairro Flávio Garcia.

No local onde o idoso foi preso, a polícia encontrou máquinas fotográficas, caderno com nomes e telefones, munições calibre 16 e 38, fotografias de adolescentes e recibos e notas promissórias assinadas pelas jovens. Além disso, também foram encontradas fotos das meninas com quem provavelmente ele mantinha contato, preservativos e um aparelho usado para aumentar o ór-



Os materiais que, segundo a polícia, foram apreendidos na residência do idoso suspeito de abuso

ção sexual masculino. Ele foi preso suspeito de "submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual", conforme o artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CHANTAGEM

"Nós presumimos que as notas promissórias encontradas eram de dívidas que as adolescentes tinham com ele. Ele comprava uma calça, por exemplo, e anotava o valor.

Alas tinham que pagar de alguma forma", explica a delegada Sandra Regina Simão de Brito. Fagundes, no entanto, negou as acusações durante depoimento. "Todos os materiais encontrados foram encaminhados à perícia e a previsão é que o laudo seja liberado na próxima semana", diz Sandra.

Ela afirma que Fagundes ainda não foi questionado sobre os nomes encontrados nos cadernos e agendas. Segundo Sandra, o Conselho

Tutelar vai trabalhar na localização das adolescentes. "Acreditamos que oram cerca de cem meninas envolvidas. Para ele, aos 17 anos a garota já era considerada 'idosa'. Até agora ouvimos oito meninas e cada uma delas passou mais nomes. Na verdade, ele tinha contato com muitas. O Conselho (Tutelar) está indo atrás, mas é possível que não encontremos todas elas", diz a delegada. Os depoimentos das garotas envolvidas no caso estão sendo

prestados na Delegacia da Mulher de Coxim.

PAGAMENTO

Segundo informações da polícia, cada vez que as adolescentes concordavam em manter relações com o idoso, ele fazia "algum tipo de pagamento". Para umas era feito em dinheiro e para outras em roupas, cosméticos ou outras mercadorias. Segundo depoimentos das adolescentes, Fagundes oferecia entre R\$ 20 e R\$ 30 para que elas mantivessem relações sexuais com ele. A delegada Sandra afirmou que o suspeito já estava sendo investigado desde o mês de fevereiro, após denúncias feitas pelas mães de algumas das garotas.

Algumas adolescentes confirmaram as orgias e as relações sexuais. No entanto, segundo a delegada, todas negaram o uso de violência. "Ele era o bonzinho, dava carona pra todo mundo, levava ao médico, a benzedeiras, à farmácia, pagava lanches, levava em festas, lanchonetes. Nada era mediante violência e as meninas não eram obrigadas a fazer nada, eram convencidas", explica. Ainda segundo ela, as garotas viviam na periferia da cidade.

Sheila Forato/Edição MS

Juizado fará arrastões nas noites

Medida visa à fiscalização em ambientes noturnos para coibir abuso e exploração de criança e adolescente

Flávio Verão

DOURADOS – Fiscais do Juízo vão “endurecer” com a fiscalização no centro e bairros da cidade. A ação ostensiva

cumprirá determinação do juiz da Vara da Infância e Juventude de Dourados, Zaluar Murat Martins, que pede rigor na fiscalização junto a

bares, lan houses, hotéis, motéis, casas noturnas e similares, com o objetivo de coibir e também checar denúncias de

abuso e exploração de criança e adolescente.

O juizado firmou convênio com a Prefeitura de Dourados para subsidiar a manutenção dos dois veículos, que vão percorrer diferentes

locais que concentram jovens durante a noite. Os trabalhos sempre são acompanhados pela Polícia Militar. A Vara da Infância e da Juventude conta com 20 fiscais.

Além da exploração e abuso, outra preocupação da Justiça é quanto ao consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens que saem noite afora, conduzindo

A fiscalização feita pelo Juizado é acompanhada por Policiais Militares

o carro da família, muitas vezes sem Habilitação e, inclusive, com a permissão dos pais. Zaluar lembra que é preciso

apoio dos familiares para que a ação da polícia e justiça tenha efeito moral junto à sociedade.

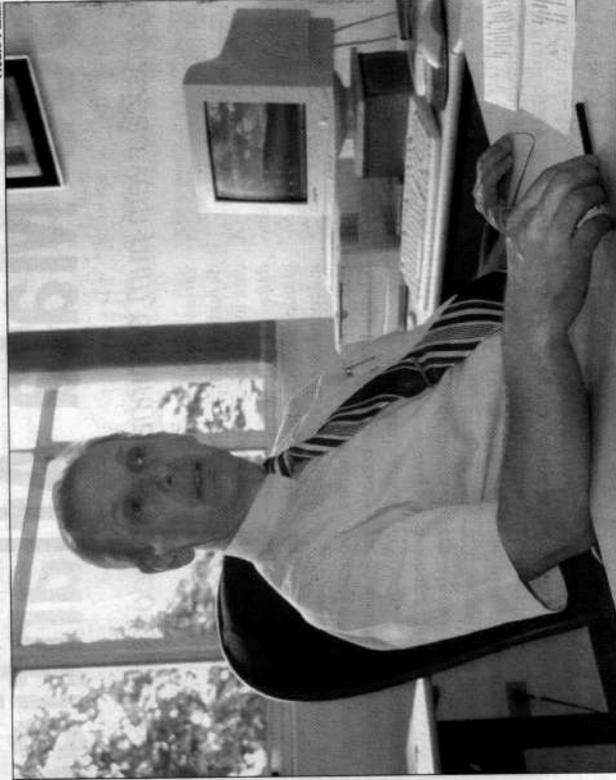
Pátios dos auto-postos também são locais que podem receber a visita dos fiscais.

Quando esse tipo de fiscalização acontece, todos os caminhões e carretas estacionadas passam por vistorias.

PROMOTERS

O juiz Zaluar comunica ainda que não irá mais fornecer o alvará judicial para a frequência de menores de 16 anos nos eventos, sem que o pedido esteja acompanhado de um exemplar de convite ou ingresso, em que esteja inserida a faixa etária autorizada, em tarja de espessura nunca inferior a 10% da altura do convite.

A exigência é uma obrigatoriedade da portaria 001/2007. Segundo o juiz, os promotores estariam descumprindo a medida, mas a partir de agora, se eles não adotarem a portaria, não vão receber o alvará judicial.



Juiz Zaluar quer coibir denúncias de abuso e exploração de criança e adolescente

ANEXO 20: Idoso é denunciado por abuso sexual (Reportagem)
O Estado MS de 23/06/2009

Idoso é denunciado por abuso sexual

MPE acatou denúncia contra homem de 68 anos, acusado de ter abusado de sete garotas

Anahí Zurutuza

O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou ontem o pecuarista Ornélio Fagundes, de 68 anos, acusado de abusar sexualmente de sete meninas com idade entre 12 e 16 anos, em Coxim - município a 251 quilômetros a norte de Campo Grande. A denúncia foi feita pelo promotor de Justiça, Luiz Antônio Freitas de Almeida, que acusa Fagundes dos crimes de exploração sexual, estupro, atentado violento ao pudor com violência presumida e corrupção de menores.

A representação é baseada na conclusão da investigação policial desenvolvida pela Delegacia de Proteção à Mulher do Município, desde fevereiro deste ano, após uma denúncia anônima feita ao Conselho Tutelar da cidade. O idoso foi preso no dia 22 de maio acusado de praticar orgias em sua casa com as garotas. Ele oferecia refeições e dava presentes às adolescentes em troca de sexo. A Polícia Civil suspeita que, pelo menos, 100 meninas tenham sido vítimas do pecuarista, entretanto, somente as sete que fazem parte do processo confirmaram o abuso.

No dia da prisão, na casa do idoso foram encontrados vários objetos como máquinas fotográficas, um caderno com nomes e telefones, munições (calibre 16 e 38) e recibos e notas promissórias assinadas por adolescentes. A polícia acredita que as notas eram usadas para chantagear as garotas, que tinham de pagar pelos presentes que ele "dava" a elas.

Os policiais encontraram ainda várias fotos de meni-

Segundo a Polícia Civil, a suspeita é de que 100 jovens teriam sido vítimas de abuso sexual por parte do idoso

nas com quem, provavelmente, Fagundes mantinha contato, preservativos e uma válvula de sucção peniana, cuja função é aumentar o pênis. O pecuarista foi ainda denunciado por "coação no curso do processo", pois teria ameaçado a mãe de uma das vítimas que o acusou. Ele responderá o processo em liberdade, pois o Tribunal de Justiça (TJ) concedeu habeas-corpus.

OUTROS CASOS

De janeiro a abril deste ano, foram registradas cerca de 2 mil denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul. Entre os casos mais recentes estão o de um homem de 47 anos que teria molestado uma menina de 4 anos em Dourados - distante 228 quilômetros ao sul de Campo Grande. A prisão ocorreu no dia 12 de abril.

No dia 8 do mesmo mês, a Polícia Militar (PM) prendeu um homem de 30 anos suspeito de estupro contra a ex-enteada de 12 anos, em Bandeirantes, a 71 quilômetros ao norte da Capital. De acordo com a PM, o suspeito foi até a casa da ex-companheira para tentar reatar o casamento, quando viu apenas a menina no local. Levou a ex-enteada para sua residência e praticou o crime. A jovem foi submetida a exame de corpo de delito que comprovou o estupro.

No dia 4 de março, um homem de 53 anos foi preso em flagrante sob a acusação de violência sexual contra sua sobrinha de 6 anos, em Bandeirantes. A menina foi submetida a exame de corpo de delito, que confirmou as agressões. O suspeito foi detido por ameaça, atentado violento ao pudor e estupro.

Também no interior do Estado, a Delegacia de Atendimento à Infância, Juventude e ao Idoso (Daiji) de Dourados, investiga a denúncia de que um idoso de 80 anos teria tentado violentar a própria neta de apenas três anos de idade. O fato aconteceu na tarde no dia 28 de

março, na Vila Cachoeirinha. O idoso foi ouvido e liberado em seguida. Ele negou que tenha molestado a neta.

SERVIÇO - Denúncias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes devem ser feitas pelo número 100 ou pelo 0800-6471322.

ANEXO 21: A legalização da prostituição infantil (Artigo) O Estado MS de 27/06/2009

A legalização da prostituição infantil

Em decisão publicada na semana passada, o STJ deixou estarecida a comunidade dos defensores dos direitos de crianças e adolescentes de todo o Brasil, ao confirmar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, absolvendo dois indivíduos acusados do crime de exploração sexual, praticado contra três meninas com idade entre 12 e 14 anos de idade, por considerar que as garotas já eram prostituídas, mas ressaltou que a responsabilidade penal dos acusados seria grave caso fossem eles que tivessem iniciado as atividades de prostituição das vítimas, nos fazendo concluir, que apenas o primeiro a utilizar-se dos "serviços" sexuais pode ser punido, os demais não.

O caso envolve pessoas de notoriedade pública, e causa perplexidade por suas implicações e seus graves reflexos sociais.

Atuei como promotora de Justiça na instrução direta dos processos no âmbito criminal e no âmbito cível protetivo, e posso assegurar que a forma de ingresso na prostituição destas meninas foi a mesma de tantas outras, que seduzidas pela ideia de comprar um sapato novo, ou um simples vidro de xampu para alisar cabelos, acaba por vender o corpo por poucos trocados, uma vez que alguém no círculo familiar já o violou primeiro.

Uma delas, entretanto, teve a peculiar história de ter "estreado" sua vida sexual por iniciativa da própria mãe, que a "deu" como prova de amor ao namorado.

Nem a decretação da prisão dessa mãe que se encontra foragida até hoje, nem tão pouco as inócuas tentativas do sistema de garantia de direitos utilizada pela Vara da Infância e Juventude, para assegurar a essas meninas uma vida saudável e longe da prostituição, foi capaz de trazer-lhes alguma perspectiva de dignidade.

Sinto-me muito à vontade para afirmar que, essas meninas, como tantas outras, já têm seu futuro selado por um sistema que não só propõe à descriminalização de qualquer conduta de adultos que usem o seu corpo, como também as acusa de já estarem prostituídas.

O que ocorreu no caso em tela foi um total desprezo à doutrina da proteção integral preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, em um julgamento focado apenas em antigos conceitos do sexagenário Código Penal.

Imperativo ressaltar, que o espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente, visa salvaguardar os interesses e fins sociais a serem atingidos pela norma, que no caso é o respeito à integridade física e psíquica das crianças e adolescentes, que restou soterrado pelos argumentos apresentados naquela decisão.

O caso está a demandar atenção inclusive de organismos internacionais de proteção e direitos humanos, por suas inevitáveis implicações no turismo sexual, não sendo possível aceitar que um País que tem como uma de suas chagas abertas o turismo sexual infantil, inobstante todo esforço do próprio Governo federal em coibir tal prática, tenha agora a decisão de uma das mais altas cortes, praticamente a endossar esta conduta nefasta.

A manipulação da vontade dessa criança que cedo já se prostitui através da perpetuação da prostituição, com pagamentos, roupas, ou até mesmo um vidro de xampu, é a real submissão à exploração sexual que a LEI tanto visa coibir, uma vez que na prática, é quase impossível precisar-se em que momento essa criança ou adolescente ingressou na prostituição, pois a partir desse momento, segundo a decisão, por já estar corrompida, é uma CAUSA DE EXCLUDENTE DE ILICITUDE AMBULANTE!

Essas meninas NÃO dispõem de sua liberdade sexual! Não são prostitutas adultas que podem pela própria condição biológica e psíquica, exercerem um juízo de valor sobre sua condição! São vítimas de um sistema que as exclui, abandona e massacra, para depois julgá-las e classificá-las apenas como objeto do uso e exploração dos prazeres de adultos que tristemente amparam suas disfunções psíquicas através da lascívia de corpos frágeis que lhes transmitam a segurança que não encontram em suas vidas privadas.

O Ministério Público Estadual aguarda agora, a manifestação final do STF - Supremo Tribunal Federal sobre o caso, na expectativa de que seja reconhecida relevância constitucional para sua apreciação amíde e atenta aos olhos de toda a sociedade.

Enquanto isso não ocorre, é importante que a sociedade reflita, discuta e decida que tipo de futuro quer construir para seus filhos.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA, PROCURADORA DE JUSTIÇA

ANEXO 22: 'Absolvição de Zequinha é retrocesso' (Reportagem)
O Estado MS de 27/06/2009

EXPLORAÇÃO SEXUAL

'Absolvição de Zequinha é retrocesso'

Senadora Patrícia Saboya (PDT/CE) chama de absurda decisão tomada pelo STJ

Lucia Morel

A senadora Patrícia Saboya (PDT/CE) classificou como "absurda" a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que absolveu o ex-atleta José Luiz Barbosa, o Zequinha Barbosa, e o assessor Luiz Eduardo Flores da acusação de exploração sexual. A parlamentar presidiu entre junho de 2003 e julho de 2004 a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual e um dos casos investigados foi o de Zequinha, que à época acabava de ser acusado do crime e em novembro de 2004 foi condenado a cinco anos de reclusão. "Considero essa decisão um retrocesso, tanto para a justiça quanto para a sociedade. É como retroceder milhões e milhões de anos. Foi uma decisão tão absurda que não levou em conta a idade dessas garotas. Adolescente não é prostituta, elas são vítimas de exploração".

A acusação contra o esportista e o seu secretário ocorreu depois de denúncia de que ambos teriam contratado o serviço de três adolescentes em Campo Grande e levado as garotas a um motel. O valor pago às meninas teria sido de R\$ 80 para duas delas e R\$ 60 para outra. Os dois confirmaram que teriam contratado o serviço das garotas, mas que não teriam reconhecido que seriam menores de idade. "Com a decisão do STJ, abre-se precedente para que casos semelhantes não sejam considerados crimes. Isso é horrível, porque, quer dizer que agora, apenas por não ser virgem, uma garota ou mulher pode sofrer qualquer tipo de abuso? E as pessoas



Patrícia Saboya presidiu a CPI da Exploração Sexual e teme que a decisão abra precedentes

que cometem o abuso, não serão mais punidas?", indaga a senadora.

A parlamentar ainda afirmou que está indignada e que não sabe o que pode ter passado pela cabeça dos magistrados do tribunal para tomarem tal decisão. No entanto, ela garantiu que são fatos como esse que alimentam a luta contra a impunidade. "Isso me anima e deve animar também a todos que lutam contra a exploração sexual e a pedofilia, porque a partir de agora quem é contrário à decisão deve se unir para pôr fim a essa barbaridade", afirma.

Ela defende ainda a punição dos acusados e manutenção de um movimento nacional que lute contra esse tipo de crime. "Temos de levantar um movimento que defenda os direitos dessas crianças. Temos de fazer a sociedade se mobilizar e punir quem explora crianças e adolescentes".

RECURSO

A Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul (PGJ) entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a anulação da decisão do STJ. O pedido de recurso foi interposto pela procuradoria na mesma época em que o STJ foi acionado para julgar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/MS), que também havia absolvido os acusados. Segundo a PGE, como a decisão foi contrária à condenação, o recurso deu entrada automaticamente.

Zequinha, depois de ser condenado a cinco anos de reclusão e seu assessor a sete anos, foram absolvidos com base na decisão proferida TJ/MS. O MPE recorreu pelo STJ, que então preferiu sen-

tença contrária à condenação.

O entendimento do tribunal federal foi de que "o cliente ou usuário de serviço oferecido por prostituta não se enquadra no crime de exploração sexual". Além disso, a decisão também se baseou no fato de que as garotas seriam "reconhecidamente prostitutas".

O único crime que Zequinha e Luiz Flores ainda respondem é o de "adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro, que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente". Esse crime é passível de pena de reclusão, que varia de dois a seis anos.

E-mail para esta editoria:
cidades@oestadoms.com.br

ANEXO 23: Dourados combate a exploração infantil (Notícia) O Progresso de 04/07/2009

Mobilização ▼

Dourados combate a exploração infantil

Entidades de proteção à criança e adolescente estão em campanha contra a violência e abuso sexual

Flávio Verão

DOURADOS – O combate à violência e à exploração sexual de criança e adolescente mobiliza entidades de assistência social e segurança de Dourados. Ontem à tarde, panfletagem com materiais educativos foi distribuído nas principais ruas do centro da cidade.

As atividades são em alusão ao "Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes", em 29 de junho, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social com o apoio da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems) e da Comissão Municipal de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Comcex).

A panfletagem foi concentrada na Praça Antônio de João. De lá, equipes ligadas

ao Comcex percorreram a região do comércio para fazer intervenção. No sinalero os condutores foram abordados e receberam orientações das equipes. As atividades foram acompanhadas pela Guarda Municipal e Polícia Militar.

Após o ato público a campanha continuou na Câmara Municipal de Dourados. À noite foram realizadas apresentações culturais e palestra com a secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha.

De acordo com a secretária de assistência social do município, Itaciana Santiago, a mobilização tem como objetivo mostrar à sociedade que os problemas existem e que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deve ser cumprido.

Itaciana acompanhou os programas de enfrentamento



Hedio Fazan

Combate à violência começou na tarde ontem com panfletagem nas ruas de Dourados

ao combate à violência infantil desde a implantação do Sentinela, em julho de 2001, que atualmente é denominado como Centro de Referência de Assistência Social (Creas). Ela lembra que um ano antes de implantar o programa, uma pesquisa realizada com o Conselho Tutelar registrou

apenas 34 denúncias. Um ano depois os casos triplicaram. "As pessoas passaram a procurar o Conselho e os programas voltados à criança e adolescente. Fizemos campanhas e isso ajudou a conscientizar a população", lembra a secretária de Assistência Social.

Estatísticas do Creas, de

da mesma idade.

Na faixa etária de sete a 14 anos foram 11 registros contra meninas e três de meninos. De 15 a 17 anos, a violência sexual foi contra pessoas do sexo feminino, totalizando quatro ocorrências. Denúncias de violência contra crianças podem ser feitas gratuitamente pelo telefone 0800 647 0444.

PROGRAMAÇÃO

Hoje de manhã as atividades do Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente prosseguem com palestra da representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Valéria Gonnelli. À tarde, os trabalhos serão coordenados por Maria Sueli Nogueira, coordenadora do Núcleo de Prevenção à Violência. Dentro da programação também estão previstas mesas redondas com representantes dos ministérios da Justiça e Saúde e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

ANEXO 24: Dourados discute exploração sexual (Notícia) O Progresso de 06/07/2009



Seminário foi promovido pela Secretaria de Assistência Social

DOURADOS - Dois dias de muita discussão, marcaram o Seminário Municipal de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado pela Prefeitura de Dourados através da Secretaria de Assistência Social. O evento foi viabiliza-

Estas discussões reforçam o valor do "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", comemorado em dia 18 de maio, mas que tem sido estendido em Dourados com uma série de atividades. Além do ato público na última sexta-feira, com a distribuição de panfletos em vários pontos da cidade como forma de alerta e do seminário na sexta e sábado na Câmara de Vereadores, a cidade já promoveu palestras, discussões e mesas redondas. As atividades têm mobilizado centenas de profissionais que atuam na defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, como informou

po de prevenção aos núcleos familiares, sobre este tipo de crime que infelizmente tem crescido muito no País. Estas discussões reforçam o valor do "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", comemorado em dia 18 de maio, mas que tem sido estendido em Dourados com uma série de atividades. Além do ato público na última sexta-feira, com a distribuição de panfletos em vários pontos da cidade como forma de alerta e do seminário na sexta e sábado na Câmara de Vereadores, a cidade já promoveu palestras, discussões e mesas redondas. As atividades têm mobilizado centenas de profissionais que atuam na defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, como informou

a secretária municipal de Assistência Social, Itaciana Pires Santiago.

TABUS

De acordo com a representante do departamento de Proteção Social e Especial do MDS, Valéria Gonelli, o trabalho mais difícil é consnet, funciona em consonância com a Lei. Esse limite entre o legal e o ilegal, dificulta muito o enfrentamento deste tipo de crime", esclareceu.

A secretária de Assistência Social de Dourados, disse que é preciso uma mobilização integral contra o problema. "Nós precisamos atingir a sociedade de forma geral, fortalecendo a articulação territorial entre os diversos atores sociais e as políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração. Só assim é que vamos ter poder de atuação em coibir este tipo de crime contra nossos menores", adverte.

nimento são um espaço legal, ou seja, estamos tratando com "homens de bem". A rede hoteleira, os provedores de Internet, funciona em consonância com a Lei. Esse limite entre o legal e o ilegal, dificulta muito o enfrentamento deste tipo de crime", esclareceu.

A secretária de Assistência Social de Dourados, disse que é preciso uma mobilização integral contra o problema. "Nós precisamos atingir a sociedade de forma geral, fortalecendo a articulação territorial entre os diversos atores sociais e as políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração. Só assim é que vamos ter poder de atuação em coibir este tipo de crime contra nossos menores", adverte.

ANEXO 25: Estuprar pode – fotografar não? (Artigo) O Progresso de 09/07/2009

Estuprar pode - fotografar não?

Manoel Marques Cardoso*



Fiquei indignado com o que li na Folha de São Paulo e no site Douradosagora, falando sobre a contratação verbal dos serviços sexuais de duas meninas,

uma de 13 e outra de 14 anos, pelos ilustres senhores Zequinha Barbosa e Luiz O. F. da Anunciação.

Pelo que foi retratado pela deputada e pedagoga Maria do Rosário Nunes, Uma das meninas foi oferecida ao amante da mãe como demonstração de amor pelo indivíduo que a seviçou e a humilhou a ponto dela, garota, abandonar o lar e ir morar nas ruas.

Pela atitude tomada, a menina demonstrou ter, ainda, algum caráter.

Nas ruas, conheceu uma outra adolescente que iniciou na prostituição em troca de um vidro de shampoo. Ambas num ponto de ônibus foram convidadas pelos ilustres atores, para fazer um programa, mediante o pagamento de R\$. 80,00 cada uma.

Neste exato momento ouve um contrato verbal, que no meu entender é nulo de pleno direito, uma vez que as mesmas não têm idade para contratar nada, nem de direito nem de fato. Portanto, a coisa nasceu dentro de uma flagrante ilegalidade.

Negocio feito, levaram as meninas para um motel, onde elas cumpriram seu papel com desen-

voltura mediocre, uma vez que são inexperientes na função que se propuseram exercer. Possivelmente os contratantes adultos e com alguma tara mal resolvida, agrediram as meninas que com um bom papo acabaram deixando-se fotografar em posições pouco recomendáveis, desnudas em poses pornográficas, o que por si só caracteriza a índole dos contratantes.

Elas foram contratadas para determinado serviço, no meio do período contratado mudaram o roteiro, incluindo pancadaria e depois fotos pornográficas, ou vice versa, o importante é que as mesmas cumpriram seu papel diante de dois marmanjos que pelos acontecimentos precisam mais de psiquiatras do que de prostitutas.

Nesse roteiro todo, tivemos a decisão judicial que achou normal a contratação de serviços sexuais de duas crianças, com complementos brutais, próprios de dois monstros travestidos de gente, condenando apenas o fato de terem fotografado as meninas desnudas. Escrevendo este artigo, abro a Ilustrada da Folha de S. Paulo e dou de cara com uma matéria de lavra do respeitado psiquiatra Contardo Caligaris, sobre o mesmo fato, que escreve o seguinte:

O tribunal considerou inocentes os Srs. Zequinha e Luis porque não foram eles que iniciaram as meninas (desvirginaram-nas), portanto, eles não têm culpa por terem praticado sexo com menores de 18 anos, mas foram condenados por tirar fotos pornográficas. Caligaris faz uma comparação que de tão óbvia, chega a ser ululante, então não é crime estuprar quem já foi estuprada; Assaltar

alguém que já foi assaltado; Não é proibido dar trabalho a menores de idade que pedem esmolas nos faróis, afinal exerceram alguma atividade, e esmolar não deixa de ser uma atividade comercial, trocar miséria absoluta por uns trocados.

Penso que os cidadãos mencionados têm algum problema sexual mal resolvido, deveriam procurar prostitutas profissionais, com quem possivelmente tenham algum problema de desempenho, até porque, criança não sabe se o sujeito tem ou não problemas dessa ordem. Se esses marmanjos pusilânimes, ficarem impunes, exploradores da miséria que campeia este país do bolsa família, de onde se originam essas meninas, teremos um precedente extremamente perigoso e flagrante desrespeito ao artigo 244-A do ECA., submetendo crianças à mais humilhante condição, pela mesquinhez dessa política viciada e corrupta vigente neste país, cujos atores fazem nas casas legislativas verdadeiros bacanais, com direito a espezinhar os mais elementares princípios da ética e moralidade que se espera deles, parlamentares.

Esse macabro caso vai agora para o Supremo Tribunal Federal, com a nossa torcida para que caia nas mãos do Ministro Joaquim Barbosa que pelas origens, saberá o preço que essas crianças vão pagar pela vida ultrajante em que foram jogadas, ficando marcadas em suas mentes, seus corpos e corações.

* Manoel Marques Cardoso
Economista/empresário e mail
manoelmarquescardoso@hotmail.com

ANEXO 26: Escândalo sexual abala gabinete de Nicolas Sarkozy (Notícia)
O Estado MS de 09/10/2009

GOVERNO-FRANÇA

Escândalo sexual abala gabinete de Nicolas Sarkozy

• O ministro da Cultura da França, Frederic Mitterrand, afirmou ontem que não renunciará ao cargo que ocupa por ter afirmado, em um livro de sua autoria, que pagou a meninos na Tailândia para ter relações sexuais.

As revelações foram feitas em "La mauvaise vie" ("A vida má", em tradução livre), publicado em 2005, e voltaram à cena após Mitterrand ter defendido fortemente o cineasta Roman Polanski, preso mês passado na Suíça e que enfrenta processo de extradição para os EUA, onde é acusado por ter estuprado uma menor de idade.

Na obra, o ministro - que é sobrinho do presidente François Mitterrand (1981-95) e assumiu o cargo em junho - descreve em detalhes os bordéis de Bancoc e a liberdade e a alegria que sentia ao pagar a meninos por sexo. Ele também afirma que sua atração por jovens garotos de programa não diminuía nessas ocasiões, apesar de ter conhecimento "dos detalhes sórdidos desse tráfico".

As afirmações fizeram com que Mitterrand, 62, passasse a sofrer pressão

de partidos tanto da esquerda quanto da direita - que o acusam de apologia ao turismo sexual - para renunciar ao cargo de ministro.

Para se defender, ele concedeu uma entrevista ontem ao telejornal noturno de maior audiência na França e disse que não tem a intenção de renunciar ao cargo, já que o presidente Nicolas Sarkozy "confirmou sua confiança" nele.

Mitterrand afirmou que seu livro não é "totalmente uma autobiografia". Ele admitiu os "erros" por ter pago por sexo no passado, mas disse que não teve relações com menores. "Um erro, com certeza. Um crime, não (...) porque todas as vezes eu estava com pessoas da minha idade e que consentiram (com o ato sexual)", afirmou, completando que não tem a intenção de renunciar ao cargo.

Ele explicou ainda que usou o termo "meninos" de forma livre no livro. "De jeito nenhum é uma apologia ao turismo sexual (...) mesmo que um dos capítulos seja uma viagem por aquele inferno, com a fascinação que o inferno pode provocar." (Folhapress)

ANEXO 27: Caarapó promove o dia de combate a violência (Notícia)
O Progresso de 09/10/2009

Sexual

Caarapó promove o Dia de Combate à Violência

CAARAPÓ - A Prefeitura de Caarapó, através da Secretaria de Ação Social, comemorou na última terça-feira o Dia Estadual de Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Foram realizadas diversas atividades, como panfletagem, adesivagem, blitz educativa no centro da cidade e colocação de faixas enfocando a campanha.

As atividades foram realizadas com o objetivo de conscientizar a população caarapouense sobre a violência sexual cometidas contra crianças e adolescentes, assim como a importância das denúncias.

O trabalho foi realizado pelos membros da Comissão Municipal de Combate e Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual, Conselho Tutelar; do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), equipe do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), integrantes do ProJovem e da Secretaria Municipal de Ação Social.

Segundo a secretária de Ação Social, Évinei Arce da Silva Oliveira, a intenção é destacar a data para mobilizar e convocar toda a sociedade a participar dessa luta de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, pois ninguém está livre de ser atingido por essa situação. “É preciso formar uma consciência nacional para denunciar e romper com esse ciclo de violência e proteger as crianças e os adolescentes brasileiros”, falou.

De acordo com a coordenadora do Creas em Caarapó, Luciene Cavalheiri, “infelizmente essa uma realidade brasileira, mas ações como esta são uma forma de quebrar o muro do silêncio e uma maneira de inibir um pouco mais os agressores”.

Já o prefeito Mateus Palma de Farias (PR) disse que as crianças e os adolescentes vulneráveis a esse tipo de violência sofrem danos irreparáveis para o seu desenvolvimento físico, psíquico, social e moral. “Esses danos podem trazer consequências penosas em suas vidas, como a vergonha, indignação, uso de drogas, gravidez precoce indesejada, rejeição por familiares, distúrbios de comportamento, condutas antissociais e infecções por doenças sexualmente transmissíveis. E diante desta situação não podemos cruzar os braços para esta realidade. Precisamos agir”.

ANEXO 28: Conselho faz campanha contra exploração (Reportagem) O Progresso de 10/11/2009

Crianças

Conselho faz campanha contra exploração

Na manhã de hoje, haverá atividades de conscientização com distribuição de panfletos na área central

Flávio Verão

DOURADOS – O Conselho Municipal de Combate à Exploração Sexual Infantil (Comcex) realiza hoje, no centro da cidade, trabalho de conscientização de combate e enfrentamento à exploração da criança e do adolescente. A programação contará com a distribuição de panfletos por meio de abordagens aos condutores e pedestres que passarem próximo à Praça Antônio João.

Combater a violência contra a criança e o adolescente é uma tarefa muitas vezes difícil de se realizar, principalmente quando os agressores são pessoas próxima da família. A psicóloga Lindomar Pacheco, do Ministério Público Estadual (MPE), é a coordenadora do Comcex. Segundo ela, a incumbência da família em apontar o agressor torna-se muitas vezes difícil, principalmente quando o atentado é praticado pelo pai da criança. A desestruturação familiar é apontado por ela como um dos principais entraves que também dificultam encontrar os agressores. A pessoa violentada se cala e a família não toma



atitude de fazer a denúncia.

Além de promover a campanha nas ruas, os membros do Conselho querem apresentar à sociedade as políticas públicas de enfrentamento à violência infantil. A equipe do Comcex é formada em média por 20 pessoas, sendo da Guarda Municipal, Polícia Militar, Sest/Senat, assistentes sociais e sociedade civil. Os

conselheiros vão ainda pedir apoio da justiça no enfrentamento e combate a exploração sexual infantil.

De acordo com a psicóloga Lindomar, a Justiça, muitas vezes, só tem cobrado a prova dos fatos para intervir nesse tipo de problema. Entretanto, o que se depara, é com a palavra da vítima contra a palavra do agressor. "Temos que estrutu-

rar as políticas públicas, para isso precisamos, muito, do apoio da justiça e da própria segurança pública que não está equipada para enfrentar os problemas relacionados a violência contra as crianças e jovens", disse a coordenadora do Comcex.

ESTATÍSTICA

Último dado divulgado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) mostra que entre janeiro de 2001 a junho de 2009 foram registrados 687 casos de violência contra crianças e adolescentes. Mais da metade (364) esteve relacionado ao estupro. Somente neste ano foram notificados 31 casos, sendo nove contra meninas de zero a seis anos, e quatro de meninos, da mesma faixa etária.

Segundo dados do serviço Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Disque 100), Mato Grosso do Sul é o segundo Estado com maior proporção de denúncias de abuso e exploração sexual. A proporção dos casos só é menor que a do Distrito Federal.

MS é o segundo Estado que mais registra casos de violência infantil

ANEXO 29: Advogado de Dourados acusado de Pedofilia vai para a Máxima (Notícia) O Estado MS de 25/11/2009

PRISÃO

Advogado de Dourados acusado de pedofilia vai para a Máxima

Antonio Coca
Dourados

• O advogado Antonio Paulo Amorim, 53 anos, conhecido como Toni, preso no dia 19 de novembro sob suspeita de pedofilia, foi levado na manhã de ontem para uma cela especial na Penitenciária de Segurança Máxima Harry Amorim Costa, em Dourados - município localizado a 228

quilômetros ao sul de Campo Grande.

A transferência foi autorizada pelo juiz Rodrigo Barbosa Sanches, atendendo a um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil. Desde o dia da prisão, Toni estava isolado em uma cela da delegacia do 1º Distrito Policial. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entende que ele tem o direito de aguardar julgamento em uma cela di-

ferenciada por possuir diploma universitário. O advogado foi preso depois de uma investigação da Polícia Civil de Dourados, que recebeu uma denúncia do Ministério Público que apontava o envolvimento dele com o crime de pedofilia. Pelo menos três meninas com idade entre 11 e 15 anos teriam sido abusadas. Toni teria gravado os encontros em CDs que foram apreendidos.